

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO – CTC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL - PPGEC  
CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO

## **Patrimônio Cultural Arqueológico na Gestão Territorial: uma proposta para os municípios da foz do rio Itajaí**

Dissertação submetida à  
Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito parcial  
exigido pelo Programa de Pós-  
Graduação em Engenharia Civil  
para a obtenção do título de  
Mestre em Engenharia Civil.

AUTOR: RAFAEL DE ALCANTARA BRANDI  
ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> LIA CAETANO BASTOS  
CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. PEDRO PAULO FUNARI

Florianópolis, junho 2009

Patrimônio Cultural Arqueológico na Gestão Territorial: uma proposta para os municípios da foz do rio Itajaí

Dissertação julgada adequada para obtenção do título de mestre em Engenharia Civil e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof<sup>a</sup> Janaíde Cavalcante Rocha  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lia Cateano Bastos – Orientadora

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari – Co-orientador

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dora Orth - Examinadora

Prof. Dr. Jucilei Cordini - Examinador

Prof. Dr. Rossano Lopes Bastos – Examinador Externo / IPHAN

*“Entoarei o meu cântico aos solitários e aos que se encontram juntos na solidão; e a quem quer que tenha ouvidos para as coisas inauditas confranger-lhe-ei o coração com a minha ventura”.*

Trecho de *Assim falou Zaratustra* (Nietzsche, 1883)

Dedico este trabalho aos meus avós  
que, apesar de não compreenderem – direito –  
do que se trata, continuam a me incentivar dia após dia

## Agradecimentos

Agradeço de tudo que é forma possível e imaginável a duas pessoas – talvez a regra pediria para que eu agradecesse primeiro ao Conselho de Aperfeiçoamento do Profissional do Ensino Superior- CAPES pela bolsa que me concederam – Profa. Lia e Prof. Funari. Ambos apostaram em uma incógnita, ninguém fazia idéia de aonde ia chegar, ou mesmo como. Um historiador, com aspirações a arqueólogo, trabalhando como diretor de um museu de cidade do interior (na verdade do litoral), com uma proposta gigantesca e nunca exeqüível em um mestrado. Demorei mais de 4 anos para entregar esse texto o qual vocês agora podem ler graças a estes dois.

O mérito deste trabalho não é apenas meu e sim de todos que participaram de alguma forma, seja ela: um sorriso, um café, uma comidinha gostosa, uma palavra durante dias de desencanto; um puxão de orelha nos dias de muito encanto; um texto emprestado; uma leitura de manuscrito; as diversas conversas de bar; as conversas sem pretensões; as amizades – família considere-se aqui – que sempre nos ajudam no caminho árduo da vida. Não há como agradecermos sem ficarmos com medo de esquecermos aqueles que estiveram de alguma forma ajudando, mas sou humano e erro, por isso, minhas desculpas para aqueles que não tiveram o nome aqui escrito. Antes que eu me esqueça não há uma ordem daqui para frente, de quem eu lembrar, vou agradecer!

- Pai, Mãe, Fê e Gu. Valeu por nas horas de necessidade estarem sempre ao meu lado incondicionalmente (mesmo que reclamando um pouco);

- Tio Marcelo e Tia Regina. Muito obrigado pelo abrigo físico e espiritual que me dão, sem contar o grande interesse na minha formação como ser humano e intelectual. Espero não ter atrapalhado muito!

- Carolina Larossa. Como poderia esquecer-me de você, a única pessoa de toda minha primeira turma de mestrado que guardei o nome. Você me ajudou durante todo o período que estive no programa e mesmo depois continuou a me incentivar e ajudar;

- Patricia Tretin. Sem você seria muito mais difícil levar os dias de aula, chegar lá, e ainda aguentar a pressão no trabalho. Apesar de eu ter ficado muito “triste” de você ter entrado depois e se formado antes. Pati, valeu mesmo!!!

- José Bento Rosa da Silva, eterno mestre. Conversar com você sempre é uma inspiração, principalmente, se tiver um “mézinho” para deixar a alma mais leve;
- José Roberto Severino, vulgo Beto. Não me esquecendo de você como chefe, mas não te agradecendo apenas por isso, ou mesmo por você ter me liberado para ir para as aulas. Quero dizer que a chance que você me deu como profissional tem muito a ver com o que fiz e continuo fazendo;
- Davi Coelho. Durante minha curta carreira futebolística você foi um ótimo “professor”, me liberando para as aulas do mestrado, assim como incentivando minha formação intelectual;
- Camila Castroviejo da Silva Ribeiro. É menininha, a dissertação acabou. Sem você não existiria mesmo esse trabalho, talvez nem existiria esse que vos fala. Seu apoio emocional, financeiro e logístico fizeram de mim o que sou;
- Michael Maia Mincarone. Um dos últimos amigos de verdade que fiz na minha vida! Uma pessoa a ser imitada, não só do ponto de vista acadêmico-profissional, mas como pessoa. Horas, dias, meses se bobear, fora o que gastamos conversando um com outro sobre como fazer, por que fazer, onde fazer. Mike, seus conselhos são parâmetros para mim!
- Paulo Antonio Dantas De Blasis, ou só Paulé. É mano, você talvez não faça ideia o quanto eu aprendi para esse trabalho, participando das chances que você me deu. Não ache que isso é uma “puxada”, mas você abriu portas que pensei que estariam fechadas por muito tempo.
- Danilo Assunção. Danilão, você sabe que sou muito grato pelo meio campo que você sempre me fez. Obrigado por incentivar-me a trabalhar com algo que poucos gostariam e sempre que possível me colocar um pouco mais em contato com a arqueologia;
- André Penin. Esse cara teve muito a ver com esse trabalho aqui! Nossas primeiras conversas ainda no Encontro da SAB/Sul de Rio Grande (2006) me fizeram dar uma reviravolta na dissertação. Já as demais conversas me ajudaram muito a cada vez mais colocar os pés dentro da gestão;
- Rossano Lopes Bastos. Desde o primeiro momento que te pedi ajuda foi extremamente solícito. De obras doadas a colocações durante a qualificação;
- Maria Dulce Gaspar. MaDu, você provavelmente não se lembra, mas numa conversa nossa – enquanto olhávamos o material do Lagoa dos Bixos no hotel – tive uma das melhores orientações que alguém poderia ter naquele

momento. Você me ajudou a clarificar qual o caminho eu deveria prosseguir no meu trabalho.

- Deisi Scunderlik Eloy Farias. Prô, quero te agradecer pelas diversas conversas, oportunidades de campo, possibilidades de aprendizado que você apresentou para mim, assim como para vários arqueólogos e futuros arqueólogos;

- Ulisses Munarim. Você como superintendente da 11 SR do Iphan/SC me ajudou muito possibilitando a averiguação dos relatórios arqueológicos para a região de estudo;

- Fernanda Codevilla Soares. Teu interesse no meu trabalho foi extremamente importante para o caminhar dele, assim como, sua presteza em me ajudar durante minhas pesquisas no Iphan;

- Thomas King. Estarei eternamente grato por você! Muito obrigado por achar tempo em sua vida para ler meus e-mails, respondê-los e me ajudar na construção deste trabalho;

- Arthur Augusto de Oliveira dos Santos Celini. Sem dúvida o maior nome dos meus agradecimentos e por que não falar que também é o cara que mais segurou minhas pontas durante o período do mestrado. Quantas horas e mais horas você escutou minhas teorias furadas, frustradas, pouco embasadas, apenas pela amizade. Você sempre estará entre os CARAS;

- Marcelo Visentini Kitahara. I don't care!!! Mentira, me importo muito com todas as palavras que você trocou comigo, pela ajuda incondicional na confecção – não só deste trabalho – como também da minha carreira.

- Sandra Nami Amenomori. Como não te agradecer? Nos momentos mais sombrios você estava lá para me puxar para cima e nos mais claros para compartilhar. Muito obrigado por me considerar, o gigantesco fato disso existir me dá forças dia após dia para continuar na berlinda que todos nós escolhemos;

- Bruno Labrador. Cara você quebrou vários galhões para mim: imprimiu e distribuiu qualificações, dissertações, buscou papelada, levou papelada, ofereceu abrigo. Sempre no bom humor habitual da tua pessoa. Sem palavras!!!

- Profa. Dora Orth. Obrigado pela carga teórica que você me apresentou durante sua disciplina, durante minha qualificação e nas demais conversas de intervalo;
- Mari, a super secretária. Muito obrigado por todos os quebra-galhos que você fez para mim durante minha estada no programa.
- Tiago Attorre. Mesmo você só aparecendo na reta final, sua ajuda com o software para as análises estatísticas foi muito útil, além da boa companhia que sempre é, fora as traduções e cafezinhos.
- Lisi Pimentel. Suas precisas revisões do português foram cruciais nesse trabalho;
- Reinaldo Vasconcellos. Tenho que te agradecer pelo tempo que você gastou me ajudando com possibilidades de desenvolver um sistema para analisar os dados da dissertação, valeu mesmo!

Estendo meus agradecimentos a todos os professores, funcionários e alunos que compartilharam meus últimos cinco anos no PPGEC/UFSC.

Como todos, sinto que esqueci de algo, de alguém, mas se o fiz, não foi por mal. Perdoem-me!

## Sumário

1. Introdução .....	1
1.1. Objetivos.....	2
1.1.1. Objetivo Geral .....	2
1.1.2. Objetivos Específicos .....	2
1.2. Justificativa .....	3
1.3. Estrutura do trabalho .....	5
2. Patrimônio Cultural .....	7
2.1. Patrimônio Cultural Arqueológico e Arqueologia .....	12
2.2. Patrimônio Cultural: legislação e competência .....	16
2.3. Patrimônio Cultural e propriedade privada .....	22
3. Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico .....	27
4. Área de estudo.....	37
4.1. Características ambientais .....	37
4.2. Breve histórico da ocupação da região.....	38
4.3. Escolha da área de estudo .....	38
4.4. Bens culturais e sítios arqueológicos .....	40
5. Material e Método .....	44
5.1. Materiais.....	44
5.1.1. Recomendações Internacionais .....	44
5.1.2. Federal .....	45
5.1.3. Estadual .....	47
5.1.4. Municipais .....	47
5.1.4.1. Balneário Camboriú .....	47
5.1.4.2. Itajaí.....	48
5.1.4.3. Camboriú .....	50
5.1.4.4. Itapema.....	51
5.1.4.5. Navegantes.....	52
5.1.4.6. Porto Belo .....	52
5.1.4.7. Bombinhas.....	53
5.1.5. Dados do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) .....	54
5.1.6. Dados da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) .....	56



5.1.7. Dados oriundos das referências bibliográficas.....	56
5.2. Método.....	59
5.2.1. Instrumento de tomada de decisão .....	59
6. Aplicação da Metodologia e Discussão dos Resultados .....	65
6.1. Decomposição do problema .....	65
6.2. Selecionando os municípios analisáveis .....	68
6.3. Atribuindo METAS e SUB-METAS .....	70
6.4. Aplicando a comparação par-a-par nas alternativas .....	86
6.5. Construindo o Índice de Capacidade de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural Arqueológico .....	115
7. Conclusões e Considerações finais .....	132
7.1. Conclusões.....	132
7.2. Recomendações futuras.....	135
7.3. Considerações finais .....	135
8. Material de Referência .....	137
9. Anexos .....	149

## Lista de tabelas

Tabela 1. Quadro comparativo das ciências História, Antropologia e Arqueologia. ....	13
Tabela 2. Distribuição dos bens culturais da Região da Amfri. ....	40
Tabela 3. Tabela 2. Bens tombados pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC). ....	56
Tabela 4. Matriz de comparação par-a-par da META 01. ....	71
Tabela 5. Matriz de comparação par-a-par da META 02. ....	72
Tabela 6. Matriz de comparação par-a-par da META 04. ....	74
Tabela 7. Matriz de comparação par-a-par da META 07. ....	77
Tabela 8. Matriz de comparação par-a-par das METAS. ....	79

## Lista de figuras

Figura 1. Diagrama sobre componentes do Patrimônio Cultural, adaptado de King (1998; 2009).....	7
Figura 2. Fluxograma do processo de construção da Arqueologia. ....	14
Figura 3. Modelos de planejamentos situacional e normativo.....	32
Figura 4: Etapas e fases do planejamento integrado (PONTUAL, 2002) .....	32
Figura 5. Modelos apresentados por Pardi (2002). ....	35
Figura 6. Fluxograma dos procedimentos necessários para obtenção de licença ambiental (BASTOS, 2007). ....	36
Figura 7. Municípios que compõem a Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí. ....	39
Figura. 8. Comparação de taxa de crescimento populacional da área.....	39
Figura 9. Estrutura de decomposição de problemas através do AHP .....	62
Figura 10. Municípios analisáveis na área da AMFRI. ....	70
Figura 11. Políticas de Conservação Integrada (pesos).....	71
Figura 12. Legislação e Economia (pesos). ....	73
Figura 13. Inventários (pesos).....	74
Figura 14. Intervenções nos sítios (pesos).....	75
Figura 15. Preservação e Conservação (pesos). ....	76
Figura 16. Qualificação profissional (pesos).....	78
Figura 17. Distribuição dos pesos (Atributos).....	86
Figura 18. Planos de ocupação do solo em relação a projetos desenvolvimentistas são levados em consideração? (SUB-META 1.1) .....	87
Figura 19. Existe articulação entre cultura, meio ambiente e educação? (SUB-META 1.2) .....	89
Figura 20. Política de preservação do patrimônio arqueológico é regularmente atualizada? (SUB-META 1.3) .....	90

Figura 21. As políticas de proteção são consideradas no planejamento territorial? (SUB-META 1.4).....	91
Figura 22. O público tem participação na gestão do patrimônio arqueológico (participação fundada no acesso ao conhecimento)? (SUB-META 1.5) .....	92
Figura 23. Políticas de conservação integrada (META 1) .....	93
Figura 24. Existe recurso suficiente para financiar os programas de conservação? (SUB-META 2.1) .....	93
Figura 25. A legislação prevê conservação <i>in situ</i> ? (SUB-META 2.2).....	94
Figura 26. A legislação deixa claro que o patrimônio arqueológico em questão é uma herança da humanidade? (SUB-META 2.3) .....	95
Figura 27. A legislação proíbe destruição, degradação, alteração do bem e/ou entorno sem anuência das instâncias competentes? (SUB-META 2.4) .....	96
Figura 28. A legislação exige pesquisa prévia? (SUB-META 2.5).....	96
Figura 29. A legislação exige documentação completa em caso de "destruição" do sítio? (SUB-META 2.6) .....	97
Figura 30. A legislação prevê sanções adequadas, proporcionais às infrações? (SUB-META 2.7) .....	98
Figura 31. Há dispositivos de proteção temporários para sítios tombados, ou não? (SUB-META 2.8) .....	99
Figura 32. Legislação e economia (META 2) .....	100
Figura 33. Existe um inventário arqueológico? (SUB-META 3.1).....	100
Figura 34. O inventário é constantemente atualizado? (SUB-META 3.2) .....	101
Figura 35. Inventários (META 3) .....	102
Figura 36. Há encorajamento para a utilização de métodos não destrutivos das evidências? (SUB-META 4.1).....	103
Figura 37. As escavações ocorrem em sítios fadados à destruição? (SUB-META 4.2) .....	103
Figura 38. Há registro das atividades desenvolvidas? (SUB-META 4.3) .....	104
Figura 39. Intervenções em sítios (META 4) .....	105
Figura 40. Há encorajamento popular? (SUB-META 5.1) .....	106

Figura 41. Há critérios científicos claros para a seleção de sítios e monumentos a serem conservados (significância e representatividade)? (SUB-META 5.2) ....	107
Figura 42. Preservação e conservação (META 5).....	108
Figura 43. Existe consonância entre o conhecimento científico e o que é apresentado à população? .....	108
Figura 44. Há exigência de profissionais qualificados para a gestão do patrimônio cultural arqueológico? (SUB-META 7.1).....	109
Figura 45. Existe arquiteto(s) no quadro funcional? (SUB-META 7.2) .....	110
Figura 46. Existe historiador(es) no quadro funcional? (SUB-META 7.3) .....	111
Figura 47. Existe arqueólogo(s) no quadro funcional? (SUB-META 7.4) .....	112
Figura 48. Qualificação profissional (META 7). .....	112
Figura 49. Há eventos (congressos, workshops, conferências), convênios nos quais exista troca de experiência de outras realidades de gestão? .....	113
Figura. 50. Índice de Capacidade de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural Arqueológico para os municípios da AMFRI. ....	115
Figura 51: Fases alcançadas pelo trabalho atual .....	134

## **Lista de siglas e abreviaturas**

ACRA – American Cultural Resources Association

AHP – Analytic Hierarchical Process

AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí

CIAM – Congrès Internationaux d'Architecture Moderne

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

ECO92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992

EUA – Estados Unidos da América

IBPC – Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural

ICAHM – International Committee on Archaeological Heritage Management

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOM – International Council of Museums

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IGHB – Instituto Geográfico Histórico Brasileiro

IGMPA – Índice de Capacidade de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural Arqueológico

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

SR – Superintendência Regional

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WAC – World Archaeological Congress

## **Resumo**

O presente trabalho propõe desenvolver instrumentos de tomada de decisão para gestão do patrimônio cultural arqueológico. Desta forma, pretende-se estipular métodos e meios para uma gestão integrada do território através do que toca o patrimônio cultural arqueológico. Fazendo usos de técnicas de decomposição de problemas e decisão por objetivo, estabelecidas pelo Processo de Analítico Hierárquico (AHP), construir-se-á um Índice de Capacidade de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural Arqueológico (IGMPA) para diagnóstico e análise de municípios. Para a validação do método desenvolvido será realizado um estudo de caso utilizando alguns dos municípios que compõem a Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), a qual apresenta um largo universo de situações acerca do problema.

Palavras-chave: Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico; Gestão Territorial; Foz do Rio Itajaí.

## **Abstract**

This work aims to develop instruments of decision-making for management in archaeological heritage. In this sense, the idea is to stipulate methods and means for an integrated management of the territory in regard of the archaeological heritage. Using techniques of problem decomposition and decision by objective, established through Analytic Hierarchy Process (AHP), a Capability Index of Archaeological Heritage Municipal Management (IGMPA) will be set for diagnosis and analysis of townships. To validate the developed method a case study will be made in some of the townships pertaining to the Association of Townships of the Itajaí River Mouth (AMFRI), which represents a wide set of scenarios regarding the problem.

Keywords: Management of Archaeological Heritage; Territory Management; Itajaí River Mouth

## 1. Introdução

A gestão territorial possui uma amplitude conceitual a qual facilmente engloba as questões relativas às diversas vertentes do patrimônio cultural, no entanto, poucos são os planejadores urbanos que desenvolvem seus planejamentos fundados em discussões acerca do que é patrimônio cultural e sua real função social. Não resta dúvida que território e patrimônio cultural têm muito em comum, sendo que um não existiria sem o outro, pois o próprio conceito de território está ligado ao que é patrimônio cultural. O presente trabalho não se abstém, muito menos, obsta tal discussão, entretanto, direciona seu foco para o patrimônio cultural arqueológico dentro da gestão territorial.

A gestão do patrimônio cultural arqueológico é necessária para obtenção de um meio ambiente equilibrado, primando pela qualidade de vida da humanidade. Apesar de tal gestão já ser desenvolvida há quase meio século (em sua vertente moderna), o Brasil ainda engatinha em ações de conservação integrada, fazendo com que novos meios e métodos sejam propostos e aplicados para melhora da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Desta forma, no decorrer deste trabalho, serão tratadas possíveis propostas para desenvolver uma política pública eficaz que possa dar conta das diversas naturezas que tangem o patrimônio cultural arqueológico. Por meio de instrumentos de tomada de decisão, será possível estabelecer índices para medir o quão eficaz as medidas já aplicadas foram e são, assim como o quanto novas medidas estarão atuando sobre a gestão do patrimônio arqueológico, logo, a do território.

Como palco para aplicação desta gestão, optou-se pela região da Associação de Municípios da Foz do Vale do Itajaí (AMFRI), já que tal área piloto possui uma diversidade ímpar de municípios e naturezas de gestão. Dentro da AMFRI existem desde municípios que já praticam gestão do patrimônio cultural arqueológico (servindo de modelo aos demais municípios brasileiros) até municípios que desconhecem por completo seu potencial arqueológico.



## *1.1. Objetivos*

### *1.1.1. Objetivo Geral*

Propor um modelo de gestão para o patrimônio cultural arqueológico através de métodos de tomada de decisão, validando-o em área piloto.

### *1.1.2. Objetivos Específicos*

- Construir um índice de capacidade de gestão municipal do patrimônio cultural arqueológico (IGMPA);
- Analisar o grau de capacidade de gestão do patrimônio cultural arqueológico nas diversas esferas de poder;
- Validar o instrumento proposto na área piloto da Foz do Vale do Itajaí, SC.

## 1.2. Justificativa

A qualidade de vida está intimamente ligada à forma como o território é gerido e como é dada a relação entre o homem e seu território, isto é, de que forma ele percebe o seu local. É justamente com este universo que o patrimônio cultural trabalha, com esta ligação do homem com o local; mesmo em um mundo globalizado, a territorialização de sua história se faz presente e necessária.

Um dos critérios que caracteriza o ser humano como um animal excepcional é sua capacidade de desenvolver formas de adaptabilidade ao meio em que ele vive. Diferenciando dos demais animais, o homem – desde os primórdios dos homínídeos – altera o meio em que vive, ressignificando-o como paisagem (Bertrand, 1971, apud Schier, 2003). Com o aumento da força de mobilização do homem, sua capacidade de alterar o meio cresceu proporcionalmente, entretanto, com exceção do período pós-Revolução Industrial<sup>1</sup> – que teve proporções exponenciais – tais alterações foram executadas em grande escala. Estas alterações foram mais profundas do que o esperado e, após um período de calmaria, chamado de *Belle Époque*, o mundo viu sucessivas guerras e revoluções sociais ocorrerem em decorrência destas mudanças (LOPES, 1997). Alguns intelectuais passaram a tentar novos caminhos filosóficos para evitar atrocidades como as duas grandes guerras mundiais. As nações do mundo resolveram se unir para garantir a paz e assegurar o bem-estar e a qualidade de vida das populações, criando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, sigla em inglês). A UNESCO, através de seus diversos órgãos e divisões, passou a estabelecer diretrizes para assegurar este bem-estar mundial. A partir deste fato, uma série de cartas e recomendações, visando ao interesse comum, passam a ser adotadas por diversos países, tendo entre os principais temas a garantia da diversidade cultural humana, da preservação do meio ambiente, isto é, da qualidade de vida<sup>2</sup>. Desta forma, após a criação da UNESCO, as nações passaram a não se preocupar isoladamente e sim em

---

<sup>1</sup> A Revolução Industrial tem dois *booms*, uma ainda no século XVIII e outro no XIX, mudando as relações dos homens entre si e deles com o meio ambiente através de máquinas a vapor gerado inicialmente por queima de carvão.

<sup>2</sup> Apesar de existirem cartas e recomendações anteriores a UNESCO como a Carta de Atenas (1937), pode-se considerar que o grande aumento dessa prática foi após a criação da UNESCO.

conjunto, de forma a garantir a qualidade de vida necessária a toda humanidade.

Os estados-membros da UNESCO consideraram que o desenvolvimento desenfreado – o qual o mundo passava e passa – era danoso para o futuro da espécie humana, assim como, para o seu passado. Os diversos vestígios que as populações pretéritas deixaram no meio ambiente estavam sendo destruídos. Não havia, portanto, garantia do conhecimento da diversidade cultural, sem contar as extremas mudanças ambientais que, como sabido, colocavam em risco a continuidade dos recursos naturais, assim como da própria humanidade. Como resultado de todo este movimento passou-se a pensar em um desenvolvimento sustentável, partindo de uma conservação integrada. Para tal, os estados-membros deveriam adequar sua legislação para que todas as obras que alterassem de forma significativa o meio ambiente tivessem planejamento prévio e que nele estivesse claro o quanto e de qual forma iria impactar o meio ambiente. Desta forma, estava criado o Estudo de Impacto Ambiental e nele contido a necessidade de analisar as influências positivas e/ou negativas dos empreendimentos, inclusive no que diz respeito a populações pretéritas e atuais localizadas na área (KING, 2009).

Uma das diversas ciências que trabalha com os vestígios do passado é a Arqueologia, o que explica a necessidade dos arqueólogos nos licenciamentos ambientais; entretanto, este profissional ainda é escasso no Brasil e nem sempre faz parte do processo pela falta de consciência dos empreendedores e gestores territoriais. Diante disso, vê-se a necessidade de criar instrumentos de pré-análise das localidades para saber o quanto ela está preparada para gerir seu patrimônio cultural arqueológico e quais decisões devem ser tomadas.

Apesar da existência de alguns trabalhos (BASTOS, 2002; PARDI, 2002; GODOY, 2003; ARAÚJO, 2006; FOGOLARI, 2007) – ainda escassos – sobre a gestão do patrimônio cultural arqueológico, sua grande maioria não estabelece índices, dificultando, assim, avaliações mais profundas sobre a evolução da gestão, logo da preservação e da continuidade do patrimônio cultural. Este trabalho tem por finalidade propor um modelo de gestão e validá-lo utilizando

municípios da foz do rio Itajaí, devido à grande diversidade de experiências e situações vivenciadas pelos municípios que a integram.

Nas últimas décadas a foz do vale do Itajaí vivenciou um dos maiores crescimentos populacionais do país, tendo sua população crescido mais que o dobro do que a média brasileira e catarinense para o mesmo período. Tal crescimento em larga escala proporcionou uma série de problemas de ordenamento territorial, os quais ainda não foram sanados. Todavia, estando a gestão territorial comprometida, logo o patrimônio cultural arqueológico também se encontra em prejuízo. Concomitantemente, a área possui municípios com amplo instrumental para a preservação e gestão dos bens culturais e municípios que ignoram por completo seu patrimônio cultural.

### **1.3 Estrutura do Trabalho**

No capítulo 1 – *Introdução* – haverá uma apresentação da problemática em torno da gestão do patrimônio cultural arqueológico no que tange a gestão territorial. Desta forma, o objetivo é introduzir o leitor nos objetivos da pesquisa propondo uma metodologia eficaz para a gestão do patrimônio arqueológico.

No capítulo 2 – *Patrimônio Cultural* – tratar-se-á das diversas visões sobre o que é patrimônio cultural, fazendo compreender as diferenças entre as divisões propostas, assim como, os parâmetros utilizados para o recorte temático da dissertação.

No capítulo 3 – *Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico* – discutir-se-á a relação intrínseca entre patrimônio cultural e o conceito de território, fazendo uma recapitulação das implicações legais da gestão do patrimônio cultural diante das esferas de poder.

No capítulo 4 – *Área de estudo* – apresentar-se-á a área designada como AMFRI, a qual possui um universo amostral de grande amplitude, fazendo desta uma área piloto para a validação do modelo de gestão proposto.

No capítulo 5 – *Material e Método* – far-se-á uma apresentação dos materiais que serão utilizados para a composição dos índices, sendo estes compostos pela legislação e ação das esferas de poder sobre o patrimônio cultural arqueológico. Já na parte que cabe a metodologia pormenorizar-se-á quais métodos serão aplicados para construção dos índices, assim como, quais análises hão de ser feitas.

No capítulo 6 – *Aplicação da Metodologia e Discussão dos Resultados* – analisar-se-á os resultados, fazendo uma discussão analítica sobre os produtos oriundos da aplicação do método proposto.

No capítulo 7 – *Conclusões e Considerações finais* – abordar-se-á os caminhos a serem tomados pelos gestores da área piloto a fim de diminuir o risco de destruição do patrimônio sobre a sua tutela, tornando, desta forma, mais eficaz a gestão territorial.

## 2. Patrimônio Cultural

Antes de iniciar qualquer discussão deve-se clarificar os conceitos tomados como base para a construção do presente trabalho. Fazendo uso do diagrama construído por Thomas King (1998; 2009) pode-se perceber como se dão às relações das diversas manifestações do patrimônio cultural e suas influências entre tal diversidade de meios e recursos (FIG. 1).

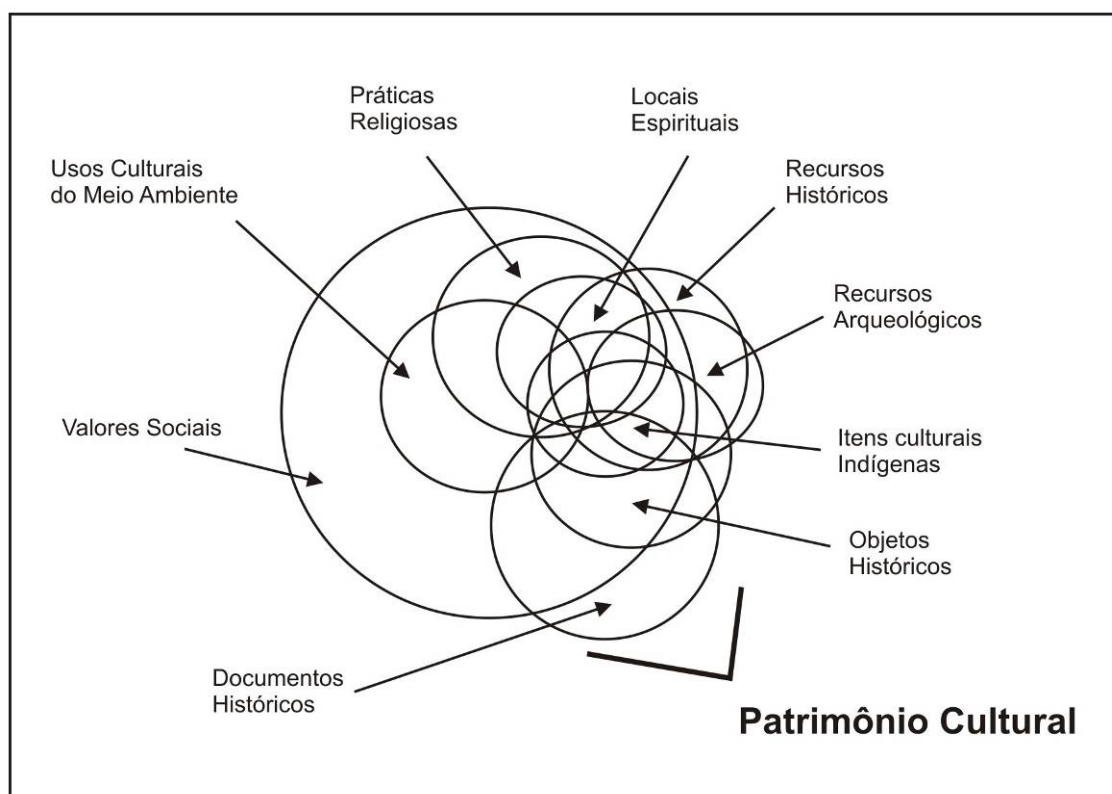


Figura 1. Diagrama sobre componentes do Patrimônio Cultural, adaptado de King (1998; 2009).

Para se compreender qual o conceito de patrimônio cultural, é necessário transcender um pouco o que se acredita ver, pois como cita Marx e Engels (1848), “Tudo que é sólido se desmancha no ar [...]”. A filósofa Marilena Chauí (2003) faz uma discussão muito pertinente sobre a construção do “natural” em separação do que é “cultural”. Segundo a autora, a divisão entre os dois “patrimônios” cultural e natural é algo impossível, pois desde o momento em que o homem vê a “natureza” e a contempla como paisagem, essa passa a incorporar parte de sua cultura. Assim sendo, a natureza só existe perante à cultura, logo é cultura. Comumente, quando se encontra nos livros de doutrinas jurídicas o verbete sobre patrimônio cultural ele está associado aos Direitos

Difusos, exatamente ao lado do patrimônio natural, sendo tratado sempre da mesma forma. Existem muitas leis que se imbricam umas nas outras sobre patrimônio cultural e natural, compondo, assim, o que hoje é denominado de patrimônio ambiental.

Ultimamente com uma evidência maior, o patrimônio cultural é o patrimônio cultural imaterial, ou, intangível. No final do ano de 2005 houve a convenção sobre proteção e promoção da diversidade de expressões culturais, promovida pela UNESCO. Nela se discutiu a imaterialidade dos patrimônios, reforçando as tendências sobre o aumento da preservação a culturas não apenas materiais. Muitos chamaram esse evento de “Protocolo de Kyoto” da diversidade cultural.

No âmbito legal brasileiro, o que ampara o conceito de Patrimônio Cultural está disposto no artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ao ler o artigo 216 pode-se observar que a Constituição Brasileira de 1988, teve por objetivo deixar em aberto o que poderia ser considerado de âmbito cultural. Os estudiosos dizem que isso não foi por acaso (MANCUSO, 2004; MAZZILLI, 2007). Ao possibilitar uma amplitude para a questão do patrimônio cultural, faz-se com que a diversidade cultural do Brasil possa ser preservada conforme as peculiaridades de cada região a ser observada. Não se pode definir de forma estanque o que é o patrimônio cultural ou mesmo cultura. Essa tendência de patrimônio uno já foi tentada no passado e não conseguiu obter os resultados – na época, desejados – e, devido a isso, após a Segunda Guerra Mundial e a criação da Unesco (1946), os conceitos sobre o que é cultura passaram a tomar enormes amplitudes (CAMARGO, 2004).

Para compreender o que é o patrimônio cultural, deve-se discutir o porquê de sua criação, para quê ele funciona hoje, quem se beneficia e qual é a relação deste para com o território, logo a nação.

Esse sentido de patrimônio advém da importância em se traduzir para a esfera do imaginário coletivo – simbólico – as transformações sociais que acompanharam as constituições dos Estados Modernos. Apesar de historiadores, como Françoise Choay (2001), verem traços do que se concebe como patrimônio cultural desde a antiguidade, pode-se afirmar que foi, principalmente, com a construção do que se viria a chamar Estado Nacional que o patrimônio cultural tomou o formato de aglutinador e interventor do território o qual se conhece hoje.

Após a Revolução Francesa de 1789 houve a necessidade de se criar semióforos para unir a nação em torno da figura que não era mais do rei e sim de uma concepção abstrata que é o Estado. Partindo disto, viu-se necessário estabelecer símbolos, coisas, figuras, marcos, ideias para unir um povo que antes só se sentia igual pelo domínio de uma coroa que não existia mais. Essa necessidade de consolidação de identidade nacional pode provocar o que Pedro Paulo Funari (1999) diz ser um *establishment*, isto é, uma pressão política sobre os bens a serem elevados a condição de semióforos – patrimônio cultural – da nação, assim, passa-se a “naturalizar” a permanência de grupos no poder, desarticulando minorias e grupos étnicos.

Tal cristalização do poder pode ser facilmente vista, quando se depara com um bem tombado ou preservado, que na grande maioria das vezes é algo ligado ao poder estatal, eclesiástico ou aristocrático, tais como, igrejas (com uma grande hegemonia católica), prédios públicos e casas de ilustres cidadãos do local. Diante disso, pensa-se: onde será que viviam os menos abastados com suas casas simples? Não existiam terreiros de Umbanda e Candomblé, Sinagogas e templos Evangélicos? Isso sem citar, onde é que estão as inúmeras culturas indígenas que foram e são suprimidas dia após dia pela sociedade ocidental? Existiria um por quê de não serem consideradas patrimônios culturais, seriam estas culturas “inferiores”, não dignas de serem lembradas no futuro?



Alguns teóricos como Thomas C. Patterson (2005) enxergam tais cristalizações da seguinte forma:

(...) os arqueólogos que se apropriaram de forma não crítica do pensamento evolucionista cultural reproduzem inconscientemente tanto a ideologia como as crenças não declaradas da economia política clássica. Isso reduz seus esforços a uma simples reprodução de ideologias dominantes; e também diminui sua habilidade em compreender as sociedades pré-capitalistas ou em fazer contribuições originais e significativas para as questões e preocupações urgentes da atualidade (197-198)

Em resposta a tal pergunta, existem estudos (FUNARI, 1996; FERREIRA, 2001) que comprovam que a manipulação da identidade nacional brasileira teve seu início logo nos primeiros anos da formação do Brasil independente. Em 1838, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) teve um objetivo bem claro, dar unidade e identidade para o vasto território brasileiro e seus cidadãos, nem que para isso fosse necessário inventar um passado comum. O caminho escolhido na época foi criar um passado homogêneo para o Brasil, colocando o Império Brasileiro como continuação do Império Português, criando um mito sobre a falta de diferenças entre as diversas regiões do país e o homem branco como agente civilizador (GUIMARÃES, 1988). Seguindo a mesma trilha, o Museu Nacional do Brasil, durante a direção de Ladislau Netto (década de 1870), contratou dois pesquisadores para analisar os sambaquis de Santa Catarina e Pará, Charles Wiener e Domingo Soares Pena, respectivamente. As conclusões de ambos permeiam o ideal de conhecer os indígenas para dominá-los (FERREIRA, 2005).

A intenção de fazer essa manipulação era a de congregar o Brasil em algo que até então não existia, uma nação. O maior medo dos administradores do país era o de que aqui acontecesse como nos demais territórios latino-americanos, que o Brasil se transformasse em “republiquetas”, sendo estas coordenadas pelos caudilhos de cada região. Caso se conseguisse provar que o Brasil não tinha uma herança local e sim fosse fruto de um agente civilizador que fora Portugal, a unidade do território seria mantida. Com isso, pode-se dizer que o IHGB cumpriu sua meta inicial e conseguiu transformar a identidade do país no que eles pretendiam: um país que ainda hoje tem seus elos identitários fracos; que vê em outras culturas mais do que na sua própria; e não concebe a diversidade cultural da nação.

Como se pode ver, o patrimônio cultural tem uma ligação muito estreita com o que é poder. O poder está incrustado no patrimônio cultural, assim como o patrimônio cultural está incrustado no território. Quem dominar o patrimônio, estará dominando a história, o passado e o presente. Tendo o patrimônio cultural tal poder e sabendo que este pode ser manipulado para o favorecimento de alguns grupos em detrimento de outros, vê-se apropriada a afirmação de Josep Ballart (1997), citando Yourcenar (1954): “De todas as mudanças originadas pelo tempo, nenhuma tem afetado tanto às estátuas como a mudança de gosto dos seus admiradores” (tradução nossa).

## 2.1. Patrimônio Cultural Arqueológico e Arqueologia

Diante da perspectiva de patrimônio cultural apresentada anteriormente e tomando por base o digrama apresentado por Thomas King (2008), percebe-se que, ao tratar do patrimônio cultural arqueológico, também se trabalha com a amplitude de todo o patrimônio, já que a esfera dos “Recursos Arqueológicos”, apesar de não ser a maior, imbrica em todos os demais, sem exceção. Esta visão se faz mais pertinente quando se compreende: o que é a Arqueologia, com o que ela trabalha e onde ela atua.

Não há um consenso único para caracterizar a Arqueologia, desta forma, apresentam-se algumas definições sobre o que é Arqueologia.

Alfredo Mendonça de Souza (1997: 19) em seu Dicionário de Arqueologia define-a:

Do grego *Archaïos* = Antigo e *Logos* = Estudo, significa etimologicamente o estudo do que é antigo. Ciência que estuda os restos materiais deixados sobre o solo. A arqueologia busca reconstituir o passado humano a partir dos seus traços, materiais, artefatos, estruturas, construções, obras de arte, alterações do meio ambiente, comércio, dados somáticos e biológicos. Embora mais empregada a tempos pré-históricos, quando registros escritos não estavam disponíveis, a arqueologia estuda também o período histórico.

O arqueólogo e pré-historiador francês radicado no Brasil desde o fim dos anos 1970, Andrés Prous (1999: 21), mostra as diferenças entre a História, Antropologia e Arqueologia (TABELA 1):

Variáveis\Disciplinas	História	Antropologia	Arqueologia
<b>Unidade de estudo definidas através de</b>	cronologias, modos de produção	características étnicas não-materiais	cultura material
<b>Principais locais de estudo</b>	gabinete/biblioteca	campo/gabinete	campo/laboratório
<b>Relação com a duração</b>	diacronia	sincronia	diacronia
<b>Técnica de abordagem</b>	texto	observação direta / discurso verbal	vestígios materiais
<b>Percepção da relação cultura/ambiente</b>	fraca/ausente	variável	forte

Tabela 1. Quadro comparativo das ciências História, Antropologia e Arqueologia.

Entretanto, afirma que a diferença tende cada vez a diminuir devido à interdisciplinaridade entre as ciências, já que todas têm o mesmo objetivo e emprestam técnicas e avanços uma às outras.

Ao conceituarem a Arqueologia, Colin Renfrew & Paul Bahn (2004) começam com o tópico “*Archaeology as Anthropology*”, passando por “*Archaeology as History*” e chegando em “*Archaeology as a Science*”. Nestes tópicos, os autores discutem onde a Arqueologia está situada dentro desse conjunto de ciências, e deixam claro que ela é, acima de tudo, uma ciência autônoma que pode ser utilizada como Antropologia ou História, não sendo dependente de nenhuma, mas sim complementar a todas elas. Os autores seguem, portanto a mesma linha de pensamento de Pedro Paulo Funari (2003: 17), expandindo, no entanto, o seu conceito de Arqueologia com uma ciência em construção (Fig. 2).

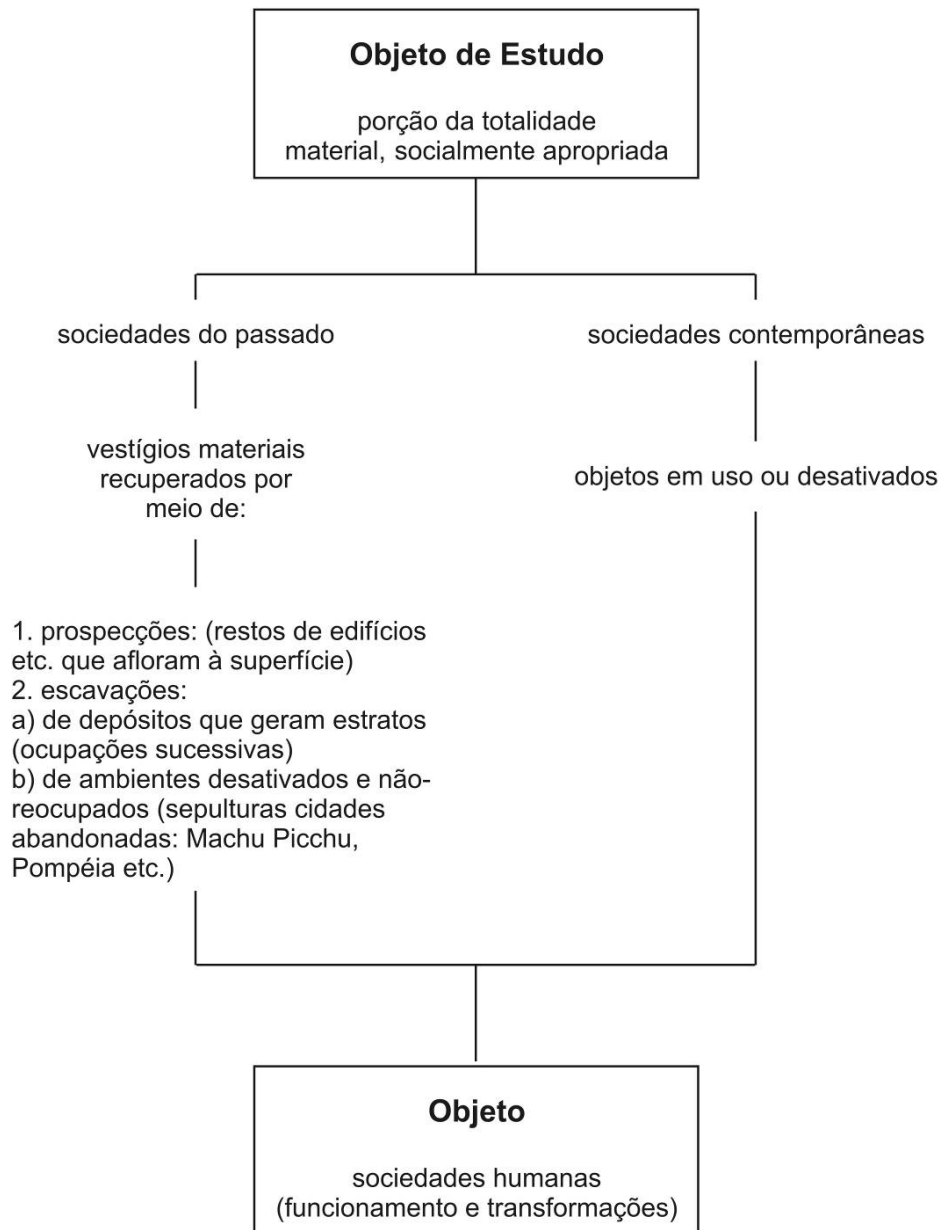


Figura 2. Fluxograma do processo de construção da Arqueologia.

Funari (op. cit.: 18) consolida o pensamento, trazendo o seguinte pensamento:

A especificidade de cada ciência humana consiste, essencialmente, no seu objeto primário de investigação e nos meios particulares de tratamento desse objeto. Assim, a especificidade da arqueologia consiste em tratar, particularmente, da cultura material, das coisas, de tudo que, em termos materiais, se refere à vida humana, no passado e no presente.

Logo, o patrimônio cultural arqueológico é tudo aquilo que a Arqueologia trata. Assim sendo, em sua dissertação de mestrado sobre gestão do patrimônio arqueológico Maria Lucia Franco Pardi (2002: 251) o define como:

[...] a porção do nosso patrimônio material cujos conhecimentos básicos são fornecidos através dos métodos da arqueologia. Esse patrimônio compreende todos os vestígios da existência humana e os sítios onde as atividades humanas se desenvolveram, quaisquer que sejam elas, as estruturas e todo tipo de vestígio abandonado seja na superfície, no subsolo o sob as águas, bem como o material a eles associados. [...] A definição de patrimônio arqueológico é baseada nos métodos da arqueologia e não está confinada a nenhum período específico ou época (...) toda evidência de ocupação humana passada e que pode ser usada na reconstrução do modo de vida de povos passados. Inclui sítios, artefatos, ecofatos e outros dados relevantes e os contextos onde ocorrem; podem ser pré-históricos ou históricos.

Não obstante, Solange Nunes de Oliveira Schiavetto (2003: 26), afirma que:

[...] há um consenso nas concepções esboçadas de que a arqueologia propõe um estudo do homem em conjunto de fatores que não se restringe à cultura material (artefatos), mas, sim, inclui o estudo do contexto no qual a matéria é apropriada pelo homem. É também consenso para a grande maioria dos arqueólogos que os ecofatos e biofatos, constituídos pela paisagem, fauna e flora que acompanha a cultura material desenterrada pelos arqueólogos, são tão importantes quanto os artefatos na reconstrução da vida social do passado.e

Grande parte da legislação referente a patrimônio cultural está extremamente ligada à questão arqueológica, fazendo da arqueologia um dos carros chefes das ciências humanas nos estudos de impacto ambiental, logo como base para a gestão territorial.

## 2.2. Patrimônio Cultural: legislação e competência

Nos últimos anos, tem sido muito crescente o número de publicações a apresentar e discutir a legislação e suas competências acerca do patrimônio cultural no Brasil (UNESCO, 1956; ICOMOS/ICAHM, 1990; PARDI, 1995; ICOMOS, 1996; SILVA, 1996; FONSECA, 1997; SÃO PEDRO & PAZ, 1997; CURY, 2004; DOMÍNGUEZ & FUNARI, 2005; BASTO, SOUZA & GALLO, 2005; SOUZA, 2006; SOARES, 2007).

Pode-se dizer que atualmente muitos juristas passaram a dar maior atenção aos casos ligados ao patrimônio cultural, principalmente o arqueológico devido à ascensão do número de projetos arqueológicos ligados a obras de desenvolvimento e, por sua ocasião, denúncias sobre o mesmo tema.

Muito destas leis vêm das diversas recomendações internacionais sobre a proteção, conservação e promoção do patrimônio cultural. Elas são encontradas em sítios virtuais como os da UNESCO, ICOMOS, ICCROM, entre outras entidades internacionais. No Brasil há alguns livros e artigos que trazem compilações e discussões das recomendações, entre os mais conhecidos estão: Cury (2004), Domínguez & Funari (2005), Basto, Souza & Gallo (2005) e Souza, (2006).

Seguindo a mesma tendência que Basto, Souza & Gallo (2005) no livro “Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico”, o presente trabalho se ocupará de tratar as seguintes recomendações internacionais: Recomendação de Nova Déli (UNESCO, 1956); Carta de Lausanne (ICOMOS/ICAHM, 1990); Carta de Sofia (ICOMOS, 1996). Este recorte é feito devido a acreditar-se que estas três recomendações abarcam quase a totalidade dos questionamentos já levantados acerca da gestão do patrimônio cultural arqueológico.

Pode-se arrolar uma série de autores que desde a década de 1990 trouxeram à tona discussões sobre a legislação brasileira e o patrimônio arqueológico:

- A arqueóloga do IPHAN (na ocasião IBPC) Maria Lucia F. Pardi (1995) fez uma discussão sobre a legislação patrimonial acerca dos bens submersos, discutindo qual seria a ação do IPHAN em relação a esses bens: “Este trabalho constitui parecer técnico institucional, apresentado pela arqueóloga Maria Lúcia Franco Pardi na representação da presidência do IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/Ministério da Cultura”;
- Maria Cecília Londres Fonseca (1997), apesar de não ter como centro uma discussão jurídica, fomenta a compreensão da forma que se constitui a legislação patrimonial no Brasil;
- A arqueóloga do IPHAN, Regina Coeli Pinheiro da Silva (1996), apresenta um artigo que visa a compatibilizar os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil, se limitando ao Decreto-lei 25/1937 e Lei 3927/1961;
- Maria de Fátima Alves São Pedro e Rhonedes Aldora Rodriguez Perez da Paz (1997) trazem uma das primeiras discussões sobre o conjunto das leis sob a ótica de arqueólogos. O trabalho contextualiza a forma como se deu suas aprovações ao longo do tempo, tecendo comentários sobre a profundidade da mesma. Seu trabalho, entretanto, limita-se ao Decreto-lei 25/1973 e Lei 3927/1961;
- Os integrantes do da 9ª SR do IPHAN, Rossano L. Basto, Marise C. Souza e Haroldo Gallo (2005) trazem uma compilação da legislação com notas elucidativas. O diferencial deste trabalho reside no fato de ser a primeira publicação que trabalha o conjunto de normas sobre patrimônio cultural arqueológico;
- A arquiteta do IPHAN, Marise C. Souza (2006) apresenta de forma mais extensa as diversas normas que regulam a gestão patrimonial, demonstrando sua abrangência e atuação. De forma ainda que sutil, apresenta a inserção do patrimônio cultural arqueológico na gestão ambiental;
- A Procuradora da República Dra. Inês V. P. Soares (2007) em livro decorrente de sua tese de doutoramento, dedica toda sua obra à proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil. Tal obra apresenta o conhecimento legal acerca do patrimônio cultural,



clarificando os princípios jurídicos que tangem o patrimônio cultural arqueológico no Brasil.

Diante destes autores pode-se perceber que a legislação que tange à proteção constitucional do patrimônio cultural tem duas vertentes, a saber:

- a) a tutela como bem ambiental cultural, pela sua identificação em contexto ambiental (base material) ou pela sua importância para o equilíbrio do suporte físico do meio ambiente como macrobem; e
- b) a tutela como bem cultural instrumental, pelo valor per se dos bens arqueológicos, essencial para a efetividade do direito fundamental ao patrimônio cultural e dos demais direitos culturais (materiais ou imateriais) fundamentais. (SOARES, 2007)

Tal afirmação efetuada pela Dra. Inês V. P. Soares diz respeito à natureza jurídica que o patrimônio cultural arqueológico adquiriu, seguindo as recomendações internacionais que o colocam como um dos itens que integram a qualidade de vida em um meio ambiente equilibrado.

Apresenta-se a seguir a legislação em nível federal sobre patrimônio cultural arqueológico, vigente no Brasil:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:
  - Artigo 215 e 216, os quais trabalham com conceitos e direitos sobre o patrimônio cultural;
  - Artigo 225, o qual trabalha com o direito de meio ambiente equilibrado.
- Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Dispõe sobre o tombamento do patrimônio cultural;
- Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Decreto nº 72.312 de 31 de maio de 1973. Promulga a Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais;
- Lei Federal nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, modificada pela Lei Federal nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição dos bens submersos ou afundados;

- Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Código Penal [Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, modificado por Lei nº 9.777 de 26 de dezembro de 1998];
- Estatuto da Cidade [Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001];
- Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto, e considerando a necessidade de se estabelecerem às definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Portaria SPHAN nº 007, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei nº 3.924/1961;
- Portaria IPHAN nº 230, de dezembro de 2002. Dispositivos para a compatibilização e obtenção de licenças ambientais em áreas de preservação arqueológica;
- Portaria IPHAN nº 28, de 31 de janeiro de 2003. Resolve que os empreendimentos hidrelétricos dentro do território nacional deverão, doravante de renovação da licença ambiental de operação, prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico;
- Portaria Interministerial (Ministério da Marinha e Ministério da Cultura) nº 69, de 23 de janeiro de 1989. Aprova normas sobre como e quem é o responsável sobre os bens patrimoniais afundados ou submersos;
- PORTARIA DPC Nº 46, DE 8 DE ABRIL DE 2003. Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas e Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos – NORMAM 10/2003.

No âmbito do Estado de Santa Catarina tem-se a Constituição Estadual de 1989, artigo 138, que diz respeito à política de desenvolvimento regional, assegurando, através do inciso V, a proteção do patrimônio cultural; a Emenda Constitucional nº 35 de 2003, que acresce o Capítulo IX do Turismo, artigo 192-A:

O Estado promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, de divulgação, de valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, respeitando as peculiaridades locais, coibindo a desagregação das comunidades envolvidas e assegurando o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades exploradas, estimulando sua auto-sustentabilidade.

No entanto, a Lei Estadual nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o patrimônio cultural no Estado de Santa Catarina, no seu artigo 2º (que teve sua redação modificada pela Lei Estadual nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993), vai de encontro à Lei Federal nº 3.924/61, pois considera como necessidade de preservação apenas as coisas que “apresentem excepcional valor arqueológico, [...] sítios e paisagens que importe conservar e proteger”. A redação desta lei somada à falta de normalizações sobre como se estimar o “*excepcional valor*” e aquilo que “*importe*” proteger pode gerar visões dúbias sobre o tema, principalmente porque a legislação federal (Lei 3.924/61) não faz essa distinção entre os sítios, protegendo todos até que haja trabalhos de pesquisa efetuados nos sítios.

Quando o assunto é sobre a competência das esferas de poder em relação ao patrimônio cultural uma série de dúvidas são levantadas. Quem pode legislar sobre o patrimônio cultural e de que forma isso pode ser feito? No antigo sítio de internet do IPHAN era apresentado (após a reformulação da página tal fragmento deixou de existir) um recorte da Constituição Federal de 1988 (Anexo I).

Como pode ser visto nas diversas passagens da Carta Magna brasileira, existe o direito e dever de todas as esferas públicas estarem inseridas no processo legal acerca do patrimônio cultural. Entretanto, vendo a práxis pode-se dizer que nem sempre é assim. Apesar de ser o artigo 216 que define o que

é patrimônio cultural, é o artigo 225 que garante a atuação da arqueologia dentro dos empreendimentos que alteram o meio ambiente.

O arqueólogo Plácido Cali (2005) dedicou sua tese de doutoramento às “Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico”. Segundo ele – fazendo uso de demais autores (MACHADO, 1998) – o município tem competência suplementar no que rege as leis 3.924/61 e 9605/98, lembrando que uma lei suplementar não pode alterar, deturpar ou mesmo desviar da *mens legis*. Partindo disto Cali traz:

A competência legislativa dos municípios é um tema ainda não pacífico entre os doutrinadores jurídicos e mesmo na produção jurisprudencial. Porém, o que se observa no levantamento dos julgados é que, apesar das decisões dos juizes singulares variarem em relação à competência dos municípios de legislar sobre o patrimônio cultural, os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal estão, reiteradamente, favoráveis a essa competência legislativa, desde que se respeite o conteúdo das legislações federal e estadual.

Em seu estudo, a procuradora Dra. Inês V. P. Soares (2007: 42) aprofunda-se mais na questão e afirma:

[...] no que tange à competência para legislar sobre patrimônio cultural, cabe à União, aos Estados e ao Distrito Federal, de modo concorrente, estabelecer as leis sobre: proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico, paisagístico (inc. VII); responsabilidade por dano a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (inc. VIII). Embora os Municípios não estejam mencionados para o exercício da competência legislativa concorrente, por força do art. 30, inc. II, os Municípios podem legislar de modo suplementar à legislação federal e estadual no que couber. A legislação em matéria de patrimônio público é cabível, já o inc. IX, do mesmo art. 30 estabelece competência para promover a fiscalização do patrimônio histórico-cultural local, devendo observar a legislação e a ação fiscalizadora federais e estaduais.

A procuradora finaliza sua discussão acerca da competência, falando sobre a incapacidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios de versar sobre o direito penal, abordando ainda, a criação de tipos e previsão de crimes contra o patrimônio cultural.

A legislação é o ponto de partida para compreender e planejar a gestão do patrimônio cultural, pois é ela que estabelece limites e atribui competências, fazendo sempre necessário o conhecimento e correta interpretação dos termos jurídicos para uma gestão eficaz.

### 2.3. Patrimônio Cultural e a propriedade privada

Antes de dar início a este item, faz-se necessária uma introdução conceitual para não haver problemas de interpretação. Não é ponto pacífico entre juristas e teóricos a relação entre a propriedade privada e o patrimônio cultural, entretanto, a discussão vem tomando cada vez mais corpo e possibilita algumas clarificações.

O Brasil tem em sua base legal – assim como a maioria dos países latinos – o Direito Romano, diferindo dos países de colonização inglesa que dividem um conceito chamado de *Commum Law*. Tal origem legal reverbera em como é dada a relação do Estado com os cidadãos, logo com o pensamento sobre a propriedade privada. Muitas vezes é possível ver cidadãos brasileiros evocarem um direito de propriedade, baseando-se em filmes americanos, onde o regime legal funciona de forma diferente do território brasileiro. Uma das heranças do Direito Romano na sociedade brasileira é a função social da propriedade, isto é, o Estado pode exercer alguns poderes sobre a propriedade privada, desde que seja em benefício do coletivo. Tais intervenções podem, ou não, serem passíveis de indenização, sendo estas relativas a ação e/ou intervenção do Estado na propriedade privada.

Imergindo na discussão acerca da função social da propriedade têm-se os seguintes textos:

[...] o exercício do direito de propriedade sobre as coisas não se pode contrapor a outros valores, não-econômicos, de interesse geral, e, por isso, o exercício desse direito é tutelado pela administração pública. (FONSECA, 1997).

No âmbito do regime jurídico público, a servidão administrativa insere-se em prerrogativa da Administração Pública agindo com o poder de império que lhe permite onerar a propriedade privada com o direito real de natureza pública, sem obter previamente o consentimento do particular ou título expedido pelo Judiciário. Fundamenta-se, isto sim, na supremacia do interesse público sobre o privado. (MADEIRA, 2000).

Somando a visão do patrimônio cultural desempenhando a função social da propriedade:

[...] todos os bens culturais, sejam materiais ou imateriais, gozam do aparato protetivo ambiental, por serem essenciais para o desenvolvimento da vida humana em um patamar mínimo de dignidade [...]. Nesse sentido, a amplitude conferida ao conceito do patrimônio cultural na Constituição fortaleceu ainda mais a função socioambiental da propriedade sobre bens culturais que será limitada

e restringida somente de acordo com o interesse público na preservação do patrimônio cultural. (Soares, 2007).

Desta forma, não há como discordar sobre a função social que desempenha o patrimônio, entretanto, conforme o instrumento de gestão escolhido, o discurso dos teóricos pode se alterar. Dra. Inês V. P. Soares (2007), em seu livro *Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico do Brasil*, pontua que a Constituição Federal do Brasil possui cinco (5) instrumentos nominais de gestão do patrimônio cultural, sendo eles: inventário, vigilância, tombamento, registro e desapropriação, além de existir os não nominados, os quais não serão tratados no momento.

- a) Inventários – apesar de não existir uma norma específica ele funciona de forma preventiva, possibilitando planejamentos mais efetivos e assegurando o bem de possíveis danos;
- b) Vigilância – da mesma forma que o inventário, não possui normatização, entretanto, não a necessita, pois a vigilância é uma das atribuições dos diversos órgãos nas três esferas de poder, juntamente com o Ministério Público e a população;
- c) Tombamento – dos instrumentos o mais conhecido, sua normatização advém do Decreto-lei nº 25 de 1937 e possui leis congêneres nas demais esferas do poder. Por sua normatização, também possui maior massa crítica envolvida. A Dra. Inês V. P. Soares (2007) traz um arcabouço teórico-jurídico para discutir a função do tombamento e conclui:

Desse modo, o tombamento é procedimento importante para a preservação dos direitos e interesses que circundam o suporte material do bem. Especialmente para a definição dos direitos e deveres do proprietário e, por consequência para a atuação do Estado no exercício de seu poder de polícia.

- d) Registro – instrumento de gestão que também possui normatização – Decreto nº 3.551 de 2001 – sendo utilizado principalmente para bens da ordem imaterial;
- e) Desapropriação – utilizado como último recurso administrativo por parte do Estado (em suas três esferas) para a efetiva proteção do bem cultural. A Dra. Inês V. P. Soares (2007) o coloca como último recurso pela existência da função social da propriedade, cabendo ao

proprietário, conjuntamente com o Estado, o ônus do bem patrimonial. No entanto, ela traz exemplos nos quais demonstram que o Estado não é um bom proprietário de bens culturais, deixando-os muitas vezes em mau estado de conservação. Vale ressaltar que quando utilizado este instrumento existe indenização ao proprietário.

Diante disto, poder-se-ia dar por encerrada a discussão acerca do *patrimônio cultural e a propriedade privada*, entretanto, para alguns autores o direito à propriedade é ferido pelo ato de tombamento, logo, precisa ser indenizado (OLMO, 2000). Essa matéria ainda traz discussões à tona sempre que há vontade contrária do proprietário no tombamento do bem.

O fato de se ter pensado em possíveis indenizações e preservação sem o respectivo tombamento, pode estar relacionado à forma que foi aprovado o Decreto-lei nº 25/1937. Apesar de o projeto ser oriundo dos protagonistas da *Semana de Arte Moderna de 1922*, foi apenas após o golpe de Getúlio Vargas que a lei de patrimônio do Brasil foi aprovada. Muito do que Mário de Andrade e companheiros haviam pensado foi utilizado, mas tiveram que ser feitas modificações (concessões) para que a lei pudesse ser outorgada (lembrando que ela não foi vontade do povo já que é um decreto-lei). Pode-se ir além quando se analisa o processo da formação do Estado-Novo brasileiro.

Durante a vigência do presidente Getúlio Vargas no poder, foram decretadas duas constituições nacionais, a primeira em 1934 e uma segunda em 1937. A Constituição de 1934 teve um caráter social até então não existente nas Constituições brasileiras (1824 e 1891). Seria nessa primeira Constituição que o Brasil avançaria em discussões sociais como: o voto feminino e o interesse social da propriedade, como podem ser vistos no seguinte recorte:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO  
BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934)

CAPÍTULO II

Dos Direitos e das Garantias Individuais

Art 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

17) É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior.

No entanto, em 1937, quando Getúlio Vargas dá o *Coup d'Etat* e instaura o Estado-Novo, este vem com uma nova Constituição Federal, a qual suprime tal “interesse social” da propriedade. Assim sendo, o Decreto-lei nº 25 de 1937, apesar de ser um avanço na política patrimonial brasileira, estava de mãos atadas no que dizia respeito à propriedade privada, já que não foi pensado para essa lógica, podendo apenas se limitar a locais públicos.

Com a entrada do Brasil no grupo dos Aliados e o fim da II Guerra Mundial, ficou muito difícil a manutenção da ditadura e o Estado-Novo acabou sucumbindo. Em 1946 promulga-se uma Constituição Federal para redemocratizar o país, na qual o interesse social passa a ser mensurado por indenizações em dinheiro:

#### CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)

##### CAPÍTULO II

##### Dos Direitos e das Garantias individuais

Art 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.

Tal quadro não sofreu alterações durante o período militar (1964-1985), tendo a Constituição a seguinte redação:

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967

##### CAPÍTULO IV



## Dos Direitos e Garantias Individuais

Art 150 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 22 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no art. 157, § 1º. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior.

Assim sendo, apenas na Constituição Federal de 1988 o Brasil volta a ter o interesse social desvinculado de indenizações:

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

#### TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

##### CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

No caso dos sítios arqueológicos, além de levar em consideração que a Lei nº 3924 de 1961 não trabalha com a necessidade dos sítios arqueológicos serem tombados para estar sob proteção legal, também afirma:

O art. 1230 do Código Civil também dispõe que a propriedade do solo não abrange os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais. O § 1º do art. 1.228 do Código Civil estabelece que o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, o patrimônio histórico e artístico. Nesse sentido, declara a União é titular dos direitos (reais ou pessoais) sobre o patrimônio arqueológico.

Como se pode ver, a legislação brasileira – principalmente após a Constituição Federal de 1988 – ampara a “convivência pacífica” entre patrimônio cultural e propriedade privada, embora, ainda existam vozes contrárias.

### 3. Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico

A gestão do patrimônio cultural arqueológico tem seu início praticamente junto com a própria ciência Arqueologia. Autores, como Henry Cleere (1990), afirmam que a disciplina acadêmica de Arqueologia e a função administrativa da gestão da herança cultural são gêmeas. Ele traça um breve histórico falando que desde 1666, na proclamação real da Suécia já havia referências sobre a gestão, sendo toda antiguidade propriedade da coroa. Já para a América, a noção dessa gestão é oriunda da Espanha que tinha uma legislação baseada na visão medieval de fisco do ouro e prata antigos. Ainda cita que em função da exploração das ruínas de Herculaneum no século XVIII, o rei de Nápoles, da casa dos Bourbons, decretou que todo o vestígio patrimonial que fosse retirado estaria sob controle judicial da coroa. A visão mais moderna de proteção existe desde o fim do século XIX; entretanto, a efetivação de uma gestão do patrimônio cultural se dá no pós-II Guerra Mundial quando se tem maior noção dos danos que a pressão político-ideológica pode causar às pesquisas arqueológicas e a sua gestão, com isto inicia a perda da inocência na gestão patrimonial arqueológica (KRISTIANSEN, 1990; CLEREE, 1990; FUNARI, 1999, 2003; TRIGGER, 2002; BJÖNSTAD, 1990).

O arqueólogo Kristian Kristiansen (1990) afirma que muito da legislação acerca da gestão do patrimônio arqueológico teve o estopim devido à tensão gerada pelo *boom* econômico desenvolvimentista o qual demonstrou que os arqueólogos até então davam mais importância à escavação do que à cura do conjunto dos sítios de forma ampla e planejada. Henry Cleere (1990) diz que esse quadro mudou muito nos EUA e Grã-Bretanha durante a década 1970. No entanto, aponta que países em desenvolvimento ainda estão no período que ele nomeia de sistema “*sitting alongside old Charlie*”, o aprender fazendo de Hester A. Davis (1990). Jovens arqueólogos – com boa formação – entram para os órgãos de gestão sem ter tido nunca o contato com essa aplicação, fazendo com que muito do patrimônio se perdesse, gerando posteriormente a necessidade de ações mitigadoras, quando estas fossem reconhecidas (DEBLOOIS & SCHNEIDER 1990; LAIDLAW, 1990).

Com o objetivo de corroborar todo esse movimento do final dos anos 70 e início dos 80, vê-se a necessidade de um comitê específico para gestão do patrimônio arqueológico. Dentro do já existente *International Council on Monuments and Sites* – ICOMOS que desde 1967 vinha trabalhando em causas de defesa do patrimônio cultural. Foi no ano de 1985 que isto se tornou uma realidade e passou a operar em conjunto com o *International Council of Museums* – ICOM e *International Centre for Study of Preservation and Restoration of Cultural Property* – ICCROM, e ICOMOS, sendo tal comitê nomeado de *International Committee on Archaeological Heritage Management* – ICAHM (BJÖNSTAD, 1990).

Apesar de autores como Henry Cleree (1990) disserem que melhorou muito, todos reconhecem que pode melhorar muito mais. O arqueólogo John Alexander (1990) propõe a criação de cursos para a formação de profissionais de gestão do patrimônio arqueológico em países em desenvolvimento, sendo estes fomentados e ministrados por universidades de renome internacional. Hester A. Davis (1990) ataca um ponto crucial quando diz:

Arqueólogos profissionais condenam qualquer um que escavar um sítio arqueológico sem ter treinamento supervisionado em técnicas de escavação, para não dizer, sem conhecimento em história da cultura, teoria, cultura material e demais temas [...] entretanto, pessoas sem treinamento supervisionado, ou experiência, são encarregadas de tomar decisões de vida e morte sobre sítios arqueológicos. (tradução nossa)

De forma quase que unânime existe a recomendação sobre a necessidade de profissionalização dos arqueólogos em seus mais diversos seguimentos, através de agências reguladoras, não apenas a capacitação, mas sim reconhecimento legal, pois estes têm de assumir as responsabilidades sociais que lhe são incutidas (MAYER-DAKOS, 1990; KRISTIANSEN, 1990; STANLEY-PRICE, 1990; ADDYMAN, 1990; DAVIS, 1990). Apesar de as referências supracitadas estarem com mais de 18 anos de idade, ainda existe a mesma problemática em âmbito internacional e, certamente, nacional. Não é incomum encontrar em fóruns de discussão da *American Cultural Resources Association* (ACRA) e da *World Archaeology Congress* (WAC), argumentações sobre os caminhos da profissionalização e falhas sobre as mesmas. Thomas King (2009) escreve um artigo discutindo os erros efetuados pelos EUA e

replicados pelos demais países na forma em que tratam o patrimônio cultural arqueológico em relação aos estudos de impacto ambiental.

O tema da gestão sempre é difícil de ser discutido, pois existe uma série de conceitos que partem de antagônicos, passam por complementares e se imbricam. Devido a essa natureza controversa, será feita uma apresentação dos conceitos tomados no presente trabalho, com o fim de estabelecer claramente os parâmetros conceituais.

Neste trabalho, o ponto de partida para a gestão do patrimônio arqueológico se inicia com a Carta de Lausanne (ICOMOS/ICAHM, 1990). Sua construção advém da necessidade de diretrizes para a conservação, preservação e gestão do patrimônio arqueológico. Em seu preâmbulo há o seguinte texto:

Essa carta foi motivada pelo sucesso da Carta de Veneza enquanto documento normativo e propõe-se a enunciar princípios fundamentais e recomendações de alcance global, já que não pode considerar as dificuldades e especificidades regionais e nacionais.

Pode-se dizer que o tema central da carta é a política de conservação integrada, nela definida assim:

As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser sistematicamente integradas àquelas relacionadas ao uso e ocupação do solo, bem como às relacionadas à cultura, ao meio ambiente e à educação. [...] devem ser regularmente atualizadas. Essas políticas devem prever a criação de reservas arqueológicas. [...] devem ser consideradas pelos planejadores nos níveis nacional, regional e local.

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes em que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de 'conservação integrada'.

Conservação integrada pode ser uma das formas de gestão escolhida, mas não é a única. No caso dos patrimônios culturais, opta-se comumente por este meio, em virtude da sua capacidade holística de visão do problema e assim trazendo uma resposta mais crítica.

Jukka Jokilehto (2002) diz que essa conservação em termos gerais visa à salvaguarda e à proteção do patrimônio cultural e também como ação de

prevenção de sua decadência. Lapa & Zancheti (2002) vão além e dizem que é após a 2ª Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO92) que a conservação integrada passa a estar mais próxima da questão ambiental e social e que qualquer política territorial atual tem de passar a ser de conservação ambiental integrada, entendendo-a como o controle da mudança nas estruturas ambientais.

A extrema ligação entre o território e o patrimônio cultural se dá em razão território ser o grande palco, ou campo, das manifestações e representações da diversidade cultural, étnica e social. Por conta disto, vê-se a necessidade de levantamentos arqueológicos inseridos nos estudos de impacto ambiental, assim como, nas demais licenças ambientais. Para aprofundar ainda mais a compreensão da relação do patrimônio cultural e a gestão territorial serão citados autores como Luiz Oosterbeek (2007) que discute a relação intrínseca entre a qualidade de vida, território e identidade local em um mundo globalizado. Na mesma linha, Vitor Oliveira Jorge (2000) discute as associações do homem moderno com o patrimônio cultural. Ambos os autores vivenciaram um período de extremo desenvolvimento em Portugal durante as últimas décadas, devido às necessidades exigidas para entrada na Comunidade Européia. Assim sendo, trazem paralelos de uma realidade portuguesa, entretanto, facilmente comparável à brasileira.

Lapa & Zancheti (2002) conceituam a visão de conservação integrada da seguinte forma:

O ponto central da discussão da conservação integrada na atualidade é como a ação pública planejada pode contrapor-se aos processos homogeneizantes do território sem 'barrar' o processo de inovação. A conservação deve ser tomada como ponto de partida para inovação e não a idéia, ainda muito corrente, de que o território é um campo livre, sem uma herança.

Como já dito antes, conservação integrada é uma das formas de gerir o patrimônio cultural arqueológico, entretanto, para fazer uso dela há de se ter um planejamento visando a isto, pois existe uma grande diferença entre gestão e planejamento quando analisados de forma separada. A arquiteta Dora Orth (2006), ministrando a disciplina de Gestão Urbana no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina,

apontou para uma visão muito interessante sobre a questão do termo *gestão*. De forma crítica inicia seu curso discutindo a gestão urbana, afirmando que a gestão existe com ou sem planejamento, entretanto, gerir algo que foi planejado dá maior confiabilidade e aumenta a perspectiva de ser bem gerido.

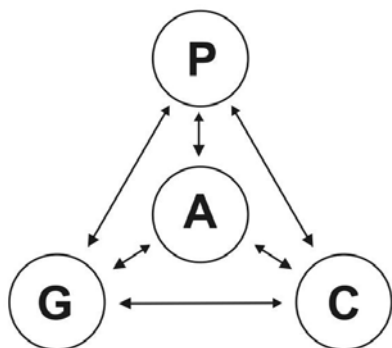
O planejamento da conservação integrada é o tema do trabalho de Virgínia Pontual (2002) que, fazendo uso de Matus (1989), diz que o planejamento é a capacidade de pensar ou refletir antes de agir; oposição à improvisação; cálculo que precede e preside a ação; processo de decisão que antecipa o futuro. Já Buarque (1999) define o planejamento como:

Ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possíveis.

Logo, para se pensar uma gestão do ponto de vista completo e complexo da palavra, deve-se contemplar o planejamento dentro da gestão, pois não há como pensar gestão efetiva sem um bom plano de gestão.

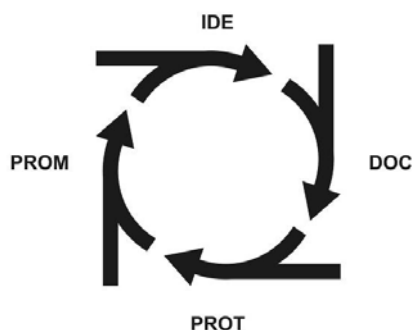
Os teóricos (MATUS 1989; PONTUAL 2002) dizem existir duas linhas no planejamento (FIG. 3). O *planejamento situacional ou estratégico*, o qual admite vários sujeitos, sendo o poder público um deles, na negociação dos conflitos. O outro e mais comum nos países latino-americanos é o *planejamento normativo*, sendo o poder público o único que planeja e governa o sistema social, provendo o que for necessário (PONTUAL, 2002).

Planejamento Situacional



A – Representa os atores sociais ou sujeitos do planejamento, com interesses e objetivos diferenciados, mas que mantêm interdependência na decisão das ações;

Planejamento Normativo



IDE – Identificação: de sítios – regional ou pontual; de Arqueólogos, Empresas ou Instituições; de Peças ou Coleções; de Pesquisa;

P – O projeto de governo ou o conteúdo pragmático dos projetos de ação que ele se propõe a realizar para alcançar seus objetivos;

DOC – Documentação: de sítio; acervo; conhecimento; devolução de conhecimento, acervo e bloco testemunho;

G – A governabilidade do sistema é a relação entre as variáveis, que o poder público controla e não controla, inerentes a um dado processo. A governabilidade do sistema é tanto maior quanto mais alta for a capacidade de comando do poder público;

PROT – Proteção: licenciamento, denúncia de destruição, trânsito, comércio e tráfico de bens; tombamentos; zoneamentos; conservação;

PROM – Promoção: turismo cultural; educação patrimonial; campanhas; relações públicas; capacitação de pessoal;

C – A capacidade de governo refere-se à capacidade de condução e direção do poder público, abrangendo o acervo técnico, destrezas, habilidades de um governante e de sua equipe para conduzir o processo e alcançar os objetivos.

(MATUS 1989 apud PONTUAL 2002)

(PARDI, 2002)

Figura 3. Modelos de planejamentos situacional e normativo.

Um planejamento para conservação integrada estabelece o cruzamento entre dois eixos, sendo um que abrange os aspectos econômicos, sociais, físico-territoriais e administrativo-institucional, e o outro que compreende os níveis e esferas da estrutura institucionalizada em: municipal, regional, estadual e nacional (PONTUAL, 2002).

A Figura 4 apresenta as etapas e fases do planejamento integrado proposta por Pontual (2002).

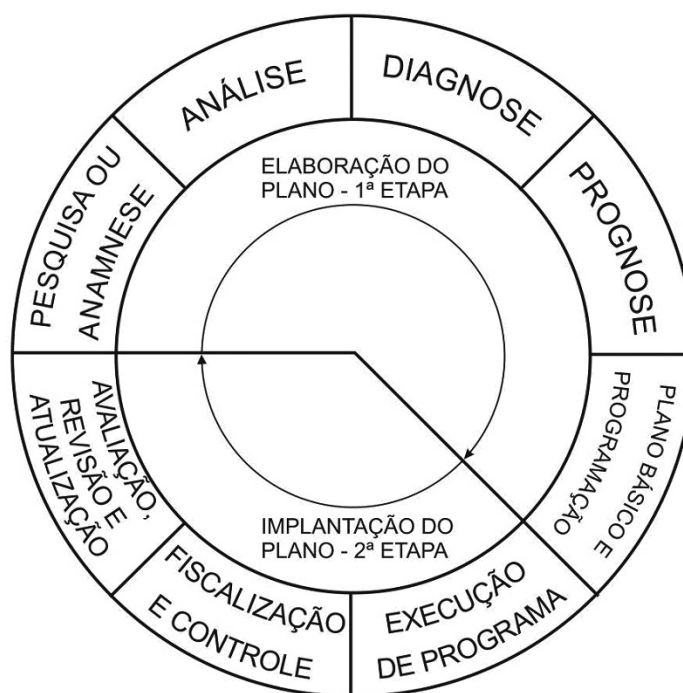


Figura 4: Etapas e fases do planejamento integrado (PONTUAL, 2002)

Diante das informações apresentadas tem-se por gestão o conjunto de ações – do planejamento à execução – voltadas à conservação do patrimônio cultural arqueológico de forma integrada ao meio ambiente, dando voz aos diversos atores envolvidos nos conflitos entre o desenvolvimento e a preservação.

Como se pode ver, as diversas tensões que foram geradas no âmbito da Europa ocidental e América do Norte com o *boom* econômico do pós-guerra, isto é, a partir da segunda metade do século XX, fez com que se revisasse a práxis da gestão de recursos e bens, já que o mundo uma hora não teria mais reservas e a poluição em suas diversas subdivisões estavam minando cada vez mais o equilíbrio da humanidade. Estas discussões sobre um mundo novo para se viver foram rapidamente absorvidas pelos diversos seguimentos do planejamento territorial. Os patrimônio-culturalistas estavam nessa discussão desde a Carta de Atenas (CIAM, 1933) quando esta discutia a cidade ideal. Entretanto, como foi visto, a discussão foi avançando conforme aumentavam as problemáticas, sendo as décadas de 70 e 80 o palco para as decisões que fizeram o mundo olhar para o que ainda se busca hoje, o “meio ambiente equilibrado”.

No Brasil as experiências de gestão do patrimônio arqueológico ainda são incipientes do ponto de vista da conservação integrada, entretanto, desde 1937 existe amparo federal para a proteção do patrimônio cultural arqueológico, inclusive com a constituição de órgão permanente de proteção. O Brasil diplomaticamente foi signatário de todas as indicações internacionais relativas ao meio ambiente equilibrado (exceção à recomendação sobre o patrimônio subaquático). Visivelmente, vê-se que a legislação brasileira acompanha as discussões internacionais sobre as necessidades acerca da arqueologia e a gestão dos seus bens, integrando-os ao meio ambiente, todavia, na prática não ocorre da forma desejada.

Alguns poucos trabalhos sobre a gestão de bens arqueológicos foram publicados, exceções aos de Maria Lucia F. Pardi (2002) que discute a “Gestão do patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação” e Rossano Lopes Bastos *et al.* (2007) que traz no título a explicação de sua



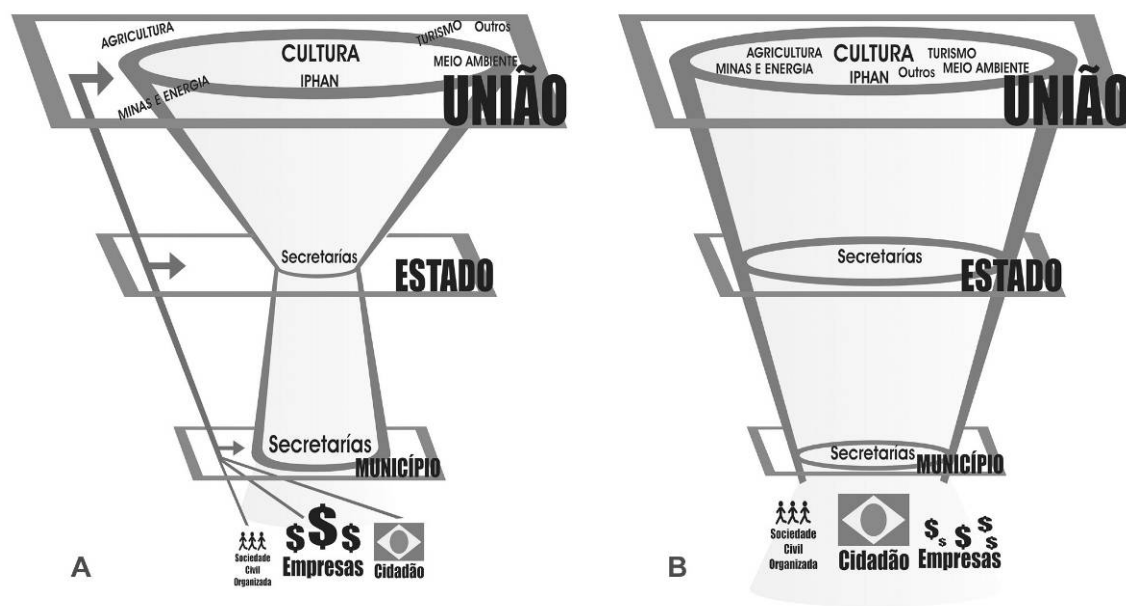
contribuição: “A arqueologia na ótica institucional: IPHAN, contrato e sociedade”. Os demais trabalhos atuam sobre patrimônios específicos de uma localidade:

- Município de São Paulo, SP – Lúcia de J. C. O. Juliani (1996);
- Município de Joinville, SC – Dione R. Bandeira (2002);
- Município de Goiás, GO – Renata Godoy (2003);
- Município de Porto Alegre, RS – Alberto Tavares de Oliveira (2005);
- Município de Itapeva, SP – Sergio A. C. Araújo (2006);
- Estado do Amapá – Maria Lucia F. Pardi & Odete Silveira (2005).

No entanto, não se pode deixar de perceber que cada um desses trabalhos traz à tona uma visão diferente de gestão e de como aplicá-la, muitas vezes com métodos que não são claros.

Um dos marcos em trabalhos relacionados à gestão do patrimônio cultural arqueológico no Brasil é o de Maria Lucia F. Pardi (2002). Esta apresenta uma concepção particular sobre o que é gestão do patrimônio arqueológico, e seu discurso muitas vezes leva o leitor a compreender o bem arqueológico em separado dos demais bens culturais. Apesar de afirmar que o município tem a competência de gerir o patrimônio arqueológico por estar em maior contato com os sítios, ao apresentar o diagrama de como deveria ser a gestão ideal coloca menos peso ao município. Ainda falando sobre a competência dos municípios, diz que alguns dados sobre os sítios são sigilosos – entre eles o da localização – tornando quase que impossível a ação do município no que diz respeito à gestão do patrimônio arqueológico.

Pode-se observar que Pardi (2002) utiliza o planejamento normativo, vide modelo por ela apresentado na figura 5.



A - modelo atual

B - modelo ideal

Figura 5. Modelos apresentados por Pardi (2002).

A gestão versada no Brasil ainda está muito ligada à normatização, entretanto, trabalhos como o de Rossano Lopes Bastos *et alii* (2007) trazem à tona importantes contribuições para a compreensão do sistema gerencial da arqueologia no Brasil, ainda que trate de tentar alcançar a conservação integrada com uma prática incipiente. O autor expõe uma posição sobre não haver separação – do ponto de vista gerencial – da “arqueologia acadêmica” e da “arqueologia de contrato”, trabalhando, porém, com a realidade do cenário da arqueologia brasileira atual, a qual consta de mais de 99% das portarias expedidas para a vertente contratual e não à acadêmica (BASTOS, 2007). Diante disto, traz em seu trabalho o fluxograma do caminho que o processo de liberação faz dentro do órgão responsável e do conjunto de leis e normas que obrigam a aumentar a integração na conservação (FIG. 6). Até então não existia em nenhuma publicação, informações claras sobre o funcionamento e procedimentos que os pedidos e licenças tomavam dentro do IPHAN.

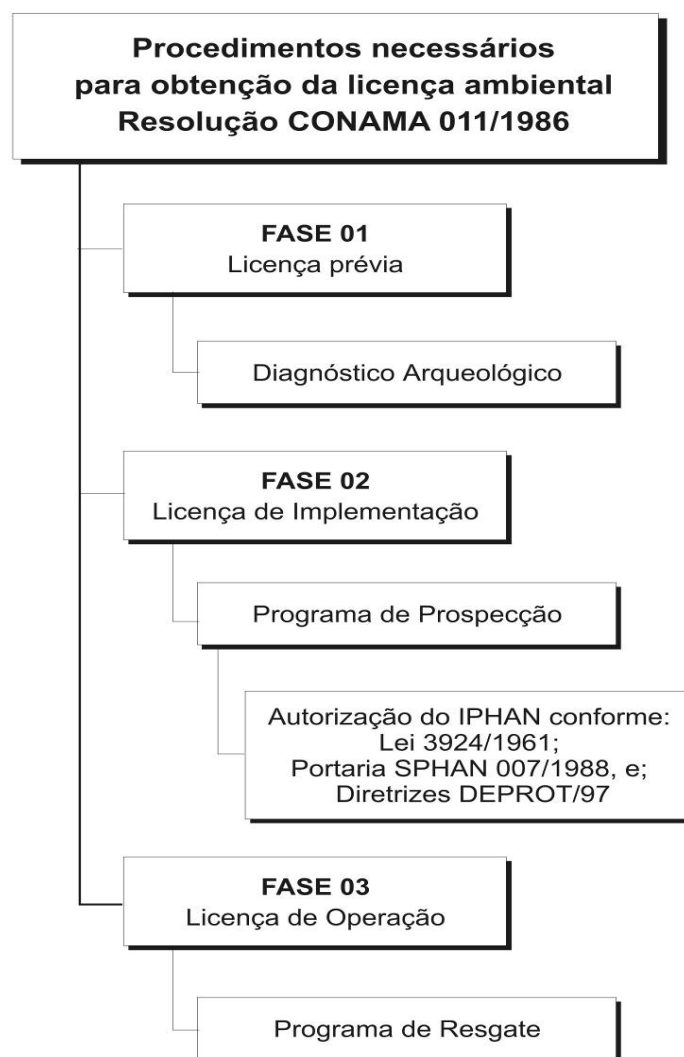


Figura 6. Fluxograma dos procedimentos necessários para obtenção de licença ambiental (BASTOS, 2007).

Diante desta introdução da problemática da gestão do patrimônio cultural arqueológico, serão abordados os dados referentes à área piloto, atentando-se para a compreensão de como essas relações se dão no território pesquisado.

#### 4. Área de Estudo

##### 4.1. Características Ambientais

###### 4.1.1. Hidrografia

A foz do vale do Itajaí faz parte do sistema da bacia hidrográfica do Itajaí, considerada a maior bacia do Estado de Santa Catarina, tendo uma área aproximada de 15.000 km<sup>2</sup> com uma amplitude de relevo que vai do nível do mar chegando a 1500 m de altitude. A bacia tem como rio principal o Itajaí-açu o qual possui os seguintes contribuintes: Rio Itajaí do Sul, Rio Itajaí do Oeste, Rio Itajaí do Norte, Rio Benedito, Rio Luís Alves, Rio Neisse, Rio Warnow, Rio Encano, Rio Garcia e Rio Itajaí-Mirim. Seus divisores de água são as Serras da Moema e de Jaraguá, ao norte; Serra Geral a oeste; Serra da Boa Vista, dos Faxinais e Tijucas, ao sul (VIBRANS, 2003).

###### 4.1.2. Geologia e geomorfologia

A foz do vale do Itajaí encontra-se sobre as formações do Complexo Granulítico de Santa Catarina, Complexo Tabuleiro e o Complexo Metamórfico Brusque, isto em sua porção sul, tendo como limites as Serras do Itajaí e do Tijucas. Ao norte do Rio Itajaí tem-se apenas o Complexo Granulítico, já a oeste encontram-se rochas areníticas e conglomerados das Formações Gaspar e Campo Alegre (Grupo Itajaí). Do ponto de vista geomorfológico, grande parte da foz do vale do Itajaí está inserida em áreas de planícies aluviais da zona sedimentar recente, isto é, depósitos fluviais holocênicos e pleistocênicos (VIBRANS, 2003).

###### 4.1.3. Cobertura Vegetal

A cobertura vegetal da foz do vale do Itajaí encontra-se bastante afetada pelas atividades recentes, resumindo-se a pequenos bolsões de mata em planícies e a grande parte dos morros da região, já que as áreas que ainda não foram urbanizadas possuem plantações e pastos de gado.

#### 4.2. Breve histórico da ocupação da região

A foz do vale do Itajaí possui condições ambientais que possibilitaram o adensamento humano na área. A vocação portuária é fruto dos primeiros assentamentos humanos de imigrantes europeus em busca de abrigo na foz do rio Itajaí. Devido a topografia da região ser bem plana e sujeita a inundações sazonais, foram escolhidas as porções mais altas para os primeiros assentamentos, onde hoje encontram-se as sedes dos primeiros colonizadores da região do fim do século XVIII e início do XIX. Com o ciclo da madeira em Santa Catarina (fim do séc. XIX e início do XX), a região passa a aglutinar uma maior população, não só em Itajaí como em outras áreas da foz. Já na segunda metade do século XX, inicia-se uma busca da balneabilidade das áreas litorâneas, desenvolvendo ainda mais a região.

Além dos sítios arqueológicos pré-históricos encontrados na área, existem relatos da existência de povos indígenas na região, o que foi visto em depoimentos levantados através de bibliografia, a herança nominal e a concessão por parte do Império do Brasil para a caça aos bugres (AMORIM, 2002).

#### 4.3. Delimitação da área de estudo

A área de estudo para aplicação da metodologia de gestão do patrimônio cultural arqueológico foi delimitada aos municípios pertencentes à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI. A escolha da AMFRI deu-se devido à diversidade de realidades entre os municípios que possuem desde avançadas estruturas legais e recursos humanos até o total desconhecimento de sítios arqueológicos em seu território. Vale lembrar que a AMFRI é uma forma de associação não hierárquica, na qual os municípios optam por discutir o que é comum a todos. Desta forma, acredita-se que essa divisão auxilie na implantação e implementação de um plano de gestão para a região (FIG. 7).

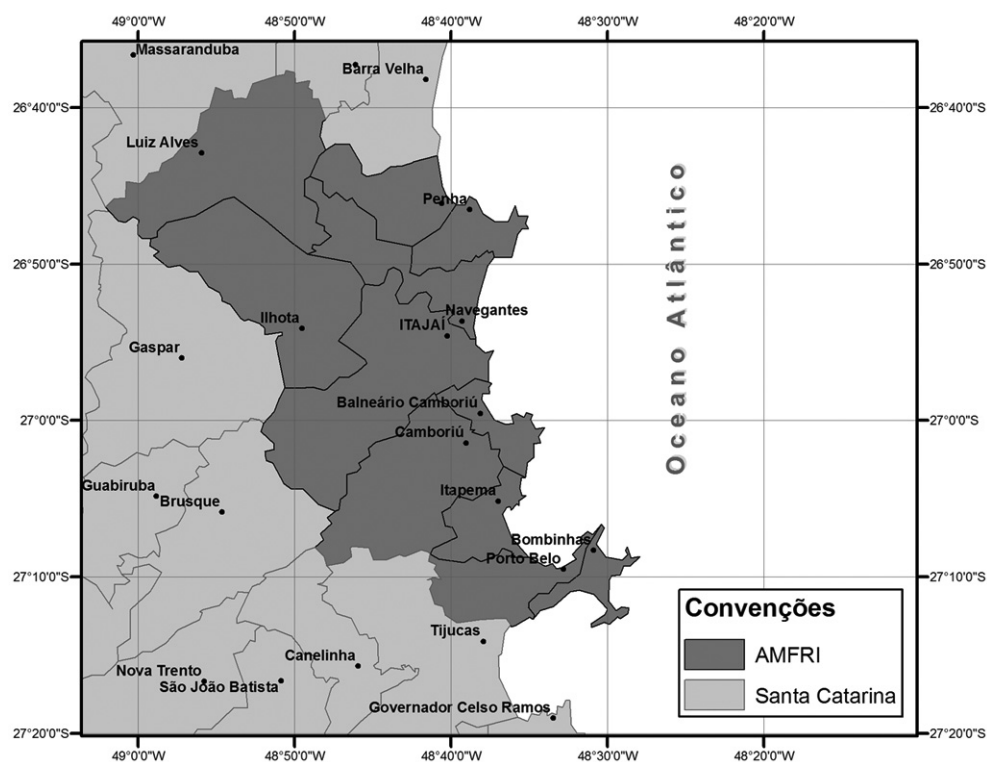
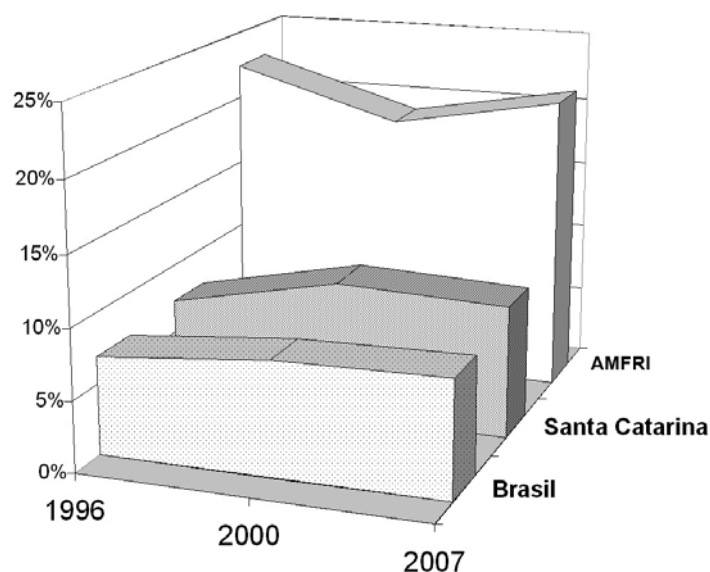


Figura 7. Municípios que compõem a Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí.

Ao todo a área perfaz 11 municípios que somados correspondem a 8% da população de Santa Catarina e 6,2% do território do Estado. Quando analisado, o crescimento populacional da região revela números díspares em relação a qualquer outra região do Estado de Santa Catarina, assim como da média brasileira (FIG. 8).

Figura. 8. Comparação de taxa de crescimento populacional da área. (IBGE, 2009)



#### 4.4. Bens culturais e sítios arqueológicos

Segundo o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN (CNSA/IPHAN) existem para a área 40 sítios dos quais, após revisão efetuada por Brandi (2006), arrolou-se apenas 32, e com nova divisão entre os municípios. No âmbito estadual existem alguns bens tombados em Itajaí, Balneário Camboriú, Penha e Porto Belo. Nem todos os municípios possuem tombamento municipal, entretanto, entre os que apresentam estão Balneário Camboriú e Itajaí (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição dos bens culturais da Região da AMFRI.

<b>município</b>	<b>CNSA</b>	<b>BRANDI, 2006</b>	<b>FCC</b>	<b>Tombo Municipal</b>
Balneário Camboriú	2	4	1	2
Balneário Piçarras	1	1	0	0
Bombinhas	1	2*	0	0
Camboriú	1	1	0	0
Ilhota	1	5	0	0
Itajaí	19	4	12	20
Itapema	0	0	0	0
Luís Alves	0	0	0	0
Navegantes	0	0	0	0
Penha	5	5	1	0
Porto Belo**	10	10	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>32</b>	<b>14</b>	<b>32</b>

\* sítio não computado no trabalho de Brandi (2006) referente ao Sambaqui da Rua 13, Bombinhas, SC.

\*\* Porto Belo possui área reconhecida pela Fundação Palmares como remanescente de quilombolas (Vale do Valongo).

A região foi pouco pesquisada academicamente do ponto de vista arqueológico, resultando em um número limitado de publicações. Pode-se dividir os trabalhos efetuados em dois períodos: antes da década de 1970 – Wiener (1876), Piazza, 1967 e Rohr (1969) – e posterior a 1970. Os trabalhos posteriores a essa data foram revisitas em sítios com petróglifos e históricos já conhecidos (COMERTALATO, 1999 e 2005) e a publicação de dados complementares sobre sítios escavados pelo Pe. Rohr no final da década de 1970 (ROHR, 1984; SCHMITZ, P.I. *et al.*, 1993, SCHMITZ, P.I., 1996 SCHMITZ, P.I. & BITENCOURT, A.L., 1996). Existem possibilidades de novas pesquisas nos sítios da foz do rio Itajaí uma vez que há portaria de pesquisa

liberada para o sítio Itaipava II ao arqueólogo do município de Itajaí, Darlan Cordeiro, que também desenvolve um projeto de mestrado para compreensão da dinâmica da paisagem na foz do Itajaí através dos sambaquis da região (CORDEIRO, 2001, 2003, 2007; CORDEIRO & MARTINS, 2004; CORDEIRO et al. 2005).

Todavia, algumas pesquisas relativas à arqueologia de contrato foram desenvolvidas na região em levantamento parcial das portarias concedidas nos arquivos da 11ª Superintendência Regional do IPHAN (11SR/IPHAN). Averiguou-se que existem 17 relatórios sobre empreendimentos que passaram por levantamento arqueológico, sendo eles:

- Levantamento de sítios arqueológicos BR-101. Deise Lucy Montardo (1996);
- Rodovia Interpraías – norte – rodovia de integração social, Balneário Camboriú/SC – Scientia Consultoria Científica (1998);
- Diagnóstico para obtenção da licença prévia para a execução do EIA/RIMA – Médio e Baixo Vales do Itajaí. Maria Madalena Velho do Amaral (1998);
- Delimitação do sítio sambaqui da Rua 13 – Praia de Bombas, Bombinhas, SC. Fabiana Comerlato & Elaine Arnold (1999);
- Levantamento do Patrimônio Arqueológico da área de influência do gasoduto Brasil-Bolívia nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (1999);
- Projeto de levantamento arqueológico terminal portuário de Navegantes – Navegantes – SC. Rodrigo Lavina (1999);
- Peritagem arqueológica na área Projeto Teleférico Barra Sul – Scientia Consultoria Científica (1999);
- Projeto de levantamento arqueológico no polo de desenvolvimento industrial de Itajaí, localidade de Itaipava. Marco Aurélio Nadal De Masi (2000);
- Projeto levantamento arqueológico da linha de transmissão elétrica, Blumenau-Itajaí, SC;



- Patrimônio Arqueológico na área de instalação da linha de transmissão elétrica de Blumentau-Itajaí, SC. Marco Aurélio De Masi (2001);
- Prospeção Arqueológica na área atravessada pela linha de transmissão Blumentau-Itajaí, SC. Solange Caldarelli & Ana Lúcia Heberts (2002);
- Diagnóstico arqueológico – Rua do Papagaio nº 161, Bombinhas – SC. Patrícia Nóbrega Pereira Lima (2003);
- Projeto de pesquisa de salvamento arqueológico do sítio acampamento - Rua do Papagaio, Bombinhas/SC. Osvaldo Paulino da Silva (2003);
- Vistoria arqueológica em área pretendida para implantação dos molhes na foz do rio Camboriú. Robson Antônio de Almeida (2003);
- Levantamento arqueológico para a Ocupação Espacial da Praia Taquarinhas, Balneário Camboriú. Prosul. Deisi S. E. Farias (2003);
- Levantamento arqueológico pré-histórico na área de implantação do projeto integrado de ocupação espacial da praia das Taquarinhas em Balneário Camboriú/SC. Deisi S. E. Farias & Schwengber (2003);
- Projeto de diagnóstico arqueológico na área de implantação do terminal portuário da Murta, localizado na cidade de Itajaí/SC. Osvaldo Paulino da Silva (2004);
- Projeto de levantamento Praia Brava: Av. José Medeiros Vieira – Canto do Morcego-Praia Brava, Itajaí, SC. Rodrigo Lavina (2004);

Com exceção de Montardo (1996) que apresenta 2 sítios para Itajaí, 1 para Penha e 2 para Porto Belo; e Farias & Schwengber (2003) que apresentam 1 sítio para Balneário Camboriú. Os demais apenas citam os sítios já conhecidos para a área, inclusive insistindo no erro ocasionado pela falha de preenchimento do CNSA/IPHAN para os sítios da região e revisado por (CORDEIRO et al. 2005; BRANDI, 2006).

Como se pode ver a região apresenta grande potencial para sítios históricos e pré-históricos, sendo estes submetidos a grande pressão imobiliária. Alguns municípios (ex. Balneário Camboriú) já passam a ter cada vez menos espaços não densamente urbanizados, conurbando com outros municípios que passam a agregar maior valor econômico a sua área. Apesar do crescimento

populacional da região tender a diminuir em relação à última década, a necessidade de medidas cautelares para a preservação da memória e identidade da região urge cada vez mais. Desta forma, a gestão do patrimônio cultural na região é evidentemente necessária haja vista a diversidade de sítios, ecossistemas, condições de assentamentos e grande período de ocupação da região.

## 5. Material e Método

### 5.1. Material

Para a realização deste trabalho serão utilizadas as recomendações internacionais propostas pelo órgão de defesa e proteção do patrimônio cultural em âmbito internacional ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), assim como a legislação vigente e ações praticadas acerca do patrimônio arqueológico pelas diversas esferas do poder no Brasil. Segue abaixo a lista de materiais:

#### 5.1.1. Recomendações Internacionais

Sendo reconhecida a existência de inúmeras cartas patrimoniais, o presente trabalho dedica-se a apresentar apenas as recomendações que fez uso direto como material de análise, entretanto, não se abstém de informar que o conhecimento cumulativo de diversas outras recomendações desencadeou a escolha de apenas algumas cartas.

- Carta de Atenas do Congresso internacional de arquitetura moderna (CIAM) de 1933.
  - Representa um marco nos conceitos e parâmetros para o planejamento e gestão do ambiente urbano. Apesar de sua idade ser quase octogenária, ainda demonstra-se estar atual em preposições e medidas de contenção. Figura entre uma das principais recomendações internacionais, sendo base filosófica para uma série de outras.
- Carta de Nova Delhi: recomendação que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas, Conferência Geral da UNESCO – 9ª sessão, Nova Delhi, 1956.
  - Diante das necessidades mundiais cria-se um ponto comum, estabelecendo parâmetros a serem utilizados pelos Estados-Membros da UNESCO no tocante a pesquisas arqueológicas, já

que o passado do mundo é comum a todos os povos e, desta forma, não pode ser subjugado por um único Estado.

- Carta de Lausanne. Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico. ICOMOS/ICAHM, Lausanne: 1990.
  - No que toca a gestão de patrimônio cultural arqueológico não há recomendação mais abrangente e com maior profundidade que a Carta de Lausanne. Apresenta de forma singular as necessidades e caminhos para o estabelecimento de uma gestão eficaz.

#### *5.1.2. Legislação Federal*

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:
  - Artigo 215 e 216, os quais trabalham com conceitos e direitos sobre o patrimônio cultural;
  - Artigo 225, o qual trabalha com o direito de meio ambiente equilibrado.
- Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Dispõe sobre o tombamento do patrimônio cultural;
- Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Decreto nº 72.312 de 31 de maio de 1973. Promulga a Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais;
- Lei Federal nº 7542, de 26 de setembro de 1986, modificada pela Lei Federal nº 10166, de 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição dos bens submersos ou afundados;
- Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Código Penal [Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, modificado por Lei nº 9.777 de 26 de dezembro de 1998];
- Estatuto da Cidade [Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001];

- Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto, e considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno;
- Portaria SPHAN nº 007, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei nº 3.924/1961;
- Portaria IPHAN nº 230, de dezembro de 2002. Dispositivos para a compatibilização e obtenção de licenças ambientais em áreas de preservação arqueológica;
- Portaria IPHAN nº 28, de 31 de janeiro de 2003. Resolve que os empreendimentos hidrelétricos dentro do território nacional deverão, doravante de renovação da licença ambiental de operação, prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico;
- Portaria Interministerial (Ministério da Marinha e Ministério da Cultura) nº 69, de 23 de janeiro de 1989. Aprova normas sobre como e quem é o responsável sobre os bens patrimoniais afundados ou submersos;
- PORTARIA DPC Nº 46, DE 8 DE ABRIL DE 2003. Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas e Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos – NORMAM 10/2003.

### 5.1.3. Legislação Estadual

- Constituição Estadual de 1989:
  - Artigos 9º, 10 e 112: trabalham com as relações e competências entre Governo Federal, Estado e municípios;
  - Artigo 107: estabelece à Polícia Militar a atribuição de garantir o exercício dos órgãos públicos, entre eles o que cuida do patrimônio cultural;
  - Artigo 138: diz respeito à política de desenvolvimento regional, assegurando, através do inciso V, a proteção do patrimônio cultural;
  - Artigo 192: valorização do patrimônio cultural através do incentivo ao turismo.
- Lei Nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993. Altera o art. 2º e o inciso I, do art. 5º, da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, e dá outras providências.
  - Define o que é considerado patrimônio cultural pelo Estado de Santa Catarina;
  - Cria Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Ecológico, onde serão inscritas as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular e, também, os monumentos naturais dotados de valor ecológico, o qual fica sob responsabilidade da Fundação Catarinense de Cultura;

### 5.1.4. Legislação Municipal

#### 5.1.4.1. Balneário Camboriú

- LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 03 de abril de 1990.
- Lei Ordinária de Balneário Camboriú-SC, nº 2397 de 12/11/2004 - CRIA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Lei Ordinária de Balneário Camboriú-SC, nº 2938 de 22/12/2008 - DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO E FOMENTO A CULTURA PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Balneário Camboriú-SC, nº 2794 de 14/01/200 - DISCIPLINA O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO, AS ATIVIDADES DE URBANIZAÇÃO E DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.
- Lei Ordinária de Balneário Camboriú-SC, nº 2686 de 19/12/2006 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.
- Lei Ordinária de Balneário Camboriú-SC, nº 1423 de 15/12/1994 - REGULAMENTA O ARTIGO 24, INCISOS VII E VIII, O ARTIGO 30, INCISO IX E O ARTIGO 180 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO QUE COMPETE AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Decreto de Balneário Camboriú-SC, nº 3007 de 10/09/1998 - TOMBA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUITETÔNICO A IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO BONSUCESSO - CAPELA DE SANTO AMARO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Decreto de Balneário Camboriú-SC, nº 2937 de 03/02/1998 - TOMBA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUITETÔNICO A IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Decreto de Balneário Camboriú-SC, nº 1977 de 11/08/1989 - CRIA CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, ARTÍSTICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

#### 5.1.4.2. Itajaí

- Lei Orgânica do Município de Itajaí-SC - Itajaí, 04 de abril de 1990.
- Lei Ordinária de Itajaí-SC, nº 3473 de 11/01/2000 - DISPÕE SOBRE INCENTIVOS FISCAIS PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Itajaí-SC, nº 3427 de 13/09/1999 - CONCEDE ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS INCIDENTES SOBRE IMÓVEIS DE INTERESSE HISTÓRICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Lei Ordinária de Itajaí-SC, nº 3198 de 05/09/1997 - CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ITAJAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Itajaí-SC, nº 2037 de 23/12/1982 - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ESTADUAL DO MUNICÍPIO E CRIA O ÓRGÃO COMPETENTE.
- Lei Ordinária de Itajaí-SC, nº 1515 de 01/12/1976 - INSTITUI A FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Complementar de Itajaí-SC, nº 144 de 22/09/2008 - INSTITUI NORMAS PARA O CÓDIGO DE ZONEAMENTO, PARCELAMENTO E USO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.
- Lei Complementar de Itajaí-SC, nº 129 de 11/03/2008 - DISCIPLINA A ARBORIZAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Complementar de Itajaí-SC, nº 127 de 20/12/2007 - DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES E CLANDESTINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Complementar de Itajaí-SC, nº 96 de 09/03/2007 - CRIA CARGO DE EDUCADOR EM ARTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Complementar de Itajaí-SC, nº 94 de 22/12/2006 - INSTITUI O PLANO DIRETOR DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE ITAJAÍ.
- Decreto de Itajaí-SC, nº 8466 de 28/12/2007 - REGULAMENTA A LEI Nº 3.473 DE 11 DE JANEIRO DE 2000, QUE DISPÕE SOBRE INCENTIVOS FISCAIS PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS.
- Decreto de Itajaí-SC, nº 8417 de 16/11/2007 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA "CAPELA SANTA TEREZINHA".
- Decreto de Itajaí-SC, nº 8252 de 08/06/2007 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA "SOCIEDADE SEBASTIÃO LUCAS PEREIRA".
- Decreto de Itajaí-SC, nº 8251 de 08/06/2007 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DE "FIGUEIRA CENTENÁRIA".
- Decreto de Itajaí-SC, nº 7927 de 26/06/2006 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO "HOTEL ROTA DO MAR".
- Decreto de Itajaí-SC, nº 7926 de 26/06/2006 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA "IGREJA IMACULADA CONCEIÇÃO".
- Decreto de Itajaí-SC, nº 7925 de 26/06/2006 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA "BAUER & CIA".



- Decreto de Itajaí-SC, nº 7924 de 26/06/2006 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA "ALMEIDA & VOIGT".
- Decreto de Itajaí-SC, nº 7535 de 14/06/2005 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA "CASA MELLO".
- Decreto de Itajaí-SC, nº 6577 de 30/07/2002 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA "ESTAÇÃO FERROVIÁRIA ENGENHEIRO VEREZA".
- Decreto de Itajaí-SC, nº 6017 de 02/12/1999 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA "CASA LINS".
- Decreto de Itajaí-SC, nº 5992 de 06/10/1999 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO PRÉDIO DA ANTIGA SEDE DO EX-DNPVN/FISCALIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ.
- Decreto de Itajaí-SC, nº 5910 de 27/04/1999 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA EX-FÁBRICA RENAUX.
- Decreto de Itajaí-SC, nº 5909 de 27/04/1999 - HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA CASA MALBURG.
- Decreto de Itajaí-SC, nº 5759 de 17/12/1998 - HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA BURGHARDT.
- Decreto de Itajaí-SC, nº 5758 de 17/12/1998 - HOMOLOGA TOMBAMENTO DO PALÁCIO MARCOS KONDER.
- Decreto de Itajaí-SC, nº 5757 de 17/12/1998 - HOMOLOGA TOMBAMENTO DO PRÉDIO DA CASA DA CULTURA DIDE BRANDÃO.
- Decreto de Itajaí-SC, nº 5756 de 17/12/1998 - HOMOLOGA TOMBAMENTO DA CASA KONDER.
- Decreto de Itajaí-SC, nº 5755 de 17/12/1998 - HOMOLOGA TOMBAMENTO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL/CENTRO DE CULTURA POPULAR.
- Decreto de Itajaí-SC, nº 5006 de 16/09/1993 - DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO DE PALMEIRAS REAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### 5.1.4.3. Camboriú

- Lei Orgânica do Município de Camboriú-SC - 29 de março de 1990.
- Lei Ordinária de Camboriú-SC, nº 1041 de 22/12/1993 - DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E INSTITUI NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS ÀS PESSOAS FÍSICAS E PESSOAS JURÍDICAS.

- Lei Ordinária de Camboriú-SC, nº 782 de 21/11/1989 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Camboriú-SC, nº 1643 de 04/07/2005 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DO MEIO AMBIENTE DE CAMBORIÚ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Complementar de Camboriú-SC, nº 13 de 02/04/2008 - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO, TOMBAMENTO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.
- Lei Complementar de Camboriú-SC, nº 10 de 28/12/2007 - INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE CAMBORIÚ – PDDTC.

#### 5.1.4.4. Itapema

- Lei Orgânica do Município de Itapema-SC - 10 de maio de 1990.
- Lei Ordinária de Itapema-SC, nº 2051 de 30/12/2002 - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL, PAISAGÍSTICO E NATURAL DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Itapema-SC, nº 2446 de 14/02/2007 - REINSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA.
- Lei Ordinária de Itapema-SC, nº 2194 de 22/04/2004 - CRIA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAPEMA.
- Lei Ordinária de Itapema-SC, nº 2491 de 15/06/2007 - REGULA A ATIVIDADE E O COMÉRCIO DE ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Complementar de Itapema-SC, nº 9 de 06/02/2002 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Complementar de Itapema-SC, nº 7 de 06/02/2002 - INSTITUI O PLANO DIRETOR DE ITAPEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### 5.1.4.5. Navegantes

- Lei Orgânica do Município de Navegantes-SC - 05 de Abril de 1990.
- Lei Ordinária de Navegantes-SC, nº 1998 de 07/07/2006 - DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Navegantes-SC, nº 1197 de 06/06/1997 - CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CONDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Navegantes-SC, nº 1856 de 15/12/2004 - ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI Nº 1.197/97, QUE TRATA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE.
- Lei Ordinária de Navegantes-SC, nº 1496 de 04/02/2002 - DISPÕE SOBRE INCENTIVOS FISCAIS PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Complementar de Navegantes-SC, nº 1361 de 20/12/2000 - CRIA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - F.M.C. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Decreto de Navegantes-SC, nº 793 de 14/03/2003 - REGULAMENTA A LEI 1.496 DE 04/02/2002 , QUE DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À CULTURA NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### 5.1.4.6. Porto Belo

- Lei Orgânica do Município de Porto Belo-SC - 24 de novembro de 1999.
- Lei Ordinária de Porto Belo-SC, nº 1637 de 09/12/2008 - CRIA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA DE PORTO BELO.
- Lei Ordinária de Porto Belo-SC, nº 426 de 10/04/1984 - DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO FÍSICO - TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Porto Belo-SC, nº 1381 de 18/08/2005 - RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NATURAL HISTÓRICO PAISAGÍSTICO E CULTURAL PORTO AMBIENTAL. AUTORES: VEREADORES LEA DE LOURDES MARTINS E VANDERLEI ROSLINDO.

#### 5.1.4.7. Bombinhas

- Lei Orgânica do Município de Bombinhas-SC - 8 de outubro de 2001.
- Lei Ordinária de Bombinhas-SC, nº 614 de 05/07/2001 - DISPÕE SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Bombinhas-SC, nº 329 de 23/02/1997 - LEI QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO, REMEMBRAMENTO, DESMEMBRAMENTO E CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS NO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS, SC.
- Lei Ordinária de Bombinhas-SC, nº 328 de 23/02/1997 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO, E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.
- Lei Ordinária de Bombinhas-SC, nº 327 de 23/02/1997 - APROVA O ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Bombinhas-SC, nº 902 de 28/04/2006 - INSTITUI NO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS O PROJETO "FIO DA HISTÓRIA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Bombinhas-SC, nº 901 de 28/04/2006 - INSTITUI NO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS O PROJETO DE GUIAS DE TURISMO MIRIM DENOMINADO "GUIA MIRIM", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Bombinhas-SC, nº 845 de 10/10/2005 - DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE ANTENAS DE TELEFONIA MÓVEL NO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Ordinária de Bombinhas-SC, nº 336 de 21/03/1997 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - CONTUR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Complementar de Bombinhas-SC, nº 61 de 26/11/2007 - CRIA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BOMBINHAS – FMCB.
- Lei Complementar de Bombinhas-SC, nº 12 de 30/09/2003 - REESTRUTURA A SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Lei Complementar de Bombinhas-SC, nº 78 de 05/12/2008 - INSTITUI A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AMPARO AO MEIO AMBIENTE DE BOMBINHAS - FAMAB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Decreto de Bombinhas-SC, nº 761 de 13/09/2005 - SUSPENDE LICENÇA MUNICIPAL DESTINADA A EDIFICAÇÃO, EM FUNÇÃO DE TOMBAMENTO DE ÁREAS AMBIENTAIS.
- Decreto de Bombinhas-SC, nº 770 de 06/10/2005 - NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE BOMBINHAS – COMPAB.

#### 5.1.5. Dados do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN):

- Levantamento de sítios arqueológicos BR-101. Deise Lucy Montardo (1996);
- Rodovia Interpraias – norte – rodovia de integração social, Balneário Camboriú/SC – Scientia Consultoria Científica (1998);
- Diagnóstico para obtenção da licença prévia para a execução do EIA/RIMA – Médio e Baixo Vales do Itajaí. Maria Madalena Velho do Amaral (1998);
- Delimitação do sítio sambaqui da Rua 13 – Praia de Bombas, Bombinhas, SC. Fabiana Comerlato & Elaine Arnold (1999);
- Levantamento do Patrimônio Arqueológico da área de influência do gasoduto Brasil-Bolívia nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (1999);
- Projeto de levantamento arqueológico terminal portuário de Navegantes – Navegantes-SC. Rodrigo Lavina (1999);
- Peritagem arqueológica na área Projeto Teleférico Barra Sul – Scientia Consultoria Científica (1999);
- Projeto de levantamento arqueológico no polo de desenvolvimento industrial de Itajaí, localidade de Itaipava. Marco Aurélio Nadal De Masi (2000);
- Projeto levantamento arqueológico da linha de transmissão elétrica, Blumenau-Itajaí, SC;
  - Patrimônio Arqueológico na área de instalação da linha de transmissão elétrica de Blumentau-Itajaí, SC. Marco Aurélio De Masi (2001);

- Prospeção Arqueológica na área atravessada pela linha de transmissão Blumentau-Itajaí, SC. Solange Caldarelli & Ana Lúcia Heberts (2002);
- Diagnóstico arqueológico – Rua do Papagaio nº161, Bombinhas-SC. Patrícia Nóbrega Pereira Lima (2003);
- Projeto de pesquisa de salvamento arqueológico do sítio acampamento Rua do Papagaio, Bombinhas/SC. Osvaldo Paulino da Silva (2003);
- Vistoria arqueológica em área pretendida para implantação dos molhes na foz do rio Camboriú. Robson Antônio de Almeida (2003);
- Levantamento arqueológico para a Ocupação Espacial da Praia Taquarinhas, Balneário Camboriú. Prosul. Deisi S. E. Farias (2003);
- Levantamento arqueológico pré-histórico na área de implantação do projeto integrado de ocupação espacial da praia das Taquarinhas em Balneário Camboriú/SC. Deisi S. E. Farias & Schwengber (2003);
- Projeto de diagnóstico arqueológico na área de implantação do terminal portuário da Murta, localizado na cidade de Itajaí/SC. Osvaldo Paulino da Silva (2004);
- Projeto de levantamento Praia Brava: Av. José Medeiros Vieira – Canto do Morcego-Praia Brava, Itajaí, SC. Rodrigo Lavina (2004);
- Dados oriundos do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN);

5.1.6. Dados da Fundação Catarinense de Cultura (FCC):

Município	P.T. nº	Bem cultural	Lei de tombamento
Porto Belo	110/98	Igreja Senhor Bom Jesus dos Aflitos	Decreto nº 2.990 de 25 de junho de 1998
Penha	101/98	Igreja de São João Batista	Decreto nº 2.991 de 25 de junho de 1998
Itajaí	171/2000	Rua República Argentina, 400	Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001
	170/2000	Rua Pedro Ferreira, 224, esq. Rua Samuel Heusi	Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001
	169/2000	Rua Pedro Ferreira, 272	Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001
	168/2000	Casa Malburg - Rua Pedro Ferreira, 34	Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001
	167/2000	Antigo Mercado Público - Praça Felix Busso Asseburg	Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001
	166/2000	Casa Burghardt - Rua Lauro Müller, 17	Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001
	165/2000	Palácio Marcos Konder - Rua Hercílio Luz, 233, esq. Av. Marcos Konder	Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001
	164/2000	Antigo Grupo Escolar Victor Meirelles - Rua Hercílio Luz, 83	Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001
	163/2000	Rua Lauro Müller, 97	Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001
	162/2000	Casa Konder - Rua Lauro Müller, 73	Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001
	161/2000	Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento - Praça Irineu Bornhausen	Decreto nº 3.459 de 23 de novembro de 2001
	100/98	Igreja da Imaculada Conceição - Praça Vidal Ramos	Decreto nº 2.994 de 25 de junho de 1998
Balneário Camboriú	099/98	Capela de Santo Amaro - Antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso - Barra do Camboriú	Decreto nº 2.992 de 25 de junho de 1998

5.1.7. Dados oriundos das referências bibliográficas:

- BRANDI, R. A. Arqueologia no Vale do Itajaí, SC: registros, revisões e hipóteses. In: V Encontro do Núcleo Regional Sul da SAB, 2007, Rio

- Grande. *Anais do V Encontro do Núcleo Regional Sul da SAB*. Tubarão: Editora da Unisul, 2006.
- COMERLATO, F. *Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1998.
  - COMERLATO, F. As representações rupestres do litoral de Santa Catarina. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC-RS . 2005.
  - CORDEIRO, D. Arqueologia de Itajaí: uma tentativa de resgate da pré-história local. *Anuário de Itajaí*, 2001. Itajaí: FGML. 2001, p. 43-49.
  - CORDEIRO, D. Projeto arqueológico Itajaí – Nota Prévia. *In: Livro de Resumos do XII Congresso da SAB*. São Paulo, 2003.
  - CORDEIRO, D. Comunicação Pessoal sobre pesquisas arqueológicas na foz rio Itajaí. 2007.
  - CORDEIRO, D. & MARTINS, D. F. Estação Ferroviária Engenheiro Vereza: depois de passar o trem. *Anuário de Itajaí*, 2004. FGML: Itajaí, 2004, p. 121-131.
  - CORDEIRO, D. SEVERINO, J. R. & BRANDI, R. A. Uma revisão do registro de sítios arqueológicos em Itajaí/SC. *In: Livro de Resumos do XIII Congresso da SAB*. Campo Grande. 2005.
  - PIAZZA, W. F. Nota preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Estado de Santa Catarina. *Publicações Avulsas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967, v.6, p. 39-46.
  - ROHR, J. A. Petrógrifos da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. *Pesquisas, série antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969, v.19, p. 1-30.
  - ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984a, v.14, p. 77-168.
  - ROHR, J. A. O sítio arqueológico da Praia de Laranjeiras - Balneário Camboriú. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984b, v.16 (17), p. 05-76.
  - SCHMITZ, P.I. Visão de conjunto dos sítios de Tapera, Armação do Sul, Laranjeiras I e II, Pântano do Sul e Cabeçudas. *Pesquisas, série*



- antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. 1996, v. 53, p. 183-193.
- SCHMITZ, P.I. & BITENCOURT, A.L. O sítio pré-cerâmico de Laranjeiras I, SC. *Pesquisas, série antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1996, v. 53, p.13-73.
  - SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I.; DE MASI, M. A. N.; ROGGE, J. H.; JACOBUS, A. L. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr S.J.: o sítio da praia das Laranjeiras II. Uma aldeia da tradição ceramista Itararé. *Pesquisas, série antropologia*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1993, v. 49, p. 9-181.
  - WIENER, H. G. F. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1876, v.1:1-20.

## 5.2. Metodologia

Como se pode ver durante os capítulos anteriores, muito do que foi publicado apenas olhava para um dos lados do problema, o que acabou gerando novos problemas. Muito do descompasso dos instrumentos de gestão propostos pelos arqueólogos acontece devido à falta de conectividade com os métodos utilizados nos planejamentos e na gestão do território. Esta falta de sintonia só põe a perder o patrimônio cultural arqueológico, pois com a ausência de instrumentos de medição, os bens arqueológicos passam a ter uma posição subestimada dentro do planejamento e gestão.

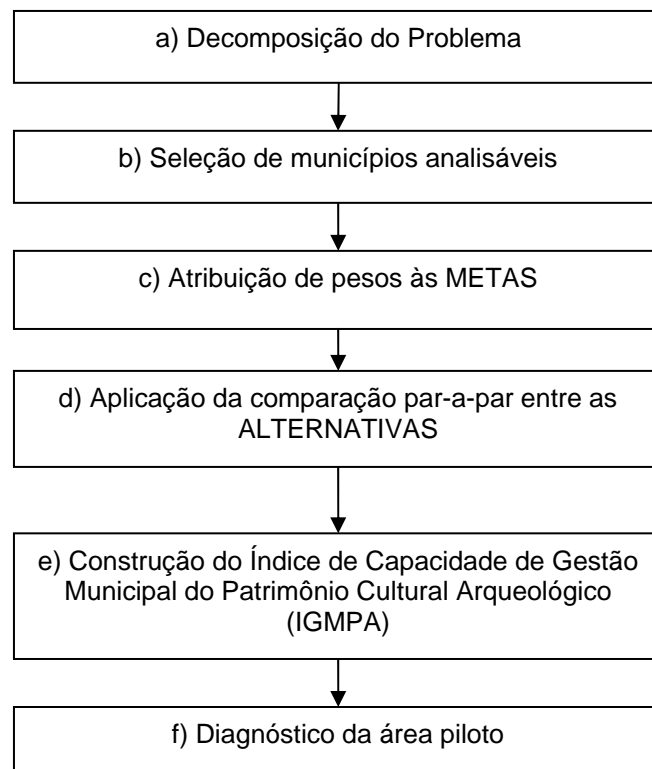
### 5.2.1. Instrumento de tomada de decisão

São diversos os instrumentos de tomada de decisão; alguns autores estabelecem que os primeiros instrumentos efetivos passaram a ser desenvolvidos no início do século XX, apesar de existirem formas de análise de problemas desde a antiguidade. No início do séc. XX, a ciência da gestão administrativa necessitava de mecanismos mais eficazes para a diminuição dos problemas, já que os montantes de dados eram cada vez maiores e o tempo menor. Diante disto, no fim da década de 1960, o governo dos EUA contrata Thomas Saaty, para, junto de uma equipe de renome e com um grande orçamento e apoio incondicional, criar um sistema a fim de agilizar a tomada de decisões. O resultado deste investimento foi o *Analytic Hierarchy Process* – AHP (Processo Analítico Hierárquico). Tal método figura como um dos mais completos e utilizados sistemas de tomada de decisão (FOREMAN & SELLY, 2003) da atualidade.

O *Processo Analítico Hierárquico* pode ser considerado como um método capaz de medir o impacto relativo de vários fatores sobre suas possíveis consequências. Ele supera o problema de atribuição de pesos de forma apenas numérica, desenvolvendo a possibilidade de estabelecer julgamentos através de comparação (não necessitando de escalas numéricas rígidas) das alternativas possíveis, fazendo, assim, uso de recursos matemáticos capazes de inferir as melhores alternativas (princípio de autovalores e autovetores).

O AHP faz uso de três possibilidades de julgamento por comparação *par-a-par*: a “numérica”, na qual se usa uma escala de 1 a 9; a “gráfica”, na qual através de barras estabelece-se a razão entre as variáveis da *alternativa*; e a “verbal” que apresenta uma tabela com cinco classes diferentes (importância igual; importância moderadamente maior; importância maior; importância muito maior; importância extremamente maior). Fazendo uso da *comparação par-a-par*, é possível desenvolver uma matriz de dados que tem seus pesos atribuídos às variáveis contidas no modelo hierárquico de decisão, seguindo um “julgamento” inferido pelo tomador de decisão, o qual, comparando uma *alternativa* com outra, estabelece qual é mais ou menos relevante. Tal método pode gerar inconsistência nas análises, todavia, há como calcular o valor da inconsistência e analisá-la a fim de diminuí-la, ou ao menos, controlá-la. Os autores do sistema dizem que sendo a inconsistência menor que 0,10, não afeta a tomada de decisão (FOREMAN & SELLY, 2003).

A metodologia empregada para o desenvolvimento do instrumento de tomada de decisão se dá nas seguintes etapas:



#### a) *Decomposição do Problema*

Existe a necessidade de uma estrutura hierárquica que dê conta do problema. Teóricos como Thomas Saaty (1996) afirmam existir limitações na mente humana quando se dedicam a avaliar mais que nove (9) atributos simultaneamente. Desta forma, o AHP trabalha com decomposição hierárquica do problema, mesmo havendo uma série de possibilidades e atributos. Pensa-se em uma forma de decompor e ordenar os atributos e alternativas em grupos os quais sejam mais bem analisáveis (FOREMAN & SELLY, 2003). Dar-se-á o passo a passo de decomposição utilizando um exemplo, a tomada de decisão acerca da melhor escola para se estudar no Ensino Médio, por exemplo. Assim sendo, desenvolve-se os seguintes passos:

- Define-se qual o problema que se tem a resolver (escolha de uma escola), este é nomeado de OBJETIVO, pode ser colocado com uma pergunta, como, por exemplo:
  - Qual a melhor escola para se estudar no Ensino Médio?
- Um passo abaixo na hierarquia tem-se as METAS. Como o próprio nome já diz, meta é algo que se deve cumprir para alcançar algo. No caso do exemplo teriam as seguintes metas:
  - RESPEITABILIDADE;
  - ACESSO, e;
  - ESTRUTURA.
- As METAS podem ter subdivisões e suas subdivisões se necessário, sub-subdivisões. Ainda seguindo o exemplo:
  - RESPEITABILIDADE
    - Número de alunos aprovados em universidades públicas;
    - Baixo índice de reprovação.
  - ACESSO
    - No traçado do caminho do emprego dos pais;
    - Proximidade de terminal rodoviário urbano.
  - ESTRUTURA

- Salas amplas e refrigeradas;
- Estrutura de esporte;
- Alimentação.
- Por último, definem-se quais as ALTERNATIVAS se tem para alcançar o OBJETIVO: colégio A, colégio B e colégio C.

Após tal decomposição obtém-se um quadro que pode ser representado da seguinte forma (FIG. 9):

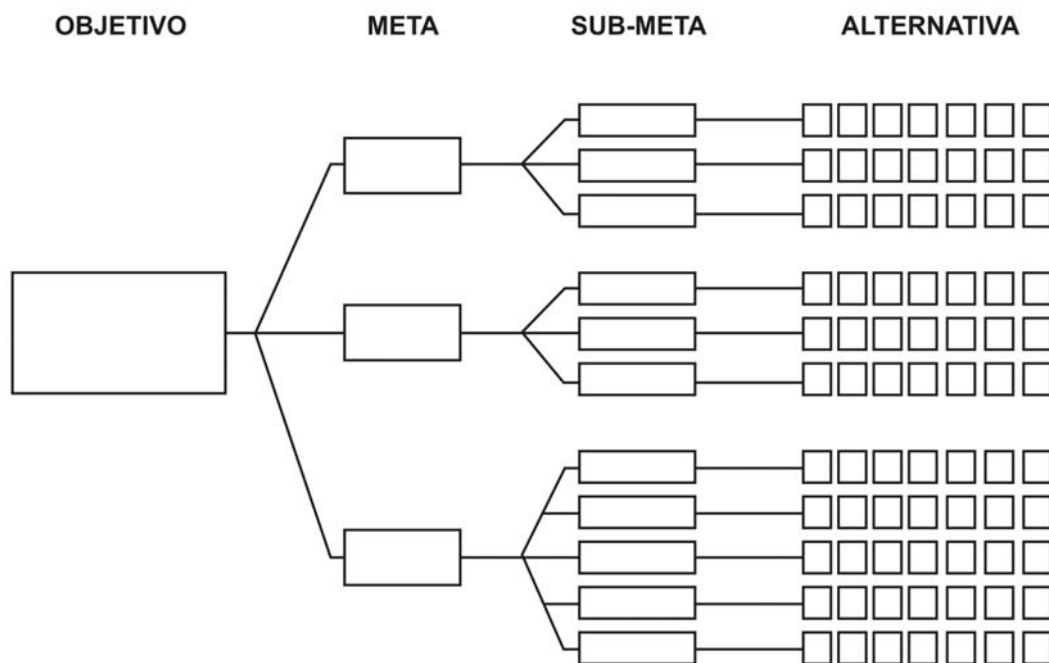


Figura 9. Estrutura de decomposição de problemas através do AHP.

#### b) *Selecionando os municípios analisáveis*

Devido à amplitude da natureza das ALTERNATIVAS do projeto em voga (municípios da região da AMFRI), opta-se por efetuar testes de verificação de inconsistência de dados, a qual, pode ser oriunda de várias possibilidades, sendo a maior delas, a falta de informação acerca da ALTERNATIVA. A fim de estabelecer parâmetros para a análise, serão incluídos entre os municípios aptos de análise, dois (2) municípios fictícios, um sendo o ideal para cima (a melhor opção) e outro o ideal para baixo (a pior opção).

#### c) *Atribuindo pesos às METAS e SUB-METAS*

Os pesos das METAS, logo das SUB-METAS, também é atribuído através de comparação par-a-par, desenvolvida com o auxílio de programas especializados (*Expert Choice*). O processo de comparação estipulado é o VERBAL, no qual não há a necessidade de números exatos serem comparados, já que usa escalas nominais: Igual (1,0); Moderado (3,0); Forte (5,0); Muito Forte (7,0); Extremo (9,0), sendo que há valores intermediários a cada classe, estes com possibilidades de serem positivos ou negativos. Seguindo o exemplo do item “a” ter-se-ia para as METAS:

- RESPEITABILIDADE x ACESSO; RESPEITABILIDADE x ESTRUTURA; ESTRUTURA x ACESSO.

Entretanto, as METAS são compostas pelas SUB-METAS, logo estas possuem o mesmo tratamento, sendo:

- RESPEITABILIDADE:
  - “Número de alunos aprovados em universidades públicas” versus “Baixo índice de reprovação”;
- ACESSO
  - “No traçado do caminho do emprego dos pais” versus “Proximidade de terminal rodoviário urbano”;
- ESTRUTURA:
  - “Salas amplas e refrigeradas” versus “Estrutura de esporte”; “Salas amplas e refrigeradas” versus “Alimentação”; “Estrutura de esporte” versus “Alimentação”.

d) *Aplicando a comparação par-a-par nas ALTERNATIVAS*

Não diferindo em substância do item anterior a comparação dar-se-á da mesma forma, entretanto, será efetuada em relação às ALTERNATIVAS. Todavia, a comparação dar-se-á para cada SUB-META. Caso fosse dado seguimento ao mesmo exemplo: existiriam cinco (5) comparações par-a-par entre os colégios, estas respectivas as SUB-METAS já estabelecidas.

As comparações seriam: “Colégio A” versus “Colégio B”; “Colégio A” versus “Colégio C”; e, “Colégio B” versus “Colégio C”.

e) *Construindo o Índice de Capacidade de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural Arqueológico (IGMPA)*

O Índice de Capacidade de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural Arqueológico dar-se-á pelo resultado das comparações par-a-par dos diversos municípios analisáveis, somados aos municípios idealizados (para o máximo e para o mínimo). Desta forma, os resultados relativos a cada SUB-META formará o resultado de sua META e o das METAS formará o índice que escalonará os municípios dentro do limite de 0 a 1, no qual 1 é o máximo e zero é o mínimo.

f) *Diagnosticando a área piloto*

Com o IGMPCA pronto, serão analisados os motivos que elevam ou abaixam o grau de cada um dos municípios, desta forma, possibilitando o apontamento das principais deficiências dos municípios a fim de melhorá-las.

## 6. Aplicação da Metodologia e Discussão dos Resultados

Diante da natureza da pesquisa, propõe-se apresentar os resultados e discuti-los conjuntamente, a fim de melhorar a compreensão da metodologia aplicada, assim como compreender como se dá a formação do índice.

### 6.1 Decomposição do Problema

Inicialmente, durante o desenvolvimento da metodologia – antes mesmo da escolha do AHP como método de medição – pensou-se em como efetuar a construção do índice. Optou-se por arrolar tudo que tivesse relação com a gestão territorial e a gestão do patrimônio cultural. Tal atividade foi encarada desde início como um exercício com o fim de estabelecer correlações entre variáveis. Foram levantadas mais de 170 variáveis. Era sabido que tal número seria de difícil preenchimento já que muitas informações não possuíam acesso facilitado. Diante disto, a ideia de trabalhar com macro-grupos passou a ser uma realidade, no entanto, o grande problema era saber como dividir tais macro-grupos. Apesar de se saber a existência de métodos estatísticos que estabeleciam correlação, seria necessária uma massa de dados para teste de hipótese. Desta forma, foram criadas algumas classificações e cada variável foi nomeada segundo seu grupo. Com essas variáveis divididas, pôde-se perceber que muitas tratavam da mesma coisa, e que a resposta dada a uma servia para outras. Temendo-se uma vulgarização das variáveis analisáveis, voltou-se à bibliografia sobre o tema a fim de tentar encontrar uma resposta para tal impasse.

Quando estudada a fundo as recomendações internacionais, a legislação pertinente (no Brasil e fora dele), assim como a bibliografia sobre gestão, compreendeu-se que a divisão dada à Carta de Lausanne (1990) podia ser considerada uma síntese da maioria das discussões pertinentes até então. A Carta de Lausanne (1990) foi dedicada à gestão do patrimônio cultural arqueológico e teve no seu processo de redação inúmeras discussões pautadas pelos mais renomados pesquisadores acerca da natureza da gestão do patrimônio cultural, guiados pela gestão territorial, a qual cada vez mais necessita de definições claras de patrimônio cultural.



A Carta de Lausanne possui uma divisão em oito (8) itens, sendo eles: *Políticas de conservação integrada; Legislação e economia; Inventários; Intervenções no sítio; Preservação e conservação; Apresentação, informação, reconstituição; Qualificação profissional; e Cooperação internacional*. Tomando por um axioma que estas oito divisões dão conta para a análise do grau de capacidade de gestão do patrimônio cultural arqueológico, têm-se os oito atributos considerados macro-classes a formarem a composição de um índice.

Concomitantemente aos exercícios de agrupamentos e reagrupamentos das variáveis, procurou-se uma forma de atribuição de pesos o menos subjetiva possível. Como já sabido, optou-se pelo AHP, método que pede uma decomposição do problema a ser analisado. Assim sendo, estabeleceu-se que os oito atributos seriam as METAS na decomposição do problema. Todavia, a resposta direta das METAS não daria conta da amplitude do problema, caindo novamente na subjetividade, tornando, assim, o sistema muito simplista. Logo, foi estipulado SUB-METAS relativas a cada uma das METAS, seguindo sempre os parâmetros estipulados pela Carta de Lausanne (1990).

A decomposição do problema se deu da seguinte forma:

I. Objetivo:

- Qual é o município com maior capacidade de gestão do patrimônio cultural arqueológico?

II. Metas:

1. Políticas de conservação integrada;
2. Legislação e economia;
3. Inventários;
4. Intervenções no sítio;
5. Preservação e conservação;
6. Apresentação, informação, reconstituição;
7. Qualificação profissional;
8. Cooperação internacional.

III. Sub-metas:

1. Políticas de conservação integrada:
  - 1.1 Planos de ocupação do solo em relação a projetos desenvolvimentistas são levados em consideração?

- 1.2 Existe articulação entre cultura, meio ambiente e educação?
- 1.3 A política de preservação do patrimônio arqueológico é regularmente atualizada?
- 1.4 As políticas de proteção são consideradas no planejamento territorial?
- 1.5 O público tem participação na gestão do patrimônio arqueológico (participação fundada no acesso ao conhecimento)?

2. Legislação e economia:

- 2.1 Existe recurso suficiente para financiar os programas de conservação?
- 2.2 A legislação prevê conservação *in situ*?
- 2.3 A legislação deixa claro que o patrimônio arqueológico em questão é uma herança da humanidade?
- 2.4 A legislação proíbe destruição, degradação, alteração do bem e/ou entorno sem anuência das instâncias competentes?
- 2.5 A legislação exige pesquisa prévia?
- 2.6 A legislação exige documentação completa em caso de "destruição" do sítio?
- 2.7 A legislação prevê sanções adequadas, proporcionais às infrações?
- 2.8 Há dispositivos de proteção temporários para sítios tombados ou não?

3. Inventários:

- 3.1 Existe um inventário arqueológico?
- 3.2 O inventário é constantemente atualizado?

4. Intervenções no sítio:

- 4.1 Há encorajamento para a utilização de métodos não destrutivos das evidências?
- 4.2 As escavações ocorrem em sítios fadados à destruição?
- 4.3 Há registro das atividades desenvolvidas?

5. Preservação e conservação:
  - 5.1 Há encorajamento popular?
  - 5.2 Há critérios científicos claros para a seleção de sítios e monumentos a serem conservados (significância e representatividade)?
6. Apresentação, informação, reconstituição:
  - 6.1 Existe consonância entre o conhecimento científico e o que é apresentado à população?
7. Qualificação profissional:
  - 7.1 Há exigência de profissionais qualificados para a gestão do patrimônio cultural arqueológico?
  - 7.2 Existe arquiteto(s) no quadro funcional?
  - 7.3 Existe historiador(es) no quadro funcional?
  - 7.4 Existe arqueólogo(s) no quadro funcional?
8. Cooperação internacional:
  - 8.1 Há eventos (congressos, workshops, conferências), convênios nos quais exista troca de experiência de outras realidades de gestão?

À primeira vista pode-se pensar que as SUB-METAS pareçam demasiadamente genéricas, entretanto, como colocado por Forman e Selly (2003), deve-se partir do axioma que a opção tomada na decomposição é a mais correta possível. Lembrando que a ideia central do trabalho é que haja uma facilidade e funcionalidade na hora de aplicação do método, acredita-se que tal decomposição do problema dê o suporte necessário ao sistema.

## 6.2 Selecionando os municípios analisáveis

Depois de decomposto o problema analisou-se quais municípios dentro da área de pesquisa poderiam ser enquadrados na aplicação da metodologia. Dos 11 municípios contidos na área não se pode analisar: Ilhota, Balneário Piçarras, Penha e Luís Alves, devido ao difícil acesso à legislação destes municípios, uma vez que ainda não está organizada em banco de dados de acesso público. Atenta-se para a necessidade imediata de ações nestes

municípios não contemplados com a análise. Os municípios não contemplados figuram em áreas de enorme potencial arqueológico:

- Ilhota – apesar de não possuir nenhum sítio segundo o CNSA/IPHAN, sabe-se da existência de cinco (5) sítios arqueológicos até então atribuídos a Itajaí (BRANDI, 2006). Acredita-se existir outros sítios no município já que não houve levantamentos sistêmicos na região;
- Penha – urge por medidas cautelares em relação ao seu patrimônio cultural. Possui uma grande gama de sítios arqueológicos que competem com o crescimento do município. A localidade possui um dos assentamentos colonizadores mais antigos da região, armação baleeira, sambaquis, sítios cerâmicos, quilombos e um crescimento desordenado em virtude dos grandes atrativos de balneabilidade da área;
- Balneário Piçarras – por ser uma incógnita do ponto de vista arqueológico necessita de trabalhos emergenciais. Situa-se em uma área onde praticamente todos os municípios limítrofes e litorâneos (com exceção de Navegantes) possuem sítios arqueológicos cadastrados. Vem tendo grandes investimentos do ponto de vista imobiliário a fim de transformar cada vez mais a região em algo próximo ao Balneário Camboriú;
- Luís Alves – mais uma incógnita arqueológica incrustada em uma região com grande potencial. De todos os municípios não contemplados pela análise, talvez seja o que tenha menor risco devido à natureza de sua economia (agrária).

Desta forma, foram eleitos sete (7) municípios para a aplicação da metodologia, sendo: Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Itajaí, Itapema, Navegantes e Porto Belo. Estipula-se que os quatro (4) municípios não contemplados devam estar com seu *Índice de Capacidade de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural Arqueológico* abaixo do plausível e devem receber apoio para melhora do mesmo.

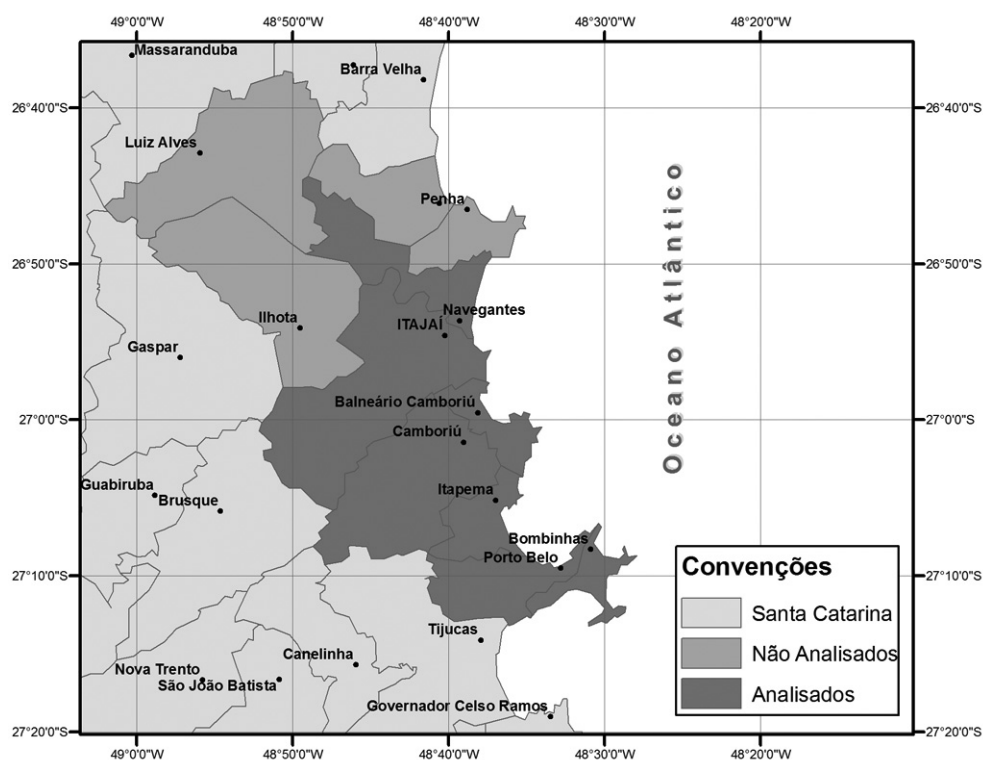


Figura 10. Municípios analisáveis na área da AMFRI.

### 6.3 Atribuindo pesos às METAS e SUB-METAS

A maior dificuldade que pode ser encontrada na construção de um índice é a atribuição de pesos às variáveis. A objetividade de tal ação sempre estará associada – à primeira vista – a subjetividades do pesquisador e/ou corpo de pesquisadores. A escolha do AHP como modelo de análise deu-se em muito pela capacidade de inferência de pesos sem que se comprometa a objetividade do sistema. Desta forma, para cálculo dos pesos foi utilizado o programa Expert Choice 11, o qual faz as comparações par-a-par e apresenta os resultados em forma de gráficos. Antes de atribuir pesos às METAS, faz-se necessário a atribuição dos pesos aos componentes das METAS, isto é, as SUB-METAS. As comparações possuem as seguintes classes de valores: Igual (1,0); Moderado (3,0); Forte (5,0); Muito Forte (7,0); Extremo (9,0), sendo que há valores intermediários a cada classe, com possibilidades de serem positivos ou negativos.

Apresentar-se-á as hierarquias de METAS e SUB-METAS para melhor compreensão das matrizes de dados e gráficos. Desta forma, tem-se:

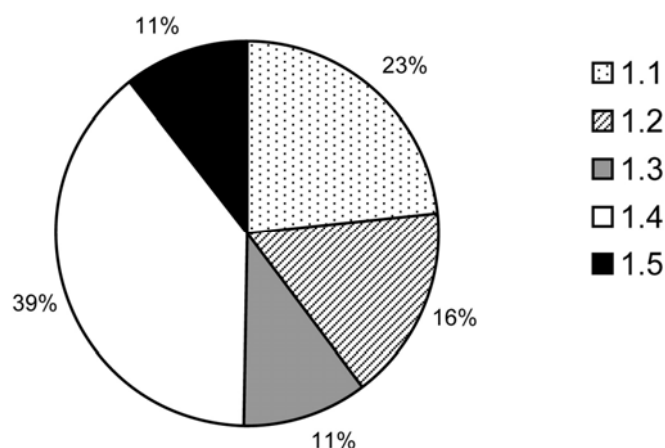
1. Políticas de conservação integrada:
  - 1.1 Planos de ocupação do solo em relação a projetos desenvolvimentistas são levados em consideração?
  - 1.2 Existe articulação entre cultura, meio ambiente e educação?
  - 1.3 Política de preservação do patrimônio arqueológico é regularmente atualizada?
  - 1.4 As políticas de proteção são consideradas no planejamento territorial?
  - 1.5 O público tem participação na gestão do patrimônio arqueológico (participação fundada no acesso ao conhecimento)?

Tabela 4. Matriz de comparação par-a-par da META 01.

	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5
1.1		2,0	2,0	-2,0	2,0
1.2			2,0	-3,0	2,0
1.3				-3,0	1,0
1.4					3,0
1.5					

inconsistência : 0,02

Figura 11. Políticas de Conservação Integrada (pesos).



Apesar de todos os cinco itens serem importantes vê-se que o item 1.4 (As políticas de proteção são consideradas no planejamento territorial?) tem um peso maior devido à natureza do problema. Como todos os itens que compõem a META possuem interligações, sabe-se que, quando as políticas de proteção são executadas no planejamento territorial, a chance de haver uma

política de conservação integrada aumenta, já que o planejamento territorial deve ser executado por diversas frentes, pautado em princípios de multidisciplinariedade.

## 2. Legislação e economia:

2.1 Existe recurso suficiente para financiar os programas de conservação?

2.2 A legislação prevê conservação *in situ*?

2.3 A legislação deixa claro que o patrimônio arqueológico em questão é uma herança da humanidade?

2.4 A legislação proíbe destruição, degradação, alteração do bem e/ou entorno sem anuência das instâncias competentes?

2.5 A legislação exige pesquisa prévia?

2.6 A legislação exige documentação completa em caso de "destruição" do sítio?

2.7 A legislação prevê sanções adequadas, proporcionais às infrações?

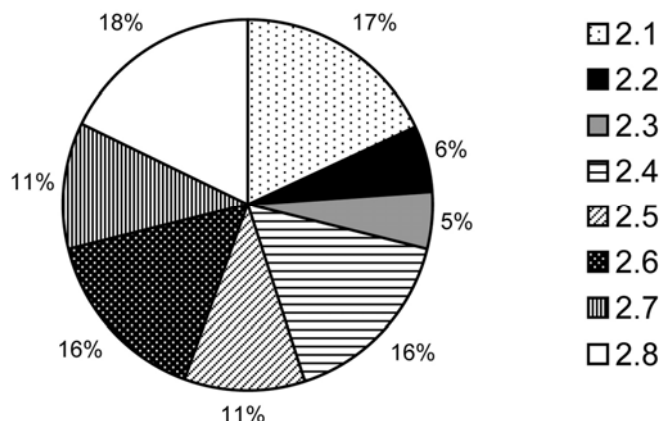
2.8 Há dispositivos de proteção temporários para sítios tombados ou não?

Tabela 5. Matriz de comparação par-a-par da META 02.

	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8
2.1		3,0	3,0	2,0	2,0	-2,0	1,0	2,0
2.2			2,0	-3,0	-2,0	-3,0	-2,0	-3,0
2.3				-2,0	-3,0	-3,0	-2,0	-3,0
2.4					2,0	1,0	1,0	2,0
2.5						1,0	1,0	-2,0
2.6							1,0	-2,0
2.7								-2,0
2.8								

inconsistência : 0,04

Figura 12. Legislação e Economia (pesos).



A META 2 possui uma homogeneidade de peso maior entre suas SUB-METAS, o que se dá pela natureza da decomposição e o grau de interdependência das variáveis. Como se vê no item 2.1; 2.6 e 2.8 – os que possuem maior peso – estes demonstraram ser os principais componentes, já que sem medidas que protejam os bens culturais ainda não averiguados por completo, ou em processo de estudo, ou mesmo, ainda não encontrado como versa a Lei 3925/1961, sem recursos financeiros para as atividades, e sem um bom registro das atividades efetuado no sítio que sofrerá intervenção, os bens culturais seriam perdidos por completo. As demais SUB-METAS possuem um papel complementar, que não as transforma em desnecessárias, mas sim, quando cumpridas as três de maior peso, essas têm grande chance de terem sido contempladas de forma satisfatória.

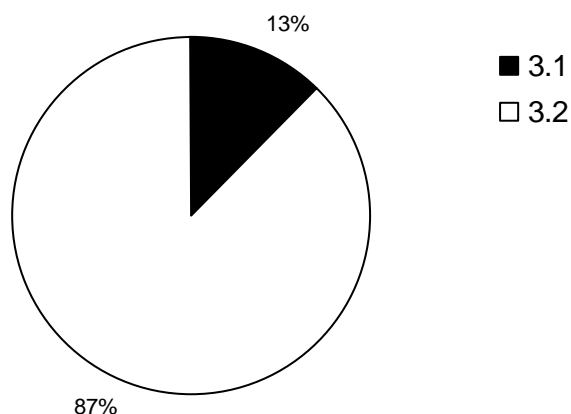
### 3. Inventários:

3.1 Existe um inventário arqueológico?

3.2 O inventário é constantemente atualizado?



Figura 13. Inventários (pesos).



Como a META 3 (Inventários) possui apenas duas SUB-METAS vê-se como de maior peso o item 3.2, pois sabe-se que para haver uma atualização constante de inventário, faz-se necessária a existência de um.

#### 4. Intervenções no sítio:

4.1 Há encorajamento para a utilização de métodos não destrutivos das evidências?

4.2 As escavações dão-se em sítios fadados à destruição?

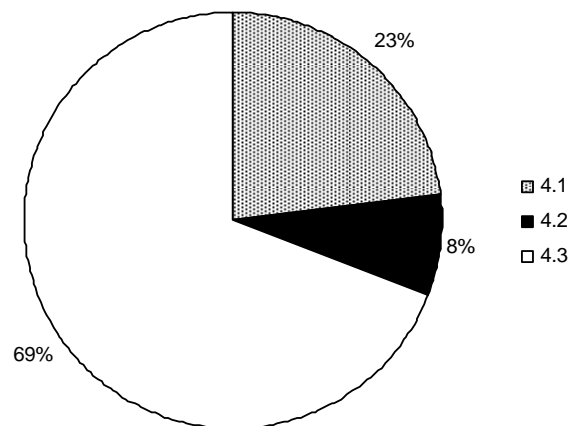
4.3 Há registro das atividades desenvolvidas?

Tabela 6. Matriz de comparação par-a-par da META 04.

	4.1	4.2	4.3
4.1		3,0	-3,0
4.2			-9,0
4.3			

inconsistência : 0,0

Figura 14. Intervenções nos sítios (pesos).



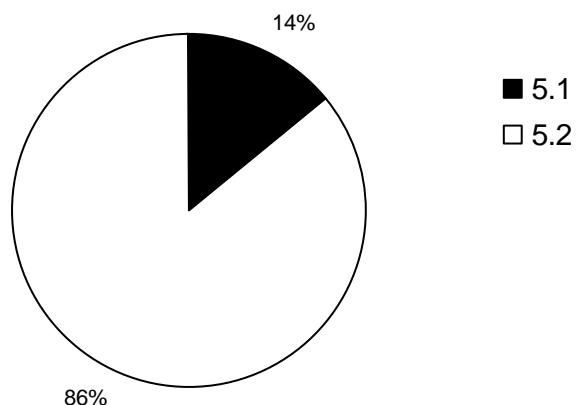
Ao se atribuir os pesos na META 4, levou-se em consideração que o maior problema junto a intervenção de um sítio é a falta do registro das atividades. A Arqueologia possui diversos métodos embora a maioria esteja dentro do que se chama de “destrutivos”, uma vez que não há como restaurar o sítio outrora escavado. Alguns métodos mais atuais preveem a possibilidade de análises *in situ*, sejam elas geofísicas, ou, mesmo físicas. Todavia, não havendo um registro, pouco importa se o sítio está ou não fadado à destruição, já que tal perderá todas as informações.

## 5. Preservação e conservação:

### 5.1 Há encorajamento popular?

5.2 Há critérios científicos claros para a seleção de sítios e monumentos a serem conservados (significância e representatividade)?

Figura 15. Preservação e Conservação (pesos).



À primeira vista, pode parecer errônea a atribuição tão díspar entre as duas SUB-METAS, entretanto, acredita-se que para a solução do problema em voga – estabelecimento de critérios de capacidade de gestão – o encorajamento popular em medidas de preservação e conservação tenha um peso inferior ao de critérios científicos claros (significância e representatividade) no momento da preservação. O município deve possuir meios os quais tenham critérios bem resolvidos para que a totalidade da diversidade cultural, étnica, religiosa, ou qualquer outra forma de divisão possível seja representada. Claro que quando se pensa em participação popular, está levando-se em consideração que toda a população seja encorajada a participar. Embora, para que isso ocorra, é necessário um conjunto de ações muito maiores, das quais fazem parte a identidade e a memória.

Levando em conta o que se espera alcançar, quando existirem critérios claros de representatividade e significância, estar-se-á levando em consideração a população como um todo, pois sem tais critérios pode-se cair em casos como de Itajaí.

Apesar de a maioria da população ser de praticantes de religiões diferente da católica, o Museu Histórico de Itajaí na seção “Religião” apresentava apenas símbolos católicos. Quando houve uma reformulação na exposição e foram adicionados outros símbolos que não apenas católicos, ficou claro que tal reformulação só se deu quando houve uma ruptura política a qual retirou do poder uma gestão que já perdurava por mais de 30 anos. Houve

represálias por parte do grupo dominante economicamente de Itajaí, este não deixava de ser um grupo popular e encorajado, no entanto, era o grupo que detinha o poder, sendo o mesmo que criou a legislação patrimonial até então em voga, a qual não possuía critérios claros de representatividade e significância para a diversidade humana da área. Isto se deu da mesma forma em relação aos bens tombados, sempre relacionados a pessoas das classes dominantes, brancas e cristãs.

## 6. Apresentação, informação, reconstituição:

6.1 Existe consonância entre o conhecimento científico e o que é apresentado à população?

Pode-se resumir essa META em apenas uma única SUB-META, pois quando não houver consonância entre o que se conhece do sítio cientificamente e o que é apresentado para a população, não haverá nem apresentação, muito menos informação sobre o bem, impossibilitando uma reconstituição de fato.

## 7. 7. Qualificação profissional:

7.1 Há exigência de profissionais qualificados para a gestão do patrimônio cultural arqueológico?

7.2 Existe arquiteto(s) no quadro funcional?

7.3 Existe historiador(es) no quadro funcional?

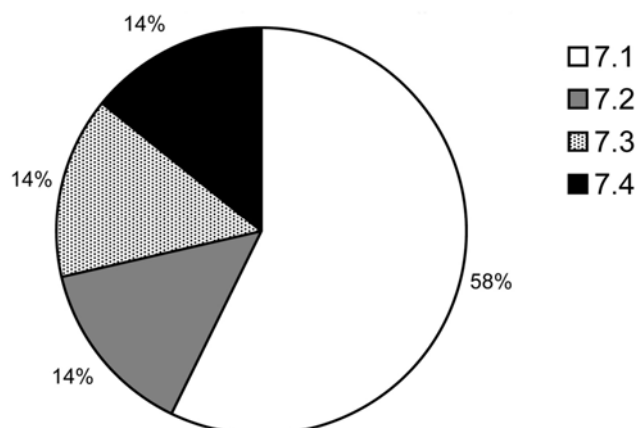
7.4 Existe arqueólogo(s) no quadro funcional?

Tabela 7. Matriz de comparação par-a-par da META 07.

	<b>7.1</b>	<b>7.2</b>	<b>7.3</b>	<b>7.4</b>
<b>7.1</b>		4,0	4,0	4,0
<b>7.2</b>			1,0	1,0
<b>7.3</b>				1,0
<b>7.4</b>				

inconsistência : 0,0

Figura 16. Qualificação profissional (pesos).



A falta de profissionais qualificados é um dos maiores problemas no tratamento da gestão, ainda mais quando se trabalha com o patrimônio cultural que possui uma dimensão muito grande, perpassando por diversas áreas do conhecimento. Assim sendo, a atribuição de peso dada pela comparação par-a-par mostrou que ter profissionais qualificados comporta a existência de profissionais, dessa forma, o peso dessa SUB-META é maior que os demais, até porque a existência do profissional não indica que ele esteja qualificado para o trabalho de vida e morte dos sítios. Quando se trata de profissionais que não trabalham com o patrimônio cultural arqueológico, muito mais que apenas o arqueólogo tem de ser levado em consideração, pois existem informações históricas e arquitetônicas que devem ser levantadas para a boa gestão do patrimônio. É sabido que muitos municípios não comportam em sua estrutura financeira a possibilidade de contratar ao menos um dos três profissionais apontados, no entanto, convênios e parcerias podem ser desenvolvidos junto a centros de pesquisa, ou mesmo junto a municípios mais afortunados do ponto de vista econômico.

## 8. Cooperação internacional:

8.1 Há eventos (congressos, workshops, conferências), convênios nos quais exista troca de experiência de outras realidades de gestão?

A META “Cooperação internacional” poderia ser considerada apenas “Cooperação”, pois há a necessidade de cooperação entre os municípios, entre

o município e o governo estadual, assim como destes com o federal. Cooperar é fazer junto, é agregar. Como já levantado no item anterior, mesmo que o município não comporte – devido às suas limitações – meios de efetuar uma boa gestão, ele tem de procurar meios para que ela seja efetuada da melhor forma possível. Não foram estipuladas várias SUB-METAS nessa META, por um motivo claro: não importa como se dê a troca de experiências e sim que ela exista.

Após o estabelecimento dos pesos relativos às SUB-METAS teve-se uma aplicação mais árdua. O estabelecimento dos pesos para as METAS é o momento mais crucial para se estipular os parâmetros que serão a coluna vertebral do índice de capacidade de gestão. Uma vez atribuído pesos errôneos, seja por excesso de subjetividade, ou falha conceitual, todo o índice coloca-se a perder. Desta forma, comparou-se as METAS entre si, pelo mesmo método de comparação par-a-par, gerando a matriz (TAB. 8).

Tabela 8. Matriz de comparação par-a-par das METAS.

	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>1. Políticas de conservação integrada</b>		1,0	2,0	4,0	2,0	2,0	1,0	4,0
<b>2. Legislação e economia</b>			2,0	4,0	2,0	2,0	1,0	4,0
<b>3. Inventários</b>				3,0	1,0	-2,0	-2,0	2,0
<b>4. Intervenções no sítio</b>					-3,0	-3,0	-4,0	2,0
<b>5. Preservação e conservação</b>						-2,0	-3,0	3,0
<b>6. Apresentação, informação, reconstituição</b>							-2,0	3,0
<b>7. Qualificação profissional</b>								4,0
<b>8. Cooperação internacional</b>								

inconsistência : 0,02

As comparações serão tratadas caso a caso em função da complexidade da construção da matriz. A ideia é passar quais caminhos tomaram-se para as comparações, desta forma, tentando justificar as escolhas.

- “Políticas de conservação integrada” versus “Legislação e economia”
  - Considerou-se que ambas as METAS possuem papéis semelhantes na construção do índice. Uma vez sendo o Brasil um Estado de Direito e tendo suas limitações e liberdades por meio

de leis, não haveria forma concreta de política de conservação integrada sem a aplicação de leis as quais limitassem algumas ações e propiciassem outras. O fator econômico também tem forte influência sobre todo o sistema, pois atualmente muito do que se tem na legislação – logo, na política de conservação também – é oriundo de exigências dos órgãos financiadores internacionais, que utiliza o dinheiro dos empréstimos como uma forma de imposição aos Estados requerentes.

- “Políticas de conservação integrada” versus “Inventários”
  - Os inventários possuem um papel muito peculiar na gestão do patrimônio cultural arqueológico, já que os bens inventariados são o objeto de gestão. Sem inventários bem feitos e sempre atualizados, o patrimônio arqueológico passa a ser desconhecido, ou mesmo esquecido, gerando problemas como se vê hoje no Brasil junto ao CNSA/IPHAN que, pelo menos ao público em geral, está desatualizado há mais de dez anos. Mesmo sabendo que há uma interdependência muito grande entre as variáveis estipulou-se que o “Inventário” tem menor importância (apenas um ponto a menos que “moderado”) do que as “Políticas de conservação integrada”, pois se acredita que com boas políticas de conservação integrada haverá bons inventários.
- “Políticas de conservação integrada” versus “Intervenções no sítio”
  - Quando se pensa em intervenções no sítio, conseqüentemente se pensa em pesquisas arqueológicas. Diante deste axioma, construiu-se julgamento na comparação entre essa META e as “Políticas de conservação integrada”. Se fosse desenvolvida uma forma de classificação na qual se escalasse as METAS mais próximas da gestão (do ponto de vista gestão territorial), as “Intervenções a sítios” estariam num dos pontos mais longe do centro. Tal afirmação é dada partindo do princípio legal brasileiro. O órgão que por lei despacha sobre o assunto é o IPHAN e nenhum outro. O IPHAN é quem expede as portarias de intervenção e aprova, ou não, os trabalhos efetuados no sítio, todavia, as intervenções passam a ter um papel secundário na

composição de um índice de gestão municipal do patrimônio cultural arqueológico o qual visa a medir a capacidade do município de gerir os bens.

- “Políticas de conservação integrada” versus “Preservação e conservação”
  - É capaz de à primeira vista parecer que se trata do mesmo tema, entretanto, existem diferenças entre as duas METAS. Quando se trata de políticas de conservação integrada, visa-se a compreender como se dá a relação entre os diversos seguimentos que compõem tal integração. Por outro lado, “Preservação e conservação” trata da forma como são efetuadas do ponto de vista científico e participativo. Colocou-se “Políticas de conservação integrada” um ponto acima de “Preservação e conservação” por acreditar-se que ao existirem políticas de conservação integrada, – de fato – a preservação e conservação estarão asseguradas.
- “Políticas de conservação integrada” versus “Apresentação, informação, reconstituição”
  - Da mesma forma que as demais comparações, acredita-se que as “Políticas de conservação integrada” estejam um ponto acima da META “Apresentação, informação, reconstituição”, uma vez que, ao existirem políticas integradas eficazes, haverá um menor descompasso entre o conhecimento científico e o popular acerca do patrimônio cultural arqueológico.
- “Políticas de conservação integrada” versus “Qualificação profissional”
  - Ambas as METAS foram colocadas em pé de igualdade, pois não há como existir uma política de conservação integrada sem que haja qualificação profissional. Talvez esse seja o maior impasse que os municípios sofram, muitas ações não podem ser executadas devido à falta de mão de obra especializada e capacitada para tal.
- “Políticas de conservação integrada” versus “Cooperação internacional”
  - O princípio de cooperação internacional advém da premissa que os bens arqueológicos de um local não dizem respeito apenas ao



local, mas sim, compõem a história da humanidade. A distância de grau entre as METAS deu-se pela compreensão que as políticas de conservação integradas – no atual momento – precisam ter um foco maior que a “cooperação internacional”. Não resta dúvida da necessidade de discussões o mais amplas possível sobre a temática, no entanto, faz-se necessário um mínimo efetivo para que haja tais discussões.

- “Legislação e economia” versus “Inventários”
  - Tratando-se de um Estado de Direito, a legislação é fio condutor das ações do Estado. Desta forma, sem legislação não poderá haver proteções aos bens inventariados, assim sendo, a META de legislação sobrepõe-se apenas um pouco à necessidade de inventários.
- “Legislação e economia” versus “Intervenções em sítios”
  - Pelos mesmos motivos que “Políticas de conservação integrada” estava distante numericamente de “Intervenções em sítios”, se distancia de “Legislação e economia”. Isso se dá pelo simples motivo das intervenções serem controladas por um órgão federal o qual possui corpo funcional para mensurar os trabalhos efetuados nos sítios arqueológicos, cabendo aos municípios agirem de forma concomitante.
- “Legislação e economia” versus “Preservação e conservação”
  - Quando comparados, vê-se que devido à natureza da primeira META, esta tende a estar num plano superior à segunda, sem se distanciar, no entanto, mas sim tendendo a igualar forças.
- “Legislação e economia” versus “Apresentação, informação, reconstituição”
  - Sem esforços de legislação (e a execução das mesmas) fica muito difícil garantir a sintonia entre conhecimento científico e público no geral. Em 2001, o Brasil deu um salto em relação a essa questão promulgando a portaria/IPHAN nº 230, a qual estabelece alguns parâmetros de aproximação entre o conhecimento científico e a população.
- “Legislação e economia” versus “Qualificação profissional”

- Ambos figuram em pé de igualdade, pois por melhor que seja a legislação, se não houver pessoas qualificadas para executá-la o patrimônio arqueológico continuará mal gerido.
- “Legislação e economia” versus “Cooperação internacional”
  - A distância moderada que se tem entre essas duas METAS dá-se em decorrência da legislação ser baseada em acordos internacionais, assim como recomendações. Contudo, dentro do escopo da gestão do território, a cooperação internacional agrega em papel secundário graças à soberania do Estado sobre o território.
- “Inventários” versus “Intervenções no sítio”
  - Os inventários possuem um valor agregado muito superior às intervenções nos sítios. Como se pode ver nas comparações anteriores, as intervenções estão muito mais ligadas à ações que já possuem controle efetivo e bem normatizado no território brasileiro. Por outro lado, os inventários, quando existentes, não possuem atualizações recorrentes.
- “Inventários” versus “Preservação e conservação”
  - Não existe preservação e conservação sem inventários, logo, estas duas METAS trabalham em pé de igualdade.
- “Inventários” versus “Apresentação, informação, reconstituição”
  - A existência de inventários que não possuam uma interface com a população os torna obsoletos já na concepção. Vide o caso do CNSA/IPHAN, as informações disponibilizadas são supérfluas e incompletas, gerando, desta forma, inconsistência na preservação. Logo, ter um inventário, mas restringir o acesso a ele, é como não tê-lo.
- “Inventários” versus “Qualificação profissional”
  - A qualificação profissional é um dos pontos-chave para uma boa gestão; sem bons profissionais, os inventários serão mal feitos e a gestão perderá em efetividade. Entretanto, um é dependente do outro, fazendo com que a distância entre eles não seja grande.
- “Inventários” versus “Cooperação internacional”

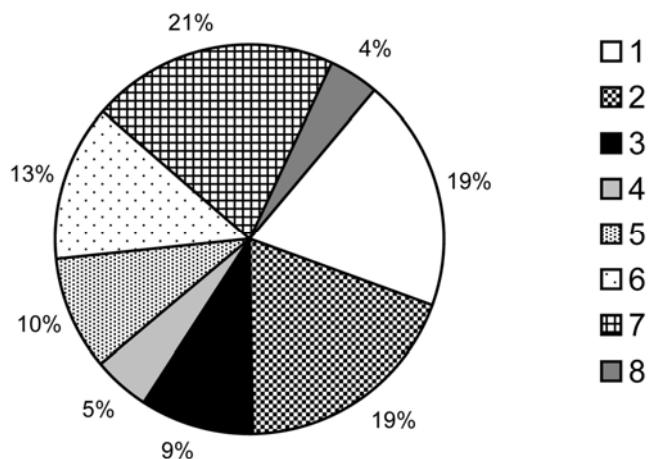
- A cooperação internacional possibilita que os inventários sejam efetuados de maneira mais científica possível, fazendo com que critérios de representatividade e significância sejam levados em consideração. Entretanto, a cooperação internacional não é condição *sine qua non* para existência de inventários, desta forma, “Inventários” se sobressai discretamente de “Cooperação internacional”.
- “Intervenções no sítio” versus “Preservação e conservação”
  - Quando comparada ambas as METAS percebe-se que, devido à natureza funcional da legislação brasileira, a “Preservação e conservação” tende a se distanciar moderadamente de “Intervenções no sítio”.
- “Intervenções no sítio” versus “Apresentação, informação, reconstituição”
  - Seguindo dentro da mesma linha da justificativa anterior, a “Apresentação, informação, reconstituição” possui maior significância diante do problema a ser resolvido.
- “Intervenções no sítio” versus “Qualificação profissional”
  - Diante das justificativas já apresentadas seria incongruente não afirmar que a qualificação profissional tem papel fundamental dentro da gestão, possuindo, assim, forte diferença em relação a “Intervenções no sítio”.
- “Intervenções no sítio” versus “Cooperação internacional”
  - Como já levantado anteriormente, a “Cooperação internacional” diante da gestão territorial possui uma posição secundária, embora se acredite que esta tenha seu papel fundamental. Desta forma, infere-se maior peso a “Intervenções no sítio”.
- “Preservação e conservação” versus “Apresentação, informação, reconstituição”
  - A META “Apresentação, informação, reconstituição” possui um peso maior que “Preservação e conservação”, pois se o patrimônio cultural está totalmente conectado à identidade e à memória de um povo, tal ação não pode estar desconexa dele. A necessidade de haver um diálogo mais próximo entre trabalhos

científicos e população faz com que a “Preservação e conservação” esteja submetida ao conhecimento público da matéria.

- “Preservação e conservação” versus “Qualificação profissional”
  - Acredita-se que este seja um ponto pacífico nessa discussão. A qualificação de profissionais é o cerne de toda a questão relacionada à gestão. Sem estes, não haverá preservação, muito menos conservação de bens culturais.
- “Preservação e conservação” versus “Cooperação internacional”
  - Pode até parecer que a cooperação internacional fora deixada de lado, não sendo reconhecido seu devido valor. No entanto, volta-se a evidenciar que diante do problema a ser resolvido – a capacidade de gestão do patrimônio cultural arqueológico de um município diante da gestão do território –, sua aplicabilidade torna-se menor.
- “Apresentação, informação, reconstituição” versus “Qualificações profissionais”
  - Profissionais qualificados poderão, sem dúvida, apresentar e informar da melhor maneira possível para a população o papel que o patrimônio cultural possui.
- “Apresentação, informação, reconstituição” versus “Cooperação internacional”
  - Considerando que a população em contato com o patrimônio tenha maiores possibilidades de atuação na gestão desse patrimônio, e, lembrando a função do índice proposto, atribui-se à primeira META um valor acima da segunda.
- “Qualificações profissionais” versus “Cooperação internacional”
  - Apesar de a distância numérica ser considerada entre forte e moderada, toma-se por verdade que a cooperação internacional possibilita uma melhor qualificação profissional, no entanto, não a limita.

Diante das discussões apresentadas acima, assim como a matriz, no resultado das comparações tem-se um gráfico que mostra percentualmente os pesos de cada META na construção do índice (FIG. 17)

Figura 17. Distribuição dos pesos (Atributos).



Como pode ser visto no gráfico acima, há um peso maior para “Qualificações profissionais”, sendo seguido de perto por “Políticas de conservação integrada” e “Legislação e economia”. Num terceiro bloco tem-se “Apresentação, informação, reconstituição”, “Preservação e conservação”, e “Inventários”, deixando um quarto bloco com “Intervenções no sítio” e “Cooperação internacional”. Atribuído os pesos às METAS passa-se à comparação par-a-par das ALTERNATIVAS diante desses pesos.

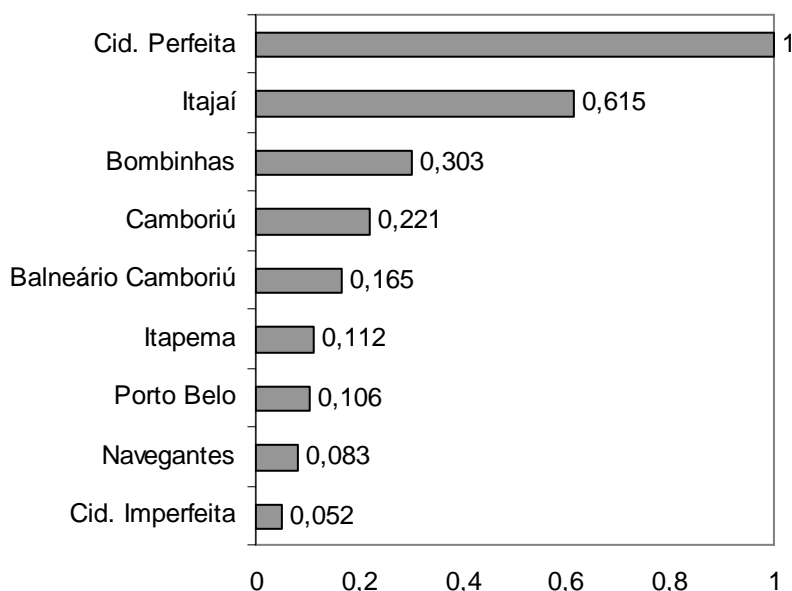
#### 6.4. Aplicando a comparação par-a-par nas ALTERNATIVAS

Com os pesos já atribuídos a cada uma das METAS e SUB-METAS tem-se por hora a necessidade de comparação par-a-par das possíveis ALTERNATIVAS. A comparação de ALTERNATIVAS (os municípios da área de estudo) dá-se em cada SUB-META e o software (Expert Choice) se encarrega da atribuição dos pesos já calculado anteriormente. Tal comparação será observada através de gráficos relativos a cada uma das SUB-METAS e por fim discutido o resultado da META.

##### 1. Políticas de conservação integrada

A Meta “Política de conservação integrada” foi decomposta em cinco SUB-METAS, as quais estão abaixo elencadas.

Figura 18. Planos de ocupação do solo em relação a projetos desenvolvimentistas são levados em consideração? (SUB-META 1.1)



Quando analisada a SUB-META 1.1 vê-se uma diferença gritante entre os municípios. Muito da diferença se dá por causa da maneira como é encarada a política desenvolvimentista em cada município. A Resolução Conama 237/1997 prevê a delegação de poderes para o município do licenciamento ambiental, entretanto, para que tal ocorra, é necessário que haja uma infraestrutura física e legal. Física, pois necessita de um órgão com pessoas capacitadas para avaliar os estudos de impacto ambiental (seja em qualquer modalidade), e legal, pois necessita de um conjunto de leis que possibilite tais ações. Todos os municípios analisados possuem seus respectivos órgãos, logo estariam habilitados para os laudos. No entanto, tais órgãos têm postura permissiva com relação a instalações de empreendimentos que tragam um progresso a qualquer custo, nem que para isso haja um relaxamento legal. Algumas obras desenvolvimentistas obrigatoriamente necessitam ter a aprovação em instâncias estaduais e federais e quando isso ocorre, a chance do plano de ocupação do solo ser levado em consideração aumenta, principalmente nos municípios que possuem planos diretores atualizados e instrumentos controladores de atividades. Desta forma, mesmo longe do ideal, Itajaí possui um destaque ultrapassando o índice de 0,6 (tendo

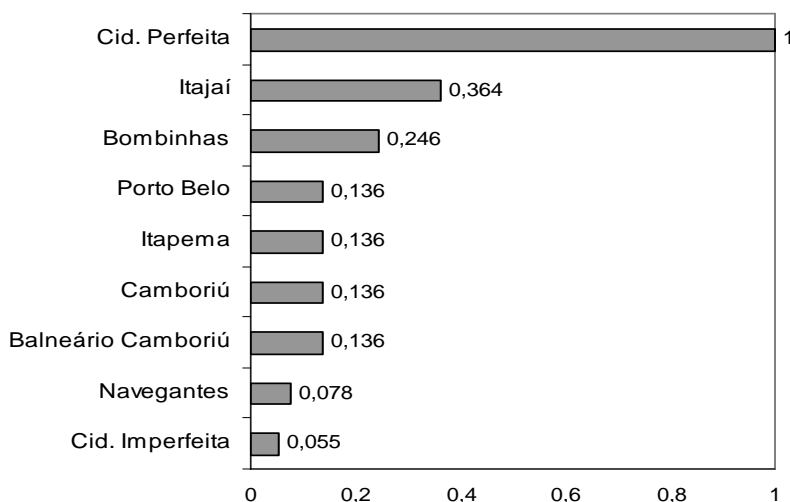
o máximo de 1), sua natureza portuária ajuda no processo, pois o planejamento da cidade se faz mais do que necessário; somado a isso – e também por conta disso – Itajaí é o principal município da região, seja econômica ou politicamente, possui uma grande universidade, logo, uma massa crítica mais participativa, a qual age com maior ímpeto.

A diferença se mostra gritante quando se vê o índice do segundo colocado – Bombinhas – o qual possui índice aproximado de 0,3, menos da metade de Itajaí. O município de Bombinhas não se enquadra entre os municípios que têm a necessidade legal de possuir plano diretor (Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001), fato que não o isenta de atentar sobre o tema, já que possui lei sobre zoneamento e uso do solo (Lei ordinária no. 327/1997). No entanto, municípios como Balneário Camboriú, apesar de se enquadrarem na necessidade de possuírem planos diretores, também apresentam índices baixos.

O caso de Balneário Camboriú é estritamente particular, pois como o município tem praticamente todo seu território voltado à balneabilidade, as unidades construtivas encontradas na área, teoricamente não se enquadram na necessidade legal de estudos de impacto ambiental. Mesmo após o Estatuto da Cidade, estudos de impacto de vizinhança poderiam ter sido normatizados e aplicados, todavia, isto não aconteceu.

Os demais municípios com seus baixos índices de capacidade de gestão necessitam de um olhar mais atento por parte dos órgãos fiscalizadores (IPHAN, IBAMA, FCC, MPU, MPF), pois o crescimento da região vem acelerado nas últimas décadas.

Figura 19. Existe articulação entre cultura, meio ambiente e educação? (SUB-META 1.2)

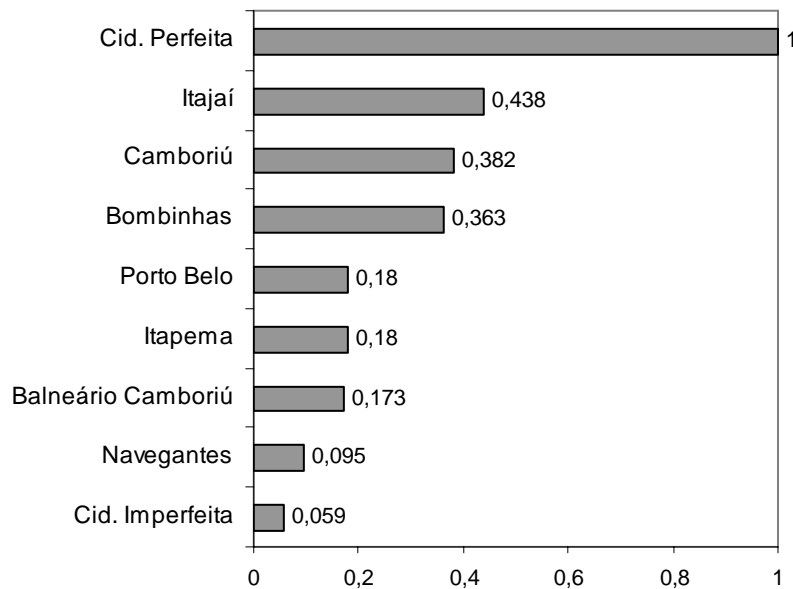


Está longe de ser a SUB-META que os municípios tiveram a melhor performance. Tal articulação entre tais seguimentos é de grande dificuldade dentro do modelo político que os municípios possuem. Não se resume apenas à falta de articulação entre estes três seguimentos e sim por toda a estrutura municipal. Se alguns municípios conseguem “respirar” um pouco mais essa articulação é por conta de ações, muitas vezes isoladas e sem amparo normatizador. Alguns conselhos municipais – sejam de meio ambiente, cultura, patrimônio cultural, desenvolvimento ou planejamento urbano –, por esforços isolados, possuem profissionais voltados para a articulação, entretanto, pode-se afirmar que tal fato é exceção à regra.

Sem articulação, cada vez mais haverá uma série de problemas irresolutos, pois a integração, tanto falada e aclamada, só existe como fruto de tal articulação.

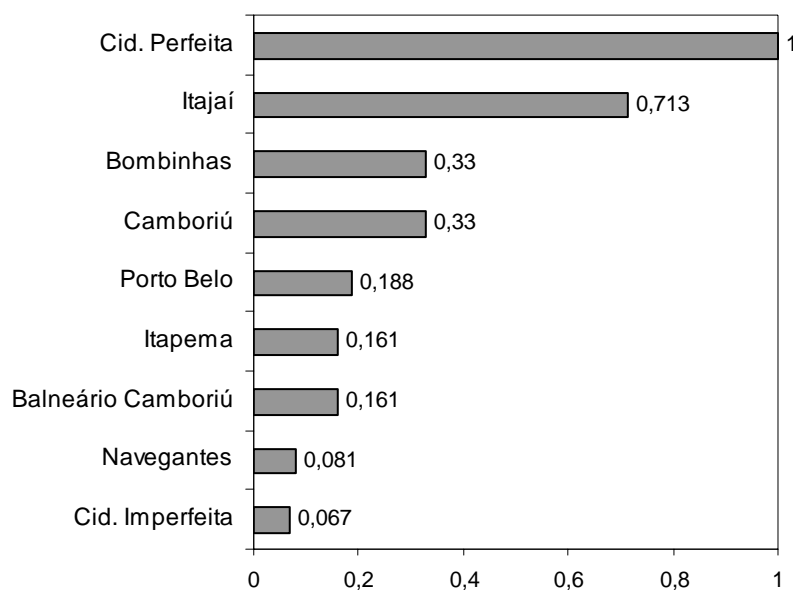


Figura 20. Política de preservação do patrimônio arqueológico é regularmente atualizada? (SUB-META 1.3)



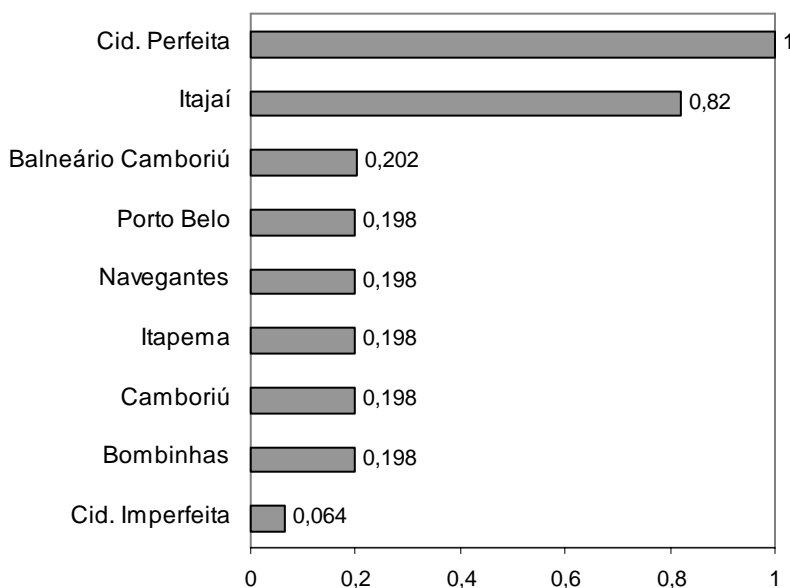
Afortunados os municípios que possuem uma política de preservação do patrimônio arqueológico. No geral, o que se encontra são menções na lei orgânica dos municípios e alguma inferência em algum outro lugar, com exceção de Itajaí, Camboriú e Bombinhas que aparentemente possuem esforços para o desenvolvimento de políticas públicas a esse respeito. Pode-se dizer que os demais tendem ao esquecimento desse patrimônio, principalmente quando o patrimônio arqueológico está associado à pré-história e/ou à história indígena.

Figura 21. As políticas de proteção são consideradas no planejamento territorial?  
(SUB-META 1.4)



Sendo o assunto as políticas de proteção, a situação do quadro tem uma melhora, mas não chega ao ponto de empolgação. A diferença básica entre a SUB-META 1.4 e a 1.1 é que na 1.1 necessita-se de uma maior integração entre os órgãos municipais, coisa que pode ser desempenhada. Já a 1.4 – longe da melhor forma – com legislações restritivas a determinados logradouros ou áreas, pode provocar uma preservação; todavia, ela é pontual e não provoca necessariamente um planejamento territorial da forma correta.

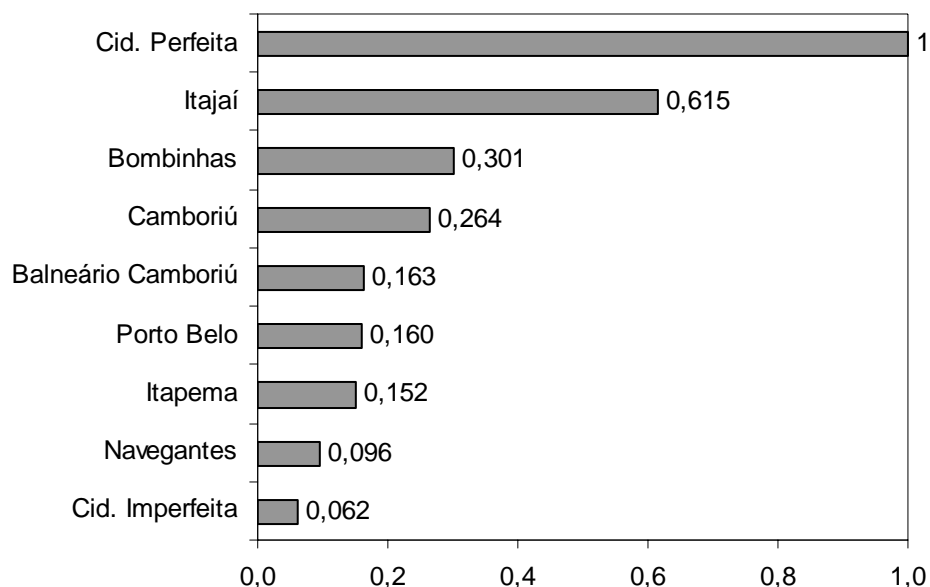
Figura 22. O público tem participação na gestão do patrimônio arqueológico (participação fundada no acesso ao conhecimento)? (SUB-META 1.5)



Esta SUB-META pode ser contestada facilmente, pois não foi efetuada nenhuma avaliação junto à população sobre seu acesso ao conhecimento, entretanto, foram tomados por base os recursos os quais os municípios dispunham para que a população participasse da gestão, assim como ao acesso às informações. Todos os municípios com exceção de Itajaí figuram no mesmo péssimo patamar – próximo de 0,2 – isso se dá por causa da falta de meios participativos, passivos e/ou ativos. Itajaí possui uma infraestrutura de museus (museu histórico, museu etno-arqueológico), de arquivos (arquivo público e arquivo histórico), conselho municipal de meio ambiente, conselho municipal de cultura, conselho municipal de patrimônio cultural, fundação municipal do patrimônio cultural, fundação municipal de cultura, fundação municipal de meio ambiente, Agenda 21 local e comissões da câmara de vereadores. Todos esses instrumentos preveem a entrada da população ativa e/ou passivamente. Claro que ainda existe como melhorar tais instrumentos, por exemplo, com audiências públicas para tombamentos de bens, todavia, poucos municípios brasileiros de médio porte comportam diversidade de meios de acesso.

Com o desenvolvimento de cada uma das SUB-METAS tem-se o resultado referente à META 1 (FIG.23):

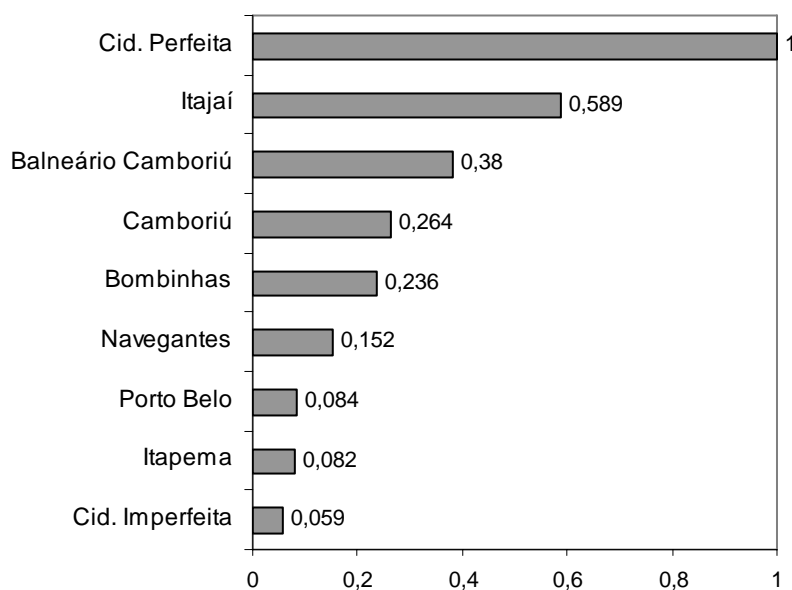
Figura 23. Políticas de conservação integrada (META 1)



## 2. Legislação e economia

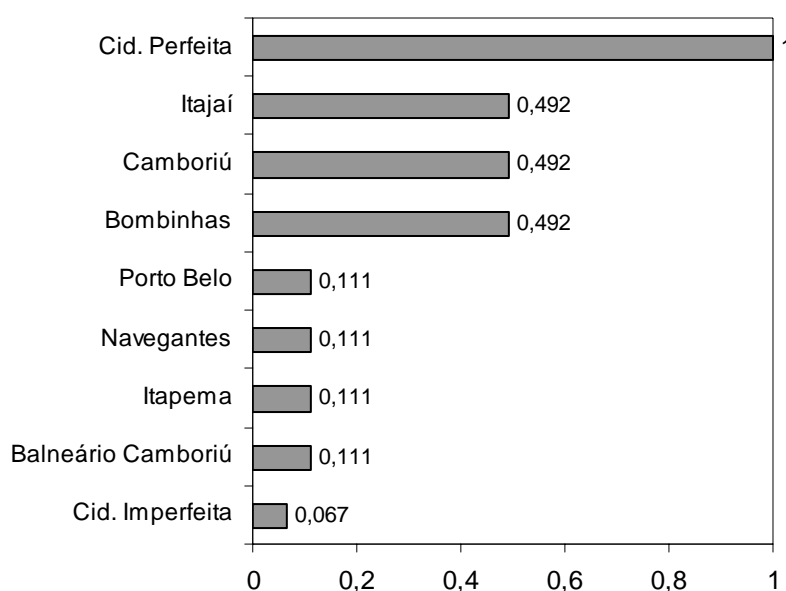
A Meta “Legislação e economia” foi decomposta em oito SUB-METAS, as quais estão abaixo elencadas.

Figura 24. Existe recurso suficiente para financiar os programas de conservação? (SUB-META 2.1)



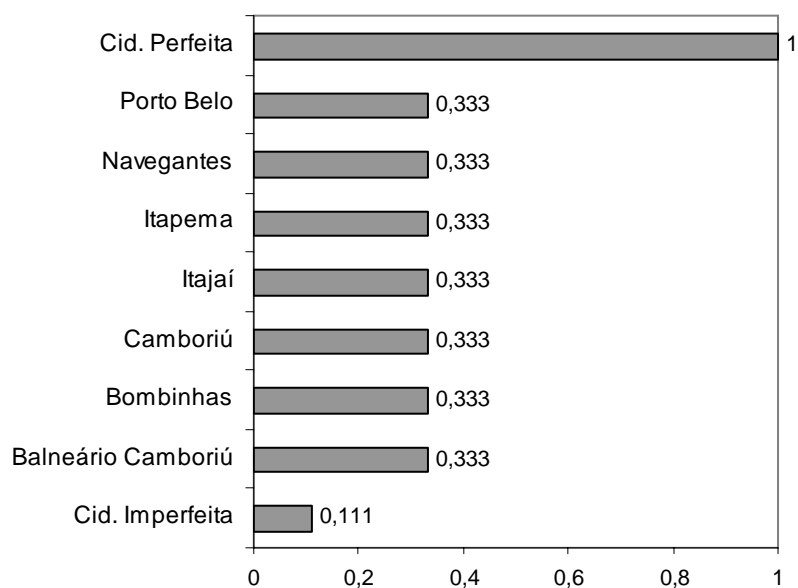
A existência, ou não, de recursos financeiros para o financiamento de programas de conservação não se pautou nas leis e diretrizes orçamentárias, mas sim, na possibilidade de gastos desses recursos em prol do patrimônio arqueológico. Quanto maior a estrutura disponibilizada para a ação – levando-se em consideração também, diversidade e representatividade – maior é o gasto que o município tem de disponibilizar. Municípios como Itajaí que possibilitam a venda de potencial construtivo de áreas protegidas, assim como, permitem isenção fiscal – total ou parcial – para bens tombados, exigindo dos empreendedores custeio de obras e pesquisas, tiveram uma pontuação maior durante as comparações par-a-par, por motivos evidentes.

Figura 25. A legislação prevê conservação *in situ*? (SUB-META 2.2)



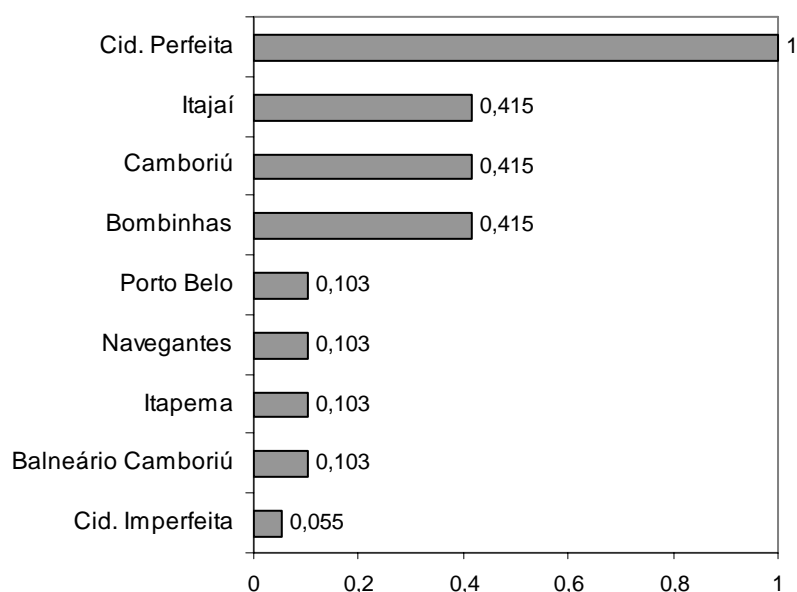
Conservação *in situ* significa manter os bens patrimoniais em seu lugar de origem, dentro do contexto no qual foi encontrado. Desta forma, medidas como tombamento, inventários, cadastros em geral, não deixam de figurar com conservação *in situ*, entretanto, quando se entra na questão de escolha de “vida e morte” de um patrimônio arqueológico, ainda vê-se o salvamento do sítio como primeiro recurso. A criação de áreas de potencial arqueológico, ou mesmo patrimoniais, zonas especiais e outros tipos de instrumentos legais previstos em planejamento territorial se faz oportuna e necessária.

Figura 26. A legislação deixa claro que o patrimônio arqueológico em questão é uma herança da humanidade? (SUB-META 2.3)



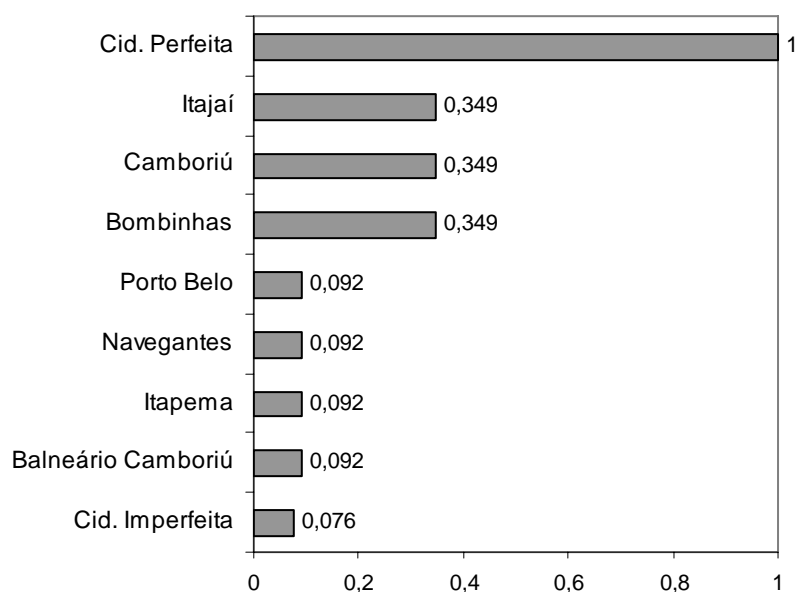
Tratar o patrimônio cultural como uma herança da humanidade é um tanto difícil para tais municípios, o que se torna claro pela forma com que interagem com o patrimônio cultural. Pode-se dizer que a visão de patrimônio dos municípios em pouco ultrapassa o local, pois muitos dos bens tombados têm como papel principal eternizar a identidade de grupos dominantes em detrimento de outros. A herança branca, cristã, vinculada ao poder político ainda é mote dos tombamentos e bibliografias desenvolvidas na região.

Figura 27. A legislação proíbe destruição, degradação, alteração do bem e/ou entorno sem anuência das instâncias competentes? (SUB-META 2.4)



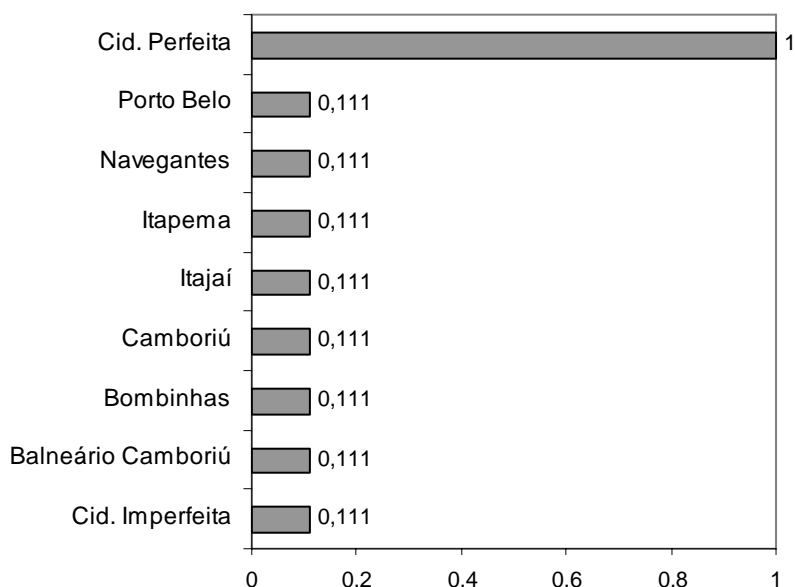
Aos municípios os quais têm legislação acerca da preservação preveem de uma forma melhor, apesar de que segundo a legislação, todas as esferas trabalham para a preservação inibindo ações de destruição, alteração do bem e entorno. É oportuno lembrar que sítios arqueológicos reconhecidos pelo IPHAN, possuem – teoricamente – maior controle.

Figura 28. A legislação exige pesquisa prévia? (SUB-META 2.5)



Da mesma forma que no item anterior, os municípios os quais possuem legislação normativa sobre tombamento exigem pesquisa prévia, no entanto, apenas aos bens tombados, deixando descobertos sítios ainda não encontrados. Não exigem, assim, prospecções e/ou levantamentos sistêmicos, tal como exige a legislação sobre arqueologia no Brasil.

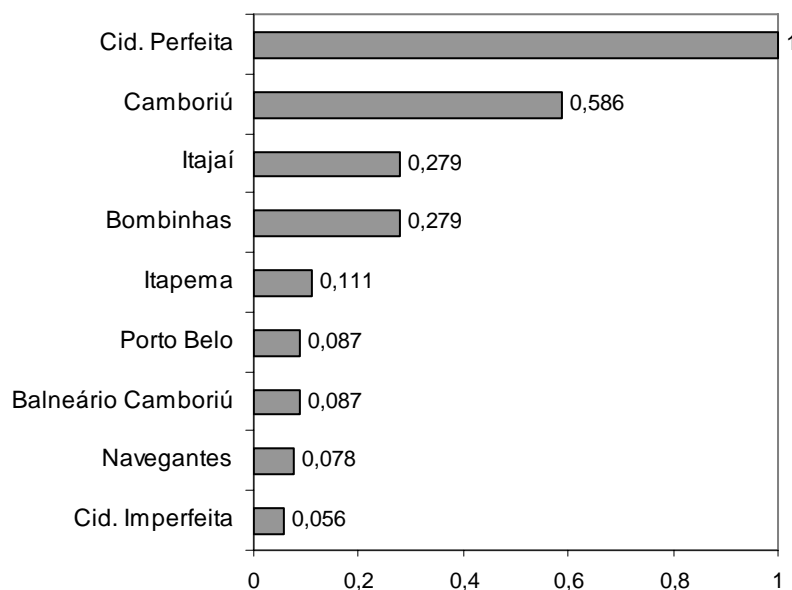
Figura 29. A legislação exige documentação completa em caso de "destruição" do sítio? (SUB-META 2.6)



Mesmo os municípios que possuem legislação sobre bens tombados não preveem tais exigências (em âmbito municipal), não é difícil existirem casos de bens patrimoniais – mesmo que tombados – destruídos sem as devidas análises. Vale lembrar que cabe ao município o alvará de demolição, desmembramento, entre outras tantas formas de intervenções possíveis causadoras de destruição. Muitas vezes é alegada a falta de conhecimento dos bens serem tombados, inventariados, ou estarem em áreas de sensibilidade patrimonial. Tal situação poderia ser diminuída drasticamente com a obrigatoriedade de averbação dessas condições na escritura do imóvel.

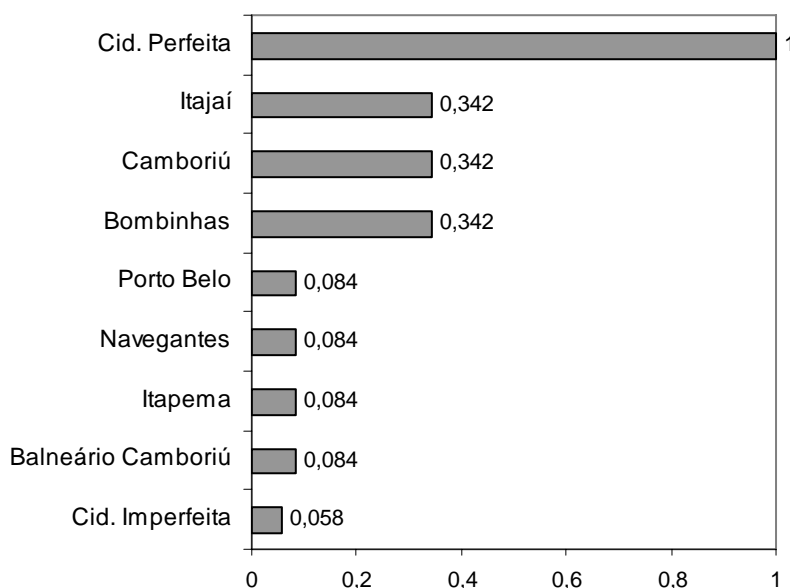


Figura 30. A legislação prevê sanções adequadas, proporcionais às infrações? (SUB-META 2.7)



Seria falso se fosse afirmado que sim, ou no mínimo inconsistente. Sanções adequadas necessitam de legislação adequada, profissionais capacitados, operações criteriosas, parâmetros claros e ações efetivas. Com exceção de Camboriú, apesar de estar sofrendo um crescimento em função da proximidade com o Balneário Camboriú, alinhavada com preços de terrenos mais baratos que os praticados. Camboriú, pelo menos do ponto de vista legal, vem tentando se amparar com medidas preventivas, do ponto de vista legal e de planejamento, a fim de promover um crescimento com menor dano aos interesses ambientais.

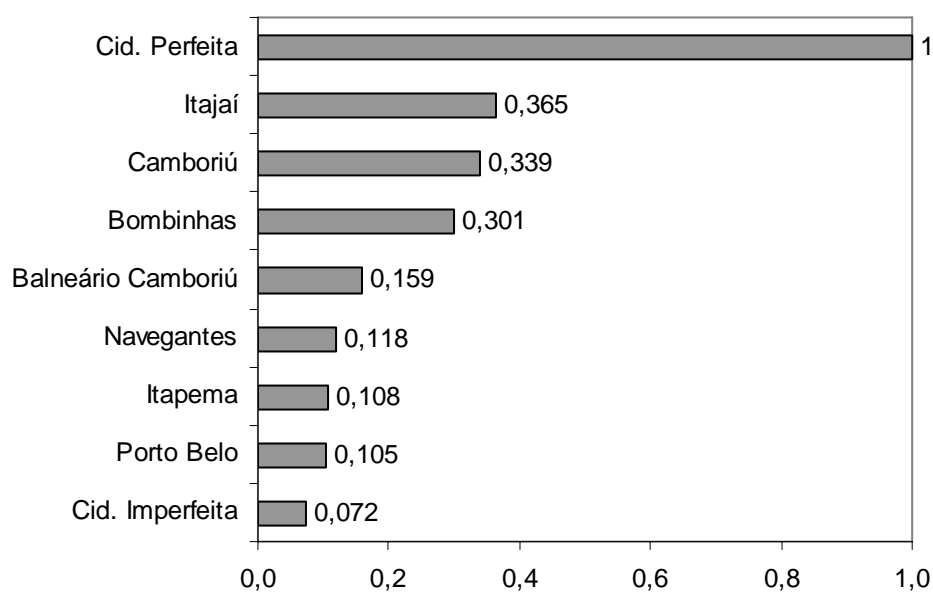
Figura 31. Há dispositivos de proteção temporários para sítios tombados, ou não? (SUB-META 2.8)



Dispositivos temporários de proteção podem ser colocados entre os instrumentos de maior dificuldade em ser aplicado e desenvolvido. Muitas vezes correndo na contramão disso, quando existem áreas com grande potencial patrimonial, os empreendedores – com vistas grossas ao poder executivo – desenvolvem verdadeiros hecatombes patrimoniais, destruindo áreas inteiras, nas quais existiam bens culturais conhecidos e não documentados. Quando tratado do ponto de vista de empreendimentos de grande porte, os quais a exigência por parte dos órgãos ambientais é maior, os levantamentos costumam não se atentar ao patrimônio cultural e cunho histórico.

O resultado final da META “Legislação e economia” deu-se da seguinte forma:

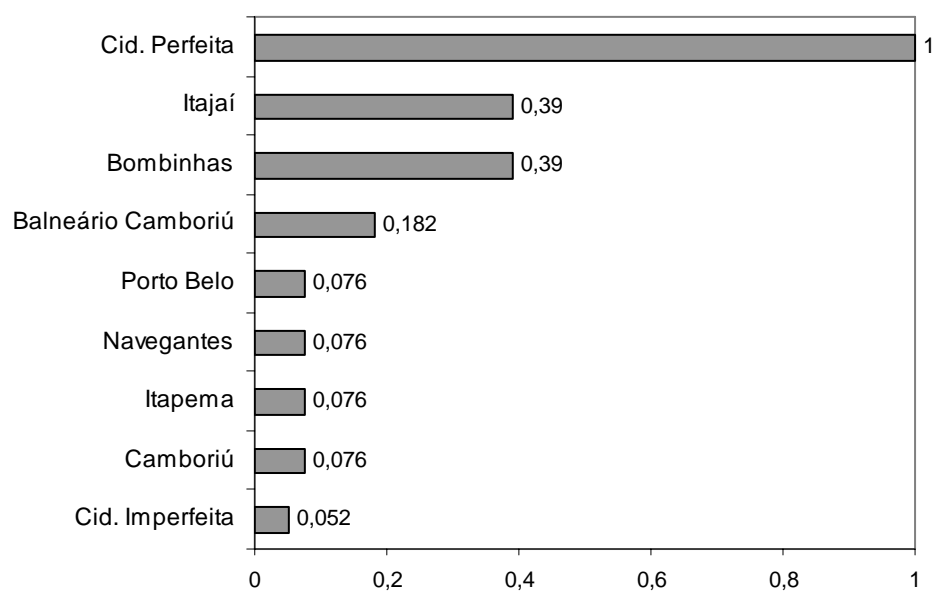
Figura 32. Legislação e economia (META 2)



### 3. Inventários

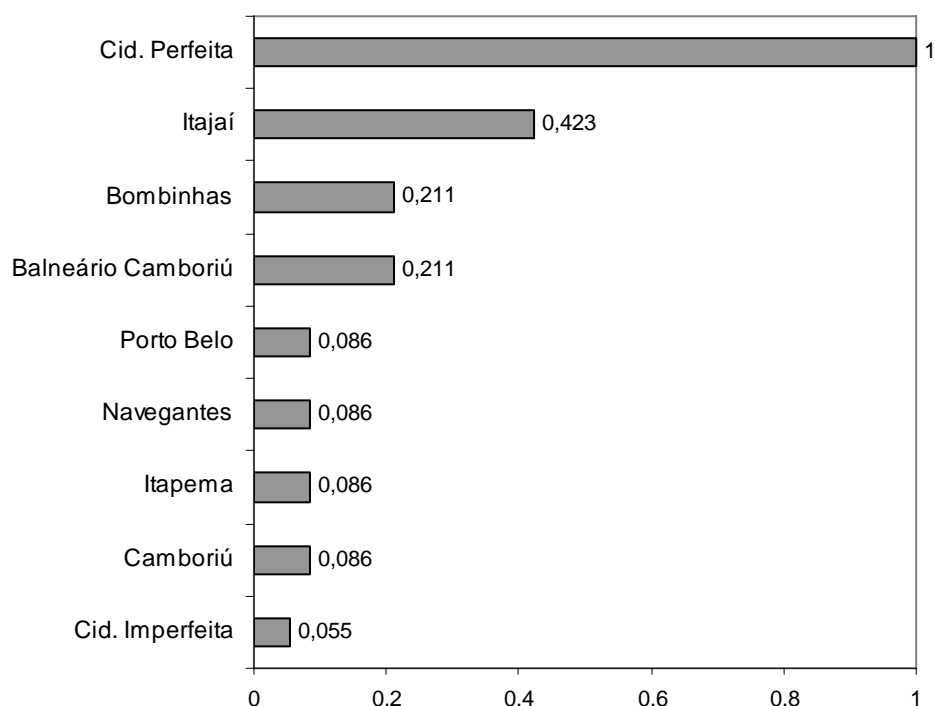
A Meta “Inventários” fora decomposta em duas SUB-META, as quais estão abaixo elencadas.

Figura 33. Existe um inventário arqueológico? (SUB-META 3.1)



Os inventários arqueológicos para a área de pesquisa são pífios, praticamente inexistentes. Entre os municípios analisados, apenas Itajaí, Bombinhas e Balneário Camboriú possuem tais inventários, embora estes estejam com erros que já perduram por décadas. Na realidade, nem se poderia chamar de inventários, uma vez que não há a precisão do local, natureza do achado, dimensões, grau de integridade e diversos outros fatores básicos para um inventário. Essa situação compromete bastante a possibilidade de preservação do patrimônio arqueológico, pois mesmo os sítios conhecidos, passam a possuir um desconhecimento, uma espécie de amnésia cultural. Se esse fosse o único problema dos municípios estaria de bom tamanho, pois sítios arqueológicos podem estar em subsuperfície e só serem encontrados através de atividades interventivas. No entanto, quando se tem uma má gestão dos demais instrumentos, esse problema se potencializa numa proporção muito maior, já que sítios conhecidos passam a ser esquecidos, bens que teoricamente já estavam sob um instrumento de proteção e deixam de estar.

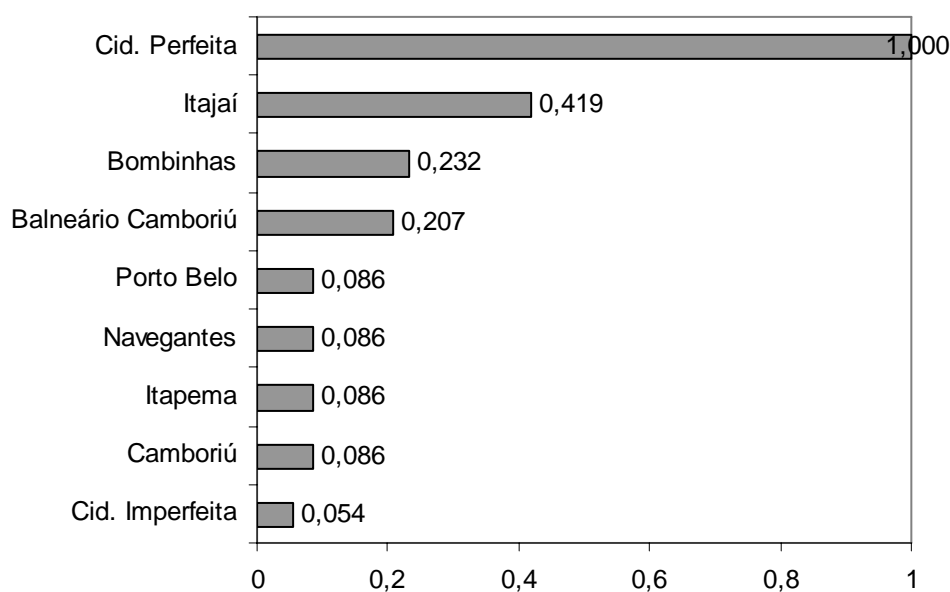
Figura 34. O inventário é constantemente atualizado? (SUB-META 3.2)



Aos municípios que nem possuem inventários tal operação continua inexistente, entretanto, aos que já possuem, essa deveria ser uma atividade corriqueira. Pode-se dividir a “culpa” entre as várias esferas do poder, pois se

percebeu durante os levantamentos de dados a falta de conectividade entre as esferas. O IPHAN é o órgão-chave nesse processo, já que não se pode ter um patrimônio arqueológico encontrado sem seu conhecimento, seja ele por meio de encontro fortuito, ou através de pesquisa. O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN) deveria cumprir tal papel, entretanto, além da já conhecida desatualização do mesmo, o acesso é limitado. Mesmo órgãos governamentais que têm compromisso legal em proteger o patrimônio em seu território não têm acesso a dados como localização, fazendo com que sítios arqueológicos sejam apenas nomes em um banco de dados. O problema se agrava ainda mais, quando a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), nem Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) mantém tal controle, coisa que é indicada por legislação.

Figura 35. Inventários (META 3)



#### 4. Intervenções nos sítios

A Meta “Intervenções nos sítios” foi decomposta em três SUB-METAS, as quais estão abaixo elencadas.

Figura 36. Há encorajamento para a utilização de métodos não destrutivos das evidências? (SUB-META 4.1)

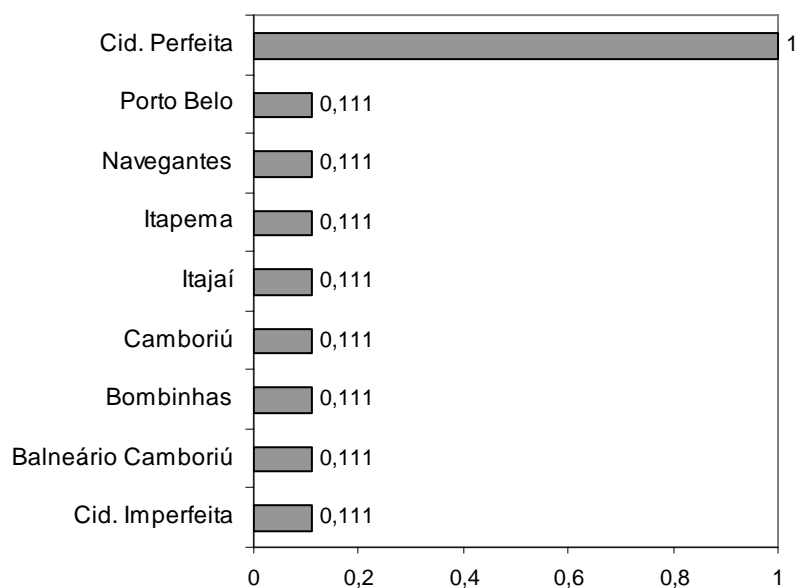


Figura 37. As escavações ocorrem em sítios fadados a destruição? (SUB-META 4.2)

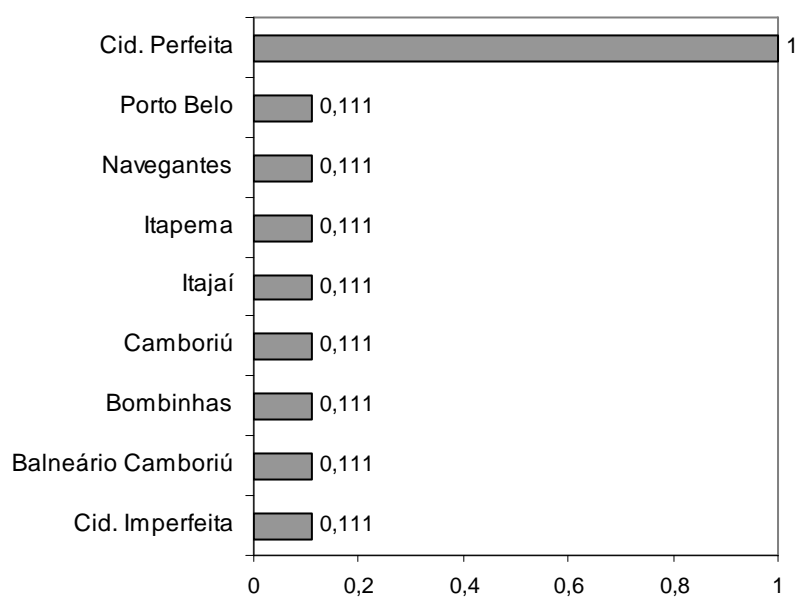
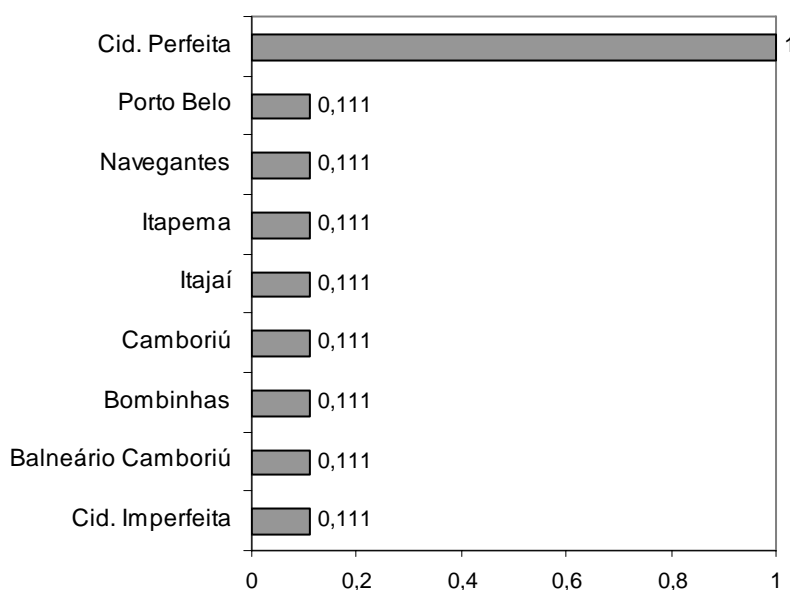


Figura 38. Há registro das atividades desenvolvidas? (SUB-META 4.3)



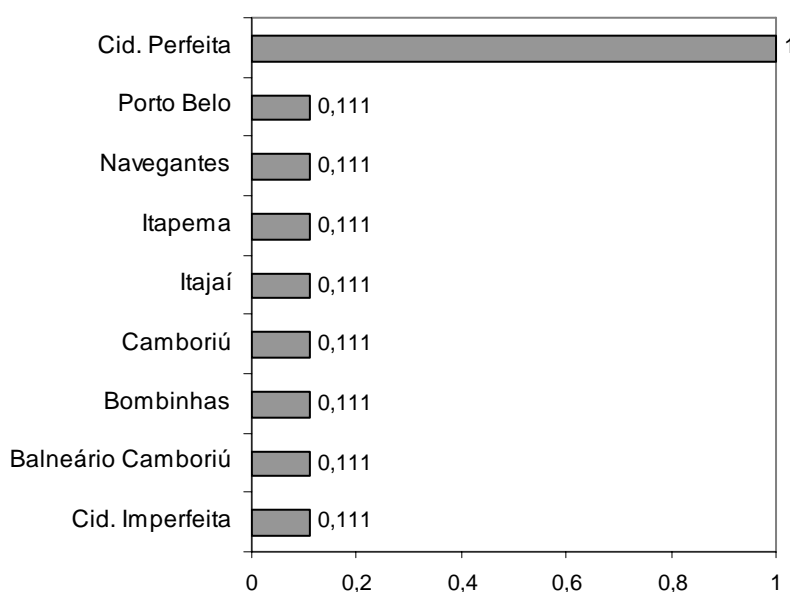
Como se pode ver, todas as SUB-METAS apresentam o mesmo índice, estabelecendo, desta forma, o mesmo índice para a META. Tal efeito é resultado da forma como a legislação brasileira opera em relação às intervenções em sítios. Deve-se fazer uma divisão no item para compreender o que se considera sítio arqueológico. Apesar dos esforços de muitos para cada vez mais inserir os bens patrimoniais históricos recentes no CNSA/IPHAN, tal empresa não vem colhendo grandes frutos. Apesar de parecer lógico que um sítio histórico seja também um sítio arqueológico, o processo de criação da legislação brasileira acerca do assunto percorreu outro caminho.

No Decreto-lei nº 25/1937 já se pensa numa divisão entre a nomeação dos sítios, colocando os bens históricos em um livro separado dos bens arqueológicos. Poder-se-ia discutir o princípio filosófico por trás de tal divisão, no entanto, desviar-se-ia do fio condutor da discussão. A Lei Federal nº 3924/61 – conhecida também por Lei da Arqueologia – não diferiu muito da mesma ideia, dando enfoque apenas a sítios pré-históricos, deixando de lado sítios históricos. Tal permanência ainda é sentida nos dias de hoje, associando sítios arqueológicos a sítios de natureza pré-histórica e desta forma afrouxando possibilidades de gestão. Dentro do CNSA/IPHAN existem sítios arqueológicos históricos, entretanto, pode-se afirmar que são ínfimos perto dos sítios pré-históricos cadastrados. Em consequência de tal situação abre-se uma “vala”

que é utilizada como brecha em muitas oportunidades para que sítios os quais possuam valor patrimonial, não estejam nem tombados, nem cadastrados, possibilitando, assim, sua destruição.

O Estado de Santa Catarina, assim como os municípios, se apoia nessa brecha para não manter em seus inventários sítios arqueológicos pré-históricos. Quando indagada, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) afirmou não manter inventário desses bens por não dizerem respeito à tutela da FCC, cabendo ao IPHAN tal atribuição. Os municípios acabam por propagar a mesma ideia. Existem tombamentos estaduais e municipais de bens edificados, os quais deveriam ser tratados como sítios arqueológicos, logo, serem cobradas ações arqueológicas durante suas intervenções. Compreendendo que ações arqueológicas irão desenvolver registro de atividades e análises as quais deveriam ser levadas em consideração diante de restauros e demolições. Tal descompasso faz com que muitos sítios históricos percam, dia após dia, valiosos dados que estariam somando maior riqueza de detalhes para a compreensão das sociedades contemporâneas e de suas inter-relações. Assim sendo, todos os municípios analisados possuem o pior índice possível para a META “Intervenções em sítios” (FIG.39).

Figura 39. Intervenções em sítios (META 4).

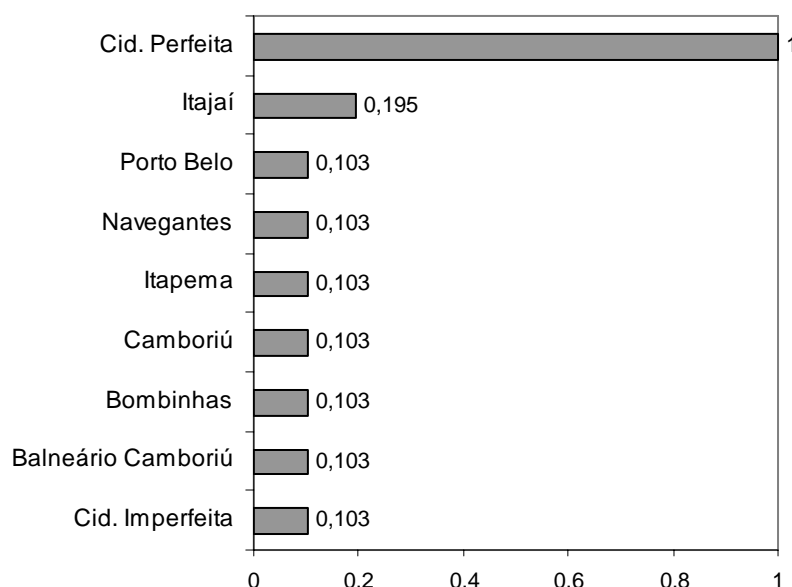




## 5. Preservação e conservação

A Meta “Preservação e conservação” foi decomposta em duas SUB-METAS, as quais estão abaixo elencadas.

Figura 40. Há encorajamento popular? (SUB-META 5.1)

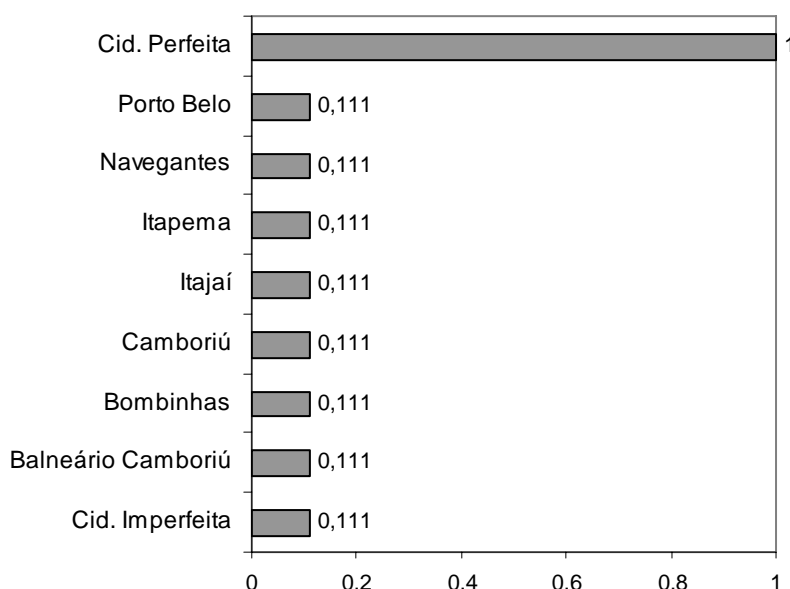


O fator encorajamento popular aparece de forma tacanha no geral, poucas vezes vê-se a população numa participação ativa junto ao patrimônio cultural. De forma dialética, o patrimônio cultural de uma nação não tem amparo da população. Muito disso, dá-se pela postura que o Brasil, enquanto Estado, construiu seu patrimônio cultural, não se preocupando com o que a população acreditava ser sua identidade e, sim, normatizando aquilo que gostaria que fosse a identidade deles. A institucionalização do patrimônio cultural deixa de mãos atadas os gestores, pois estes têm apenas dois caminhos a trilhar: romper com o que já é feito ou permanecer com o que já vem sendo feito. Ambos têm seus pontos fracos e fortes, romper com um sistema é criar um novo, aplicá-lo e ter um resultado melhor que o anterior. Por outro lado, fazer vistas grossas à falta de participação popular, acreditando que a população tem interação com o patrimônio cultural, permite uma sustentabilidade – falsa, mas sustentabilidade – de conceitos.

Com programas de gestão mais normativos que participativos, o encorajamento sempre ficará em segundo plano, pois as camadas populares

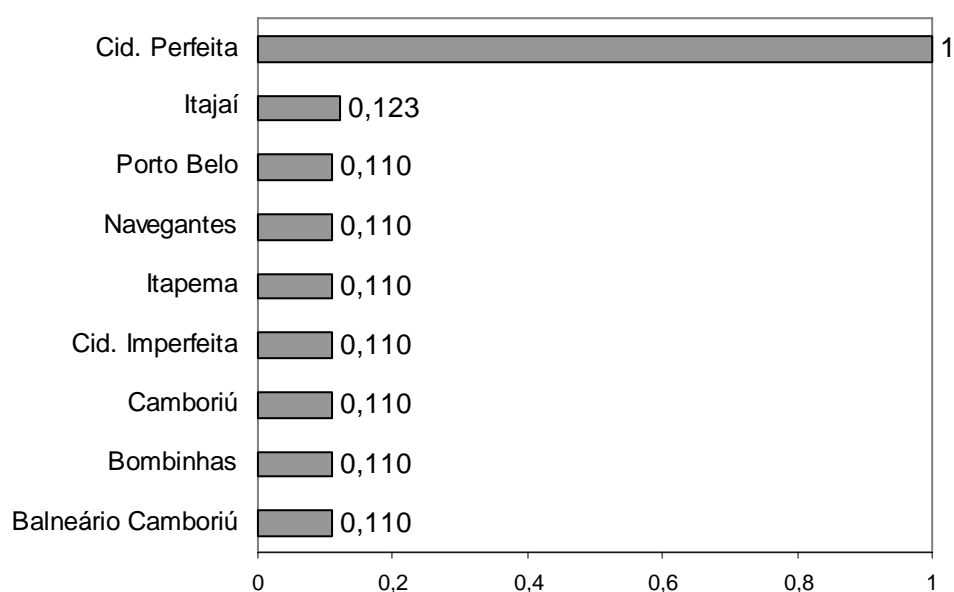
não possuem o devido empoderamento para efetuar levantamentos conceituais. Alguns municípios tentam reverter essa situação a duras penas, vide o caso de Itajaí, que através da criação de conselho municipal próprio para a temática – patrimônio cultural – permitiu um pouco mais de representatividade popular na tomada de decisões acerca do problema, embora exista aparelhamento dos conselhos por parte das forças dominantes e produtivas.

Figura 41. Há critérios científicos claros para a seleção de sítios e monumentos a serem conservados (significância e representatividade)? (SUB-META 5.2)



Acredita-se que no momento que houver critérios científicos - claros, de preferência -, grande parte do problema de gestão passará a ser resolvido, ao menos, melhor compreendido. A escolha de vida e morte de sítios (principalmente os históricos) dá-se em um plano obscuro, protecionista (a uma memória oficializada e institucionalizada), eugenista. Quando não há critérios claros, somados a uma baixa interação popular, têm-se em mãos a possibilidade de subjugar populações inteiras, apagar o pouco da cultura material e a história que restou das diversas lutas diárias que estes têm com um sistema que os pretere. Nem mesmo o IPHAN possui tais critérios na escolha dos bens para o tombamento, não se nega que houve grandes avanços nas últimas décadas, todavia, continua-se muito aquém do que seria necessário, ainda muito ligado a esforços pessoais.

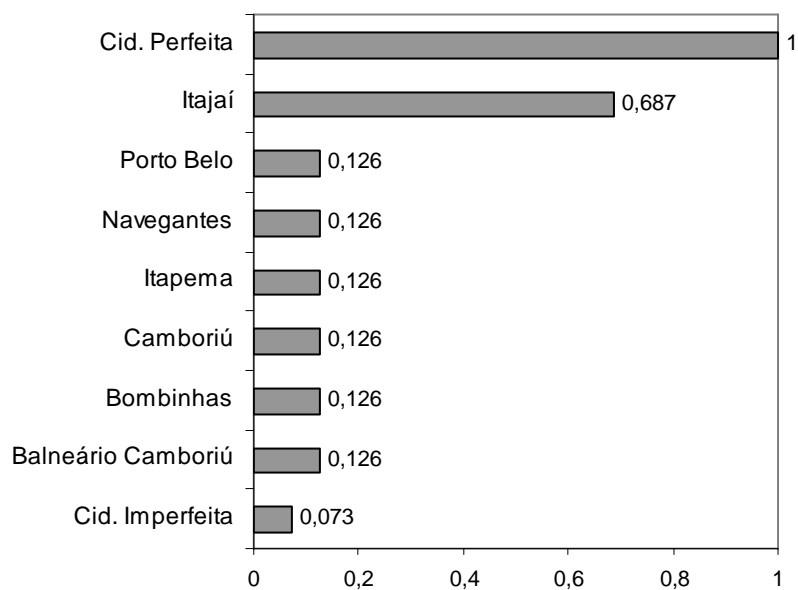
Figura 42. Preservação e conservação (META 5).



## 6. Apresentação, informação, reconstituição

A Meta “Apresentação, informação, reconstituição” foi decomposta em apenas uma SUB-META:

Figura 43. Existe consonância entre o conhecimento científico e o que é apresentado à população?

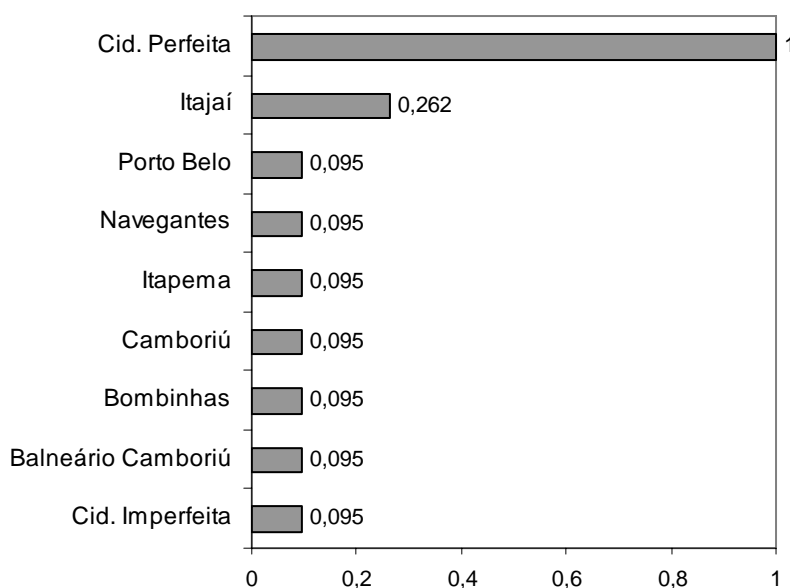


Resumiu-se a META 6 em apenas uma SUB-META, por acreditar-se que dentro de um sistema de empoderamento é necessário que o conhecimento popular esteja lado a lado com o conhecimento científico. A partir do momento em que isso esteja em pé de igualdade, aumenta-se a chance da população participar da tomada de decisão. Quanto maior a disponibilidade de oportunidades para que a população entre em contato com sua memória e identidade, maior a chance de um meio ambiente equilibrado. Mediu-se quais instrumentos cada um dos municípios disponibilizava para que a população tivesse acesso a sua história, não levando em consideração a informação ali disposta e sim o meio que pode ser atingido através de tais instrumentos. Mais uma vez, o município de Itajaí é exceção à regra, pois se destaca entre os demais por possuir museus ativos, arquivo histórico, periódico científico anual, jornal informativo, programas de interação e empoderamento, sítio de internet, corpo de profissionais, editora voltada à memória e identidade.

## 7. Qualificação profissional

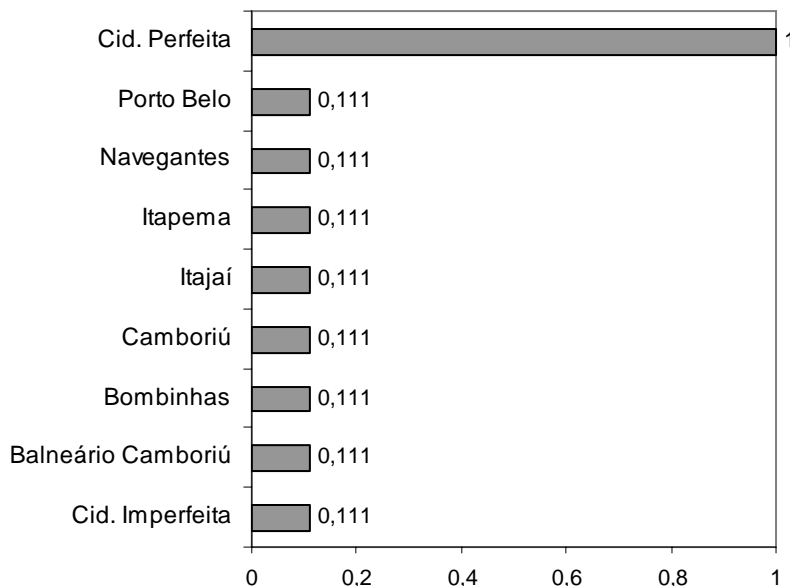
A Meta “Qualificação profissional” foi decomposta em quatro SUB-METAS, as quais estão abaixo elencadas:

Figura 44. Há exigência de profissionais qualificados para a gestão do patrimônio cultural arqueológico? (SUB-META 7.1)



Na situação a qual se encontra o estado da arte – gestão do patrimônio cultural – na área piloto, pode-se afirmar que é quase nula a exigência de profissionais qualificados para a gestão do patrimônio cultural. Muitas vezes os órgãos que possuem tal atribuição dentro do município estão mais interessados em profissionais que possam efetuar captação de recurso para eventos culturais mais comerciais do que necessariamente relativos à memória e identidade, deixando em segundo plano as questões relacionadas à gestão do patrimônio. Os avanços passam a ser esporádicos – quando existentes – através do esforço individual de pessoas que são nomeadas para cargos comissionados. Esta situação é percebida na maior parte dos municípios, com exceção de Itajaí, que desde a década de 1980 vem desenvolvendo meios para gerir o patrimônio cultural em seu território. Entretanto, a contratação destes profissionais não está relacionada diretamente com a gestão no que diz respeito ao território, legando para esses profissionais as atividades relacionadas à apresentação ao público.

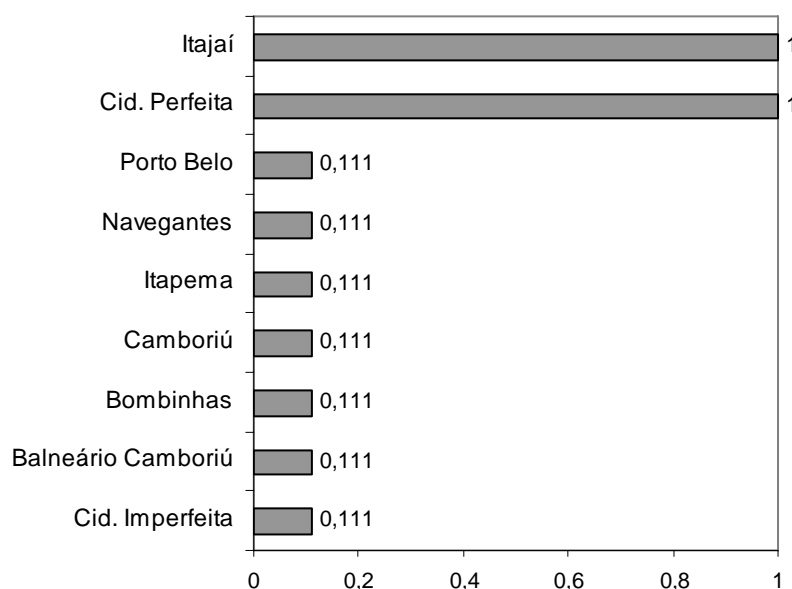
Figura 45. Existe arquiteto(s) no quadro funcional? (SUB-META 7.2)



Apesar de existirem arquitetos nos órgãos de desenvolvimento e planejamento urbano, estes não possuem relação oficial junto às questões práticas do patrimônio cultural. Entretanto, pode-se dizer que estes profissionais são os que recorrentemente desenvolvem os primeiros avanços junto ao patrimônio cultural, mesmo não estando em contato direto. Todavia, a

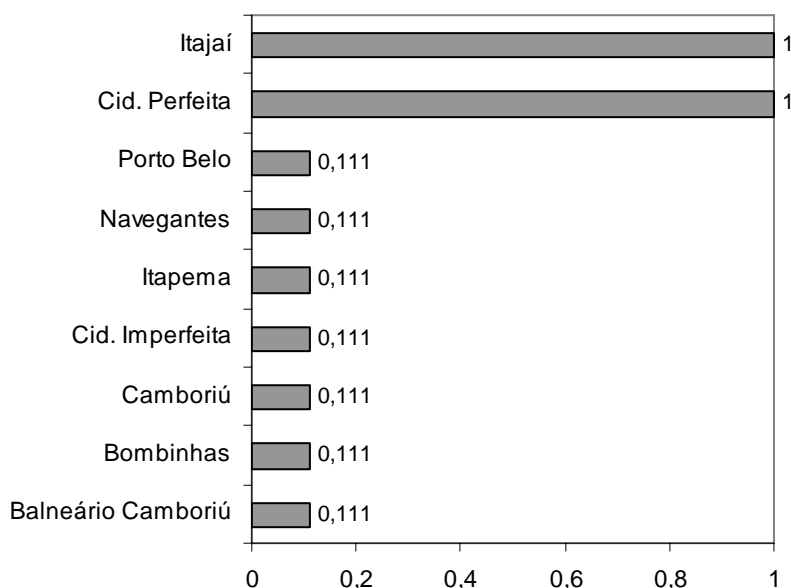
ideia de tal SUB-META é saber se tal profissional é exigido para a gestão do patrimônio cultural, coisa que não aparece em nenhum quadro funcional dos municípios analisados.

Figura 46. Existe historiador(es) no quadro funcional? (SUB-META 7.3)



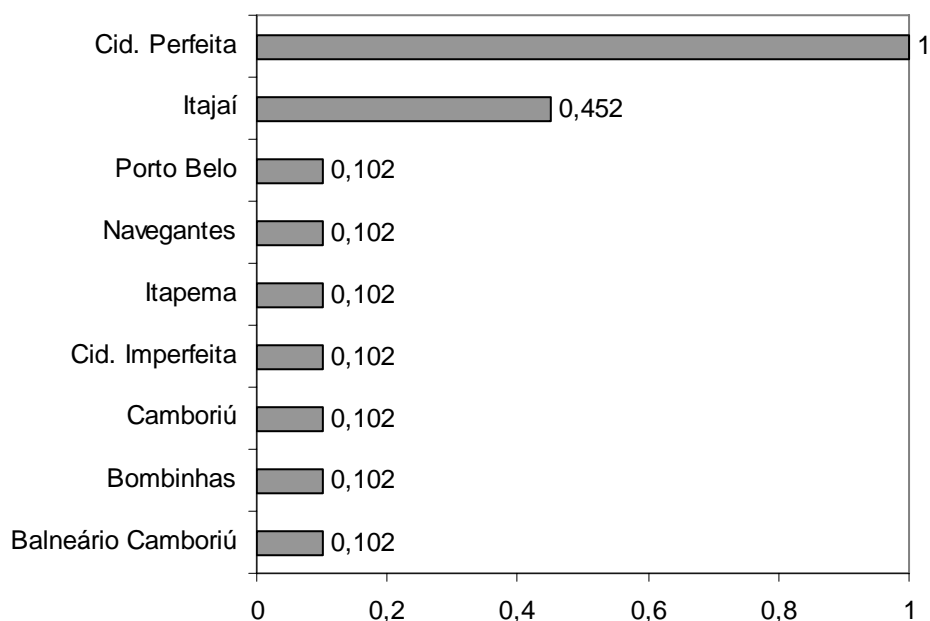
Não é incomum existirem “historiadores” dos municípios. Muitos deles são ex-professores da rede de ensino, ou mesmo profissionais de outras áreas dedicados a compilar fontes primárias e efetuar análises sem muito critério científico, tornando a história um tanto quanto subjetiva. Entretanto, não são estes os historiadores que são tratados na SUB-META 7.3. A necessidade de historiadores nos quadros funcionais para a análise de projetos desenvolvimentistas no território municipal se faz mais do que necessária, pois são eles que averiguariam a coerência metodológica aplicada na área de estudo, assim como, poderia desenvolver pesquisas para aumento do conhecimento científico da área. Apenas o município de Itajaí possui tal cargo em seus quadros funcionais, no entanto, a função deste está muito mais relacionada a questões exposicionais do museu e arquivo, do que necessariamente à análise de projetos.

Figura 47. Existe arqueólogo(s) no quadro funcional? (SUB-META 7.4)



Não diferindo da SUB-META anterior, Itajai é o único município com arqueólogo concursado no seu quadro funcional, no entanto, da mesma forma que o historiador, suas atribuições não são de análise e sim relacionadas a atividades dos museus municipais.

Figura 48. Qualificação profissional (META 7).

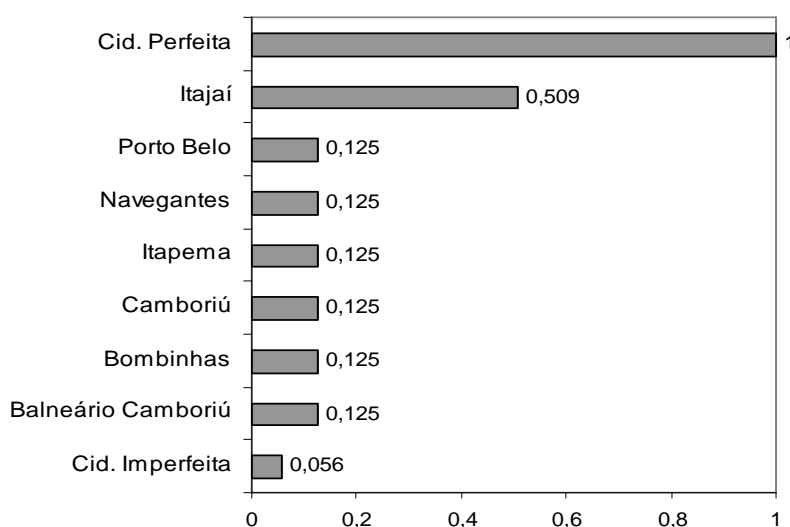


Para a melhor compreensão da análise da META “Qualificação profissional” deve-se levar alguns pontos em consideração. Sabe-se que nem todos os municípios possuem a capacidade de contratação de profissionais altamente especializados para ocuparem cargos de nível superior, muitas vezes exigindo pós-graduações para desempenho real nas atribuições propostas. Todavia, tais profissionais têm de ser levados em conta para a análise dos pedidos de licença ambiental, pois não há um município que possua o direito de análise de licenças ambientais que não tenha um responsável técnico para aceitar ou rejeitar de pedidos. Este profissional é exigido e responsabilizado em caso de incongruências em suas análises, seu custo não onera os cofres públicos, pois está diretamente relacionado com a receita que o município adquire no momento em que tem o direito de análise de licenças ambientais. Assim sendo, acredita-se que exista possibilidade de outras formas da efetivação destes profissionais, de preferência através de cargos de carreira, entretanto, podem ser frutos de convênios com universidades regionais, com outros municípios, ou mesmo dividir tal ônus com os órgãos de âmbito estadual (FCC e FATMA), coisa que não ocorre.

## 8. Cooperação internacional

A Meta “Cooperação internacional” foi decomposta em apenas uma SUB-META:

Figura 49. Há eventos (congressos, workshops, conferências), convênios nos quais exista troca de experiência de outras realidades de gestão?



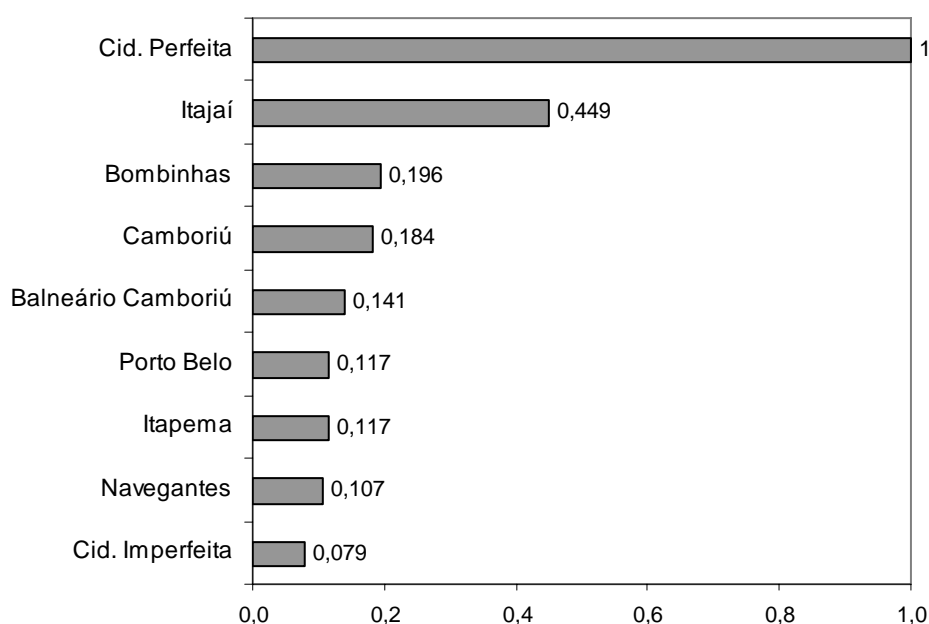


Entre os municípios analisados não foram encontrados muitos meios de troca de experiência, muito menos convênios junto a outros órgãos, principalmente internacionais. O que muitas vezes ocorre são atos isolados de procura de informação e troca de experiências, não figurando, desta forma, como uma atividade corriqueira. O município de Itajaí mantém há pouco mais de 10 anos um evento – Cidade Revelada – o qual traz nomes nacionais e internacionais para discutir as questões patrimoniais. Embora este evento nas duas últimas ocasiões tenha abrigado também o Encontro de Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural, foram poucas as discussões entre os municípios vizinhos, sendo que entre os participantes, poucos eram dos órgãos municipais da região.

### 6.5. Construindo o Índice de Capacidade de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural Arqueológico

O Índice de Capacidade de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural Arqueológico foi obtido através da decomposição do problema, da atribuição de pesos por comparação par-a-par e o desenvolvimento das comparações entres os municípios selecionados na área de pesquisa, mais dois municípios idealizados (um como perfeito e outro com imperfeito), desta forma tem-se:

Figura 50. Índice de Capacidade de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural Arqueológico para os municípios da AMFRI.



### 6.6 Diagnosticando a área piloto

Diante dos resultados do IGMPA pode-se diagnosticar que – sem exceção – todos os municípios tiveram um desempenho muito a desejar no que diz respeito à gestão do patrimônio cultural arqueológico. Estipulando que o mínimo de IGMPA plausível fosse 0,7, não existiria nenhum município dentro do mínimo aceitável, mesmo se fosse reduzido para 0,5, ainda sim não existiria nenhum município. Tal realidade demonstra a necessidade – urgente – de medidas a fim de proteger o patrimônio cultural da região. Dar-se-á o diagnóstico de cada um dos municípios, efetuando-o do menor ao maior IGPA.

## **Navegantes**

### *Políticas de conservação integrada:*

- O plano de uso e ocupação do solo possui muitas brechas para a execução de obras fora de contexto;
- O patrimônio cultural não é levado em conta nas obras desenvolvimentistas;
- A articulação entre meio ambiente, cultura e educação é próxima a zero;
- Não há política de preservação de bens culturais;
- Nenhuma política de preservação é observada dentro do planejamento territorial;
- Nem o município muito menos a população tem participação na gestão do patrimônio cultural.

### *Legislação e economia:*

- Os projetos de conservação não são levados em conta pela lei de incentivo à cultura;
- A legislação não prevê nenhuma forma de conservação;
- Não há referências do patrimônio cultural de Navegantes fazer parte da herança da humanidade;
- Não há legislação acerca do patrimônio cultural.

### *Inventários:*

- Não possui inventário de bens culturais.

### *Intervenções no sítio:*

- Não possui nenhuma normatização a respeito.

### *Preservação e conservação:*

- Não prevê preservação, nem conservação de bens culturais em seu território.

*Apresentação, informação, reconstituição:*

- Não possui conhecimento de seus bens culturais.

*Qualificação profissional:*

- Não possui nenhum tipo de profissional relacionado à gestão do patrimônio cultural.

*Cooperação internacional:*

- Não possui nenhuma forma de cooperação internacional, nacional e/ou local.

O município de Navegantes possui problemas que ultrapassam, e muito, o patrimônio cultural arqueológico. Sua falta de instrumentos de gestão territorial provoca uma reação em cadeia por todo seu território que vem tendo um crescimento acelerado e sem planejamento. A ausência de bens tombados e/ou inventariados nas três esferas de poder também corrobora para uma extrema preocupação, uma vez que a área notadamente tem grande potencial arqueológico histórico e pré-histórico, vide os municípios limítrofes os quais estão no mesmo compartimento ambiental e possuem sítios arqueológicos (sambaquis), além do território de Navegantes ter registro histórico de ocupações e assentamentos europeus desde os primeiros colonizadores da região.

## **Itapema**

*Políticas de conservação integrada:*

- As obras desenvolvimentistas da região só passam por crivo do patrimônio cultural quando ultrapassam os limites do município, pois passam à jurisdição da esfera estadual. Ainda assim, nem todas as obras possuem equipe para o patrimônio cultural, conforme analisado por Brandi (2006);
- A articulação entre meio ambiente, cultura e educação é praticamente inexistente;

- Não há políticas públicas para patrimônio cultural arqueológico;
- Com a existência do instrumento de tombamento, teoricamente, haveria a interface das políticas de proteção com o planejamento territorial. No entanto, apesar de a lei existir, não há bens tombados por efeito de lei;
- Devido à quase inexistência de políticas públicas relacionados ao patrimônio cultural arqueológico, não há participação da população na gestão dos bens arqueológicos.

#### *Legislação e economia:*

- Não existe previsão de recursos para programas de conservação;
- A legislação prevê uma única forma de preservação *in situ* atribuída pelo tombamento;
- Não há referências de o patrimônio cultural fazer parte da herança da humanidade;
- A legislação só prevê tombamento, no entanto, não trata a normatização do mesmo;
- Devido à falta de normatização, não estão previstas: a exigência de documentação em casos de destruição; pesquisa prévia em casos de intervenções; penas proporcionais;
- Não possui dispositivos temporários de proteção.

#### *Inventários:*

- Não possui inventário de bens culturais.

#### *Intervenções no sítio:*

- Não possui nenhuma normatização a respeito.

#### *Preservação e conservação:*

- Não prevê preservação nem conservação de bens culturais diretamente, entretanto, prevê para o meio ambiente, assim podendo ser utilizado este caminho.

#### *Apresentação, informação, reconstituição:*

- Não possui sequer conhecimento de seus bens culturais.

*Qualificação profissional:*

- Não possui nenhum tipo de profissional relacionado à gestão do patrimônio cultural.

*Cooperação internacional:*

- Não possui nenhuma forma de cooperação internacional, nacional e/ou local.

O município de Itapema tem vivido nas últimas décadas um grande desenvolvimento urbano em virtude de sua balneabilidade e proximidade de Balneário Camboriú, segundo maior destino de turistas de Santa Catarina. Sua geografia faz com que sua orla esteja praticamente toda ocupada por edificações multifamiliares e unifamiliares, pois há uma pequena faixa de planície costeira antes de alcançar a encosta. Apesar de estar um pouco à frente de Navegantes no que diz respeito à gestão territorial, ainda possui uma política pública fraca no que toca ao patrimônio cultural. Da mesma forma que Navegantes, Itapema também figura entre os poucos municípios litorâneos sem sítios arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN.

## **Porto Belo**

*Políticas de conservação integrada:*

- As obras desenvolvimentistas da região só passam por crivo do patrimônio cultural quando ultrapassam os limites do município e assim passam para a jurisdição da esfera estadual (mesmo assim, nem todas as obras possuem equipe para o patrimônio cultural);
- A articulação entre meio ambiente, cultura e educação é praticamente inexistente, se resumindo a atividades isoladas, fruto do esforço individual;
- Não há políticas públicas para patrimônio cultural arqueológico;
- Existe só a inferência de proteção para “jazidas pré-históricas (sambaqui)” como área *non edificanti*, mas não cita que outros sítios,

caso encontrados, passariam a ter a mesma proteção, nem expande tal proteção a outros tipos de sítios arqueológicos;

- Não há meios diretos de participação popular na gestão do patrimônio cultural.

#### *Legislação e economia:*

- Não existem indicações de verba para programas de conservação;
- A legislação só prevê a conservação *in situ* para dois sítios arqueológicos, classificando sua área como *non edificanti*;
- Não há nenhuma menção sobre o patrimônio cultural fazer parte de uma herança da humanidade;
- A legislação apenas prevê o não uso da área específica de dois sítios (existindo hoje, já catalogados mais de 10 sítios arqueológicos);
- Não há normatização sobre intervenções em sítios arqueológicos, nem legislação que a ampare;
- Não há dispositivos de amparo para sítios tombados e/ou inventariados.

#### *Inventários:*

- Não possui inventário.

#### *Intervenções no sítio:*

- Não possui normatização.

#### *Preservação e conservação:*

- Não possui normatização.

#### *Apresentação, informação, reconstituição:*

- Não possui consonância entre natureza dos bens e conhecimento dos mesmos.

#### *Qualificação profissional:*

- Não possui profissionais qualificados para a gestão.

### *Cooperação internacional:*

- Não existem convênios, encontros, eventos que visem à proteção e conservação dos bens culturais.

O município de Porto Belo, hoje com menos de 15.000 habitantes, outrora fora a localidade mais importante da região, sendo o centro econômico e religioso. Sua boa localização possibilitou uma série de assentamentos humanos desde tempos mais remotos, vide a quantidade de sítios arqueológicos conhecidos no município (10). Apesar da não obrigatoriedade por lei, possui plano diretor, no entanto, este é extremamente defasado e de amarras frouxas em questões ambientais. O potencial arqueológico do município é altíssimo e mal explorado pelas atividades turísticas, sendo esta a sua principal atividade econômica.

### **Balneário Camboriú**

#### *Políticas de conservação integrada:*

- Os planos de ocupação do solo são levados em consideração em projetos desenvolvimentistas, embora tais planos de ocupação e uso do solo estejam aquém das necessidades do município;
- A articulação entre meio ambiente, cultura e educação se restringe à obrigatoriedade de uma disciplina sobre meio ambiente para alunos do ciclo fundamental do ensino, a qual não ultrapassa a sala de aula, existindo descompasso entre os órgãos;
- A política de conservação do patrimônio arqueológico é fraca, limitando-se a sítios históricos tombados, não interferindo de forma condizente com o planejamento territorial;
- Não existem meios específicos de participação popular na gestão do patrimônio cultural. Apesar da existência de um “Conselho consultivo do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico de Balneário Camboriú”, sua ação é inexistente.

#### *Legislação e economia:*



- Apesar da existência de lei de incentivo à cultura, não há indicações claras sobre a possibilidade de uso da verba para preservação e conservação de sítios arqueológicos;
- A legislação determina que áreas específicas sejam *non edificanti*, restringindo-se aos bens tombados;
- Não há menção clara de que o patrimônio cultural do município é um legado da humanidade;
- Não há normatização legal para as questões que englobam, pesquisa prévia, destruição, multas, e penas;
- Não existem dispositivos temporários para sítios não tombados.

#### *Inventários:*

- Não possui inventário completo, contendo apenas sítios históricos tombados em âmbito estadual e municipal.

#### *Intervenções no sítio:*

- Não possui normatização;

#### *Preservação e conservação:*

- Não possui encorajamento popular em ações, nem critérios científicos claros para efetuação de tombamentos.

#### *Apresentação, informação, reconstituição:*

- Não possui consonância entre conhecimento científico e população.

#### *Qualificação profissional:*

- Não possui profissionais qualificados para a gestão do patrimônio cultural.

#### *Cooperação internacional:*

- Não possui nenhuma forma de cooperação internacional, nacional e/ou local para a preservação e conservação de bens arqueológicos.

O município de Balneário Camboriú obteve um dos maiores crescimentos demográficos da região, e seu crescimento, embora planejado, não previu questões ambientais básicas. O município sofreu, e continua sofrendo, uma extrema verticalização e praticamente a totalidade do município possui áreas urbanizadas ou em urbanização. Já apresenta conurbação com Itajaí e Camboriú. Teve alguns dos poucos trabalhos científicos arqueológicos efetuados em toda a área, todavia, apesar de a lei de criação datar da década de 1980, não possui museu. A prefeitura desconhece a existência de seus sítios arqueológicos, desta forma, não são considerados no plano diretor mais recente (2006). Balneário Camboriú embora seja um dos municípios mais ricos e influentes – sendo tomado por modelo – da região, ainda engatinha em relação à preservação e conservação de bens culturais.

## **Camboriú**

### *Políticas de conservação integrada:*

- Cada vez mais o município vem se adequando ao seu plano diretor e seguindo o uso e ocupação do solo, apesar de faltar algumas sintonias;
- A articulação entre meio ambiente, cultura e educação não é desenvolvida como na maior parte dos municípios analisados;
- A política de proteção de bens culturais vem sofrendo atualizações nos últimos anos;
- Apesar do plano diretor ainda ser recente, o município vem buscando adequar-se da melhor forma à nova realidade de proteção de bens culturais já em seu planejamento territorial;
- A integração entre população e gestão do patrimônio cultural ainda permanece baixa.

### *Legislação e economia:*

- A legislação municipal incentiva ações de conservação, assim como prevê abatimentos de impostos para bens protegidos;
- A legislação prevê conservação *in situ* para sítios tombados e/ou no CNSA/IPHAN, entretanto, não prevê para sítios a serem encontrados;

- Não há menções de o patrimônio cultural local fazer parte de um bem maior (herança da humanidade);
- A legislação indica a necessidade de autorização para interferências nos sítios, entretanto, não desenvolve normatização clara;
- Não há normatização clara para as exigências de pesquisa prévia, resumindo-se, assim, apenas aos sítios arqueológicos cadastros no CNSA/IPHAN;
- Não há nenhuma normatização em relação à necessidade de documentação de registro em caso de destruição;
- O município apresenta uma das melhores aplicações penais a infrações contra o patrimônio cultural dentro da área de estudo;
- Apesar de possuir dispositivos temporários, estes estão relacionados unicamente a bens conhecidos e tombados, não existindo outros instrumentos.

#### *Inventários:*

- Não possui inventário;

#### *Intervenções no sítio:*

- Não possui normatização;

#### *Preservação e conservação:*

- Não existem instrumentos claros para a participação popular na gestão do patrimônio;
- Não há clareza de critérios científicos na escolha de bens.

#### *Apresentação, informação, reconstituição:*

- Não possui instrumentos mediadores para a consonância entre conhecimento e população.

#### *Qualificação profissional:*

- Não há profissionais qualificados para a gestão do patrimônio cultural.

### *Cooperação internacional:*

- Não possui nenhuma forma de cooperação internacional, nacional e/ou local.

O município de Camboriú foi uma das surpresas deste levantamento. Nos primeiros levantamentos de dados – ainda no início deste trabalho – Camboriú ainda figurava como um território “sem dono” do ponto de vista de gestão patrimonial. Entretanto, devido à pressão do crescimento conurbado que vem sofrendo por Balneário Camboriú, vem se instrumentalizando para não cair nos mesmo erros que os demais municípios da região. Ainda são necessárias melhorias no sistema e em seus instrumentos, mas demonstra a possibilidade com simples conjuntos de ações e legislação que se pode melhorar significativamente.

### **Bombinhas**

#### *Políticas de conservação integrada:*

- Apesar de o município estar se dedicando cada vez mais à normatização do uso e ocupação do solo, as licenças ambientais expedidas para a área nem sempre possuem levantamentos arqueológicos;
- A articulação entre meio ambiente, cultura e educação – da mesma forma que nos demais – ainda é tacaña, no entanto, possui programas que visam à valorização da cultura como o “Fio da História” e que possibilitam um avanço em relação aos demais municípios analisados;
- Houve algumas atualizações, entretanto, sem mudanças significativas no *mens legis*;
- O município não dispõe de instrumentos de acesso ao conhecimento por parte de sua população.

#### *Legislação e economia:*

- Apesar de possuir alguns incentivos fiscais para bens protegidos, o investimento ainda permanece aquém da diversidade do município;

- A legislação prevê conservação *in situ* para sítios tombados e/ou no CNSA/IPHAN, entretanto, não prevê para sítios a serem encontrados;
- Não há menções de o patrimônio cultural local fazer parte de um bem maior (herança da humanidade);
- A legislação indica a necessidade de autorização para interferências nos sítios, entretanto, não desenvolve normatização clara;
- Não há normatização clara para as exigências de pesquisa prévia, resumindo-se, assim, apenas aos sítios arqueológicos cadastrados no CNSA/IPHAN;
- Não há nenhuma normatização em relação à necessidade de documentação de registro em caso de destruição;
- A legislação apesar de prever penas e multas para infratores não trabalha de forma proporcional;
- Apesar de possuir dispositivos temporários, estes estão relacionados unicamente a bens conhecidos e tombados, não existindo outros instrumentos.

#### *Inventários:*

- Possui inventário, entretanto, limitado.

#### *Intervenções no sítio:*

- Não possui normatização;

#### *Preservação e conservação:*

- Não existem instrumentos claros para a participação popular na gestão do patrimônio;
- Não há clareza de critérios científicos na escolha de bens.

#### *Apresentação, informação, reconstituição:*

- Não possui instrumentos mediadores para a consonância entre conhecimento e população.

#### *Qualificação profissional:*

- Não há profissionais qualificados para a gestão do patrimônio cultural.

#### *Cooperação internacional:*

- Não possui nenhuma forma de cooperação internacional, nacional e/ou local.

O município de Bombinhas foi outra surpresa do levantamento. A evolução legislativa que o município recebeu nos últimos anos possibilita uma maior gestão de seu território. Tendo uma pequena população (menor que 15.000 habitantes) e vocação forte para o turismo, pode equilibrar mais facilmente seus conflitos de uso e ocupação do solo, e logo da gestão do patrimônio cultural. Mesmo assim, vale lembrar que ainda falta muito para que o município tenha efetividade em sua gestão, já que alguns problemas básicos ainda devem ser sanados.

### **Itajaí**

#### *Políticas de conservação integrada:*

- Devido à natureza portuária do território, a legislação federal que rege seus licenciamentos, possibilita uma maior consideração em relação a projetos desenvolvimentistas. Entretanto, quando sai do âmbito portuário, o município ainda sofre dos mesmos problemas que os demais municípios da área;
- A articulação entre meio ambiente, cultura e educação dá-se pelo esforço dos conselhos municipais de cada um dos seguimentos que possibilitam assentos fixos, assim podendo existir alguma interação. No entanto, a articulação ainda é muito basal e pode ser mais bem desenvolvida;
- Sua atualização vem sendo feita, embora, ainda necessite de regulamentação de indicações efetuadas pelo plano diretor;
- Muitas das políticas de proteção são utilizadas no planejamento territorial, no entanto, ainda existem conflitos entre os atores e disparidade em medidas tomadas;

- O município de Itajaí dispõe de uma grande infraestrutura para o acesso ao conhecimento de sua memória e identidade, embora necessite de uma melhor interação junto à Secretaria de Educação.

#### *Legislação e economia:*

- O município prevê várias formas de incentivos fiscais, visando ao financiamento da preservação e conservação de bens, embora estes não sejam bem resolvidos ainda;
- A legislação prevê conservação *in situ* apenas de bens tombados e/ou cadastrados no CNSA/IPHAN;
- Não há menções diretas de que o patrimônio cultural local faça parte de uma herança da humanidade;
- A legislação indica a necessidade de autorização para interferências nos sítios, entretanto, não desenvolve normatização clara;
- Não há nenhuma normatização em relação à necessidade de documentação de registro em caso de destruição;
- A legislação apesar de prever penas e multas para infratores não trabalha de forma proporcional;
- Apesar de possuir dispositivos temporários, estes estão relacionados unicamente a bens conhecidos e tombados, não existindo outros instrumentos.

#### *Inventários:*

- Possui inventário, embora, limitado;
- O inventário vem sendo atualizado, contudo, morosamente.

#### *Intervenções no sítio:*

- Não possui normatização.

#### *Preservação e conservação:*

- Devido a uma série de ações da Fundação Genésio Miranda Lins, como o Programa Memória dos Bairros, jornal informativo “Itajahy”, eventos em várias comunidades e localidades, dá-se voz e há um

encorajamento. Entretanto, não há clareza de critérios na escolha de bens culturais a serem preservados.

*Apresentação, informação, reconstituição:*

- Devido à infraestrutura disposta pelo município, ações relativas a apresentação, informação e reconstituição possuem uma certa profundidade na sociedade.

*Qualificação profissional:*

- Itajaí possui historiador e arqueólogo em seus quadros funcionais, embora ambos não estejam legalmente trabalhando com a gestão do patrimônio cultural, mas sim desenvolvendo trabalhos de ações indiretas.

*Cooperação internacional:*

- O município possui convênios nacionais com universidades públicas e privadas, além de manter encontro anual sobre o tema patrimônio cultural.

O município de Itajaí possui um potencial que pode ser mais bem explorado; sua infraestrutura em relação a atividades ligadas ao patrimônio cultural vem sendo desenvolvida há mais de duas décadas. A natureza conflitante de uma área portuária desenvolveu uma sociedade um tanto mais crítica do que as dos municípios vizinhos. A existência de uma universidade de grande porte em seu território corrobora o aumento da discussão em torno das questões relacionadas ao meio ambiente. Não se pode descartar que em virtude da atividade econômica do município gerar grande receita, o mesmo pode investir em áreas as quais são um tanto difícil para seus vizinhos.

### **Municípios não analisados**

Em função da falta de dados para análise, alguns municípios da Associação de Municípios da Foz do Itajaí (AMFRI) não foram contemplados pelo índice. No entanto, estes municípios devem possuir índices tão baixos



quanto os de Navegantes (município com pior índice entre os analisados). Assim sendo, as indicações que foram feitas para o planejamento de Navegantes podem ser utilizadas diretamente pelos municípios não analisados.

## **Estado de Santa Catarina**

Muitos dos problemas encontrados pelos municípios em sua gestão do patrimônio cultural arqueológico são oriundos da forma que a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) trata os sítios arqueológicos. Primeiramente, esta não considera os bens sobre efeito de tombamento estadual como sítios arqueológicos, já que são históricos e não pré-históricos, reforçando a ideia errônea que a Arqueologia apenas estuda sítios pré-históricos. Indo muito além do erro conceitual – que *per si* já é preocupante – a forma a qual se desenvolve o processo de tombamento é demasiadamente obscura, aparentemente, não apresentando critérios claros e científicos para seu tombamento. Municípios como Itajaí, que possuem fortes laços de poder político junto à administração estadual, possuem um grande número de bens tombados, enquanto não há representatividade desses bens em outros municípios, sendo que tais bens existem, ou existiam, apenas não foram considerados. A obscuridade no processo de tombamento, escolhendo um e preterindo outro, torna-se um problema que se repassa em escala municipal, já que muitas vezes – quase sempre – os órgãos culturais municipais pedem auxílio para a FCC na confecção de sua legislação e normatização.

A completa ausência de integração entre a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e a Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA-SC) prova retardos na gestão do patrimônio cultural. Apesar de a legislação (Resolução CONAMA nº 01 de 1986) dizer que é necessário um levantamento do patrimônio cultural e não apenas do patrimônio cultural arqueológico, a FCC não possui aproximação da FATMA-SC, a qual poderia alcançar uma conservação integrada através de um meio ambiente equilibrado. Esse modelo dicotômico entre cultura e natureza possibilita uma reação em cadeia, na qual o maior prejudicado é a sociedade como um todo. Enquanto não houver esforços para maior sintonia entre os dois órgãos não haverá uma conservação integrada.

## **Governo Federal**

Existem esforços cada vez maiores para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) trabalhem juntos. Nenhum empreendimento do qual o Ibama faça a análise do laudo, estudo, relatório – ou qualquer outra forma de documento – é aprovado sem parecer positivo do IPHAN. Aparentemente, apesar de todos os conflitos, os órgãos na esfera nacional estão evoluindo suas tratativas e assim alcançando novos patamares de discussão.

Quando analisadas as interações dos órgãos federais com os Estados (no caso da presente pesquisa, o Estado de Santa Catarina) e municípios temos duas situações bem diferentes. Em virtude da Resolução CONAMA nº 237 de 1997, há uma delegação de poderes para os Estados e municípios no que diz respeito a licenças ambientais. Para que haja tal delegação, exige-se que os Estados e municípios possuam uma infraestrutura mínima para análise dos projetos de empreendimentos e que seja cumprida a legislação ambiental da mesma forma do que disposta em âmbito nacional. No entanto, levantamentos efetuados por Brandi (2006) demonstram que – ao menos para o vale do Itajaí – apenas 50% dos projetos licenciados constavam arqueólogos na equipe, logo não possuíam estudos arqueológicos efetuados. Quando tal realidade é transportada para o município, tem-se a certeza de que não há a cobrança desses profissionais nos projetos. Sendo os sítios arqueológicos jurisdição do IPHAN, cabe a municípios e Estados apenas agirem de forma concorrente (SOARES, 2007). Cabe ao IPHAN e demais órgãos estabelecer meios de aproximação a fim de minimizar tal erro de procedimento, o qual, coloca em risco todas as demais ações visando a um meio ambiente equilibrado.

## 7. Conclusões e Considerações Finais

### 7.1. Conclusões

O presente trabalho teve por objetivo geral “Propor um modelo de gestão para o patrimônio cultural arqueológico através de métodos de tomada de decisão, validando-o em área piloto”. Para a compreensão do quanto tal objetivo foi cumprido, analisar-se-á, primeiramente, os objetivos específicos, pois se acredita que com o cumprimento destes, o objetivo geral terá sido contemplado.

#### Construir um índice de capacidade de gestão municipal do patrimônio cultural arqueológico (IGMPA)

A construção do índice de capacidade de gestão municipal do patrimônio cultural arqueológico (IGMPA) pode ser considerada cumprida por completo, uma vez que o presente trabalho desenvolveu metodologia a qual deu conta de efetuar tal medição. Embora se acredite que possam existir algumas melhorias a serem desenvolvidas a partir de novas aplicações em outros conjuntos de municípios, fazendo uma retroalimentação no sistema, afirma-se que o objetivo proposto foi alcançado.

Vê-se o item 7 (Qualificação Profissional) da composição do IGMPA como o mais problemático entre as variáveis, visto que a existência desses profissionais dentro do corpo municipal é de alto custo. Sabe-se que municípios menores têm dificuldades em ampliar suas folhas de pagamento, dessa forma, a saída para isso seria a realização de convênios dos municípios com centros de pesquisa, ou mesmo a contratação de profissionais em conjunto, a fim de cobrir uma área pré-estipulada. No entanto, feita tal reserva em relação à “Qualificação Profissional” acredita-se no pleno cumprimento do objetivo.

#### Analisar o grau de capacidade de gestão do patrimônio cultural arqueológico nas diversas esferas de poder

Como se pode ver durante a apresentação dos resultados, a capacidade de gestão do patrimônio cultural arqueológico sofre decréscimos exponenciais

à medida que se distancia do governo federal. O conjunto legal da esfera federal possibilita um grande grau de capacidade de gestão, no entanto, no âmbito estadual e municipal a falta de normatizações aliada à falta de profissionais qualificados possibilita que a capacidade de gestão não seja completamente exercida. Desta forma, acredita-se que apesar de só apresentar um índice para os municípios pode-se de forma clara cumprir o papel de análise do grau de capacidade de gestão do patrimônio cultural para todas as esferas do poder.

#### Validar o instrumento proposto na área piloto da Foz do Vale do Itajaí, SC

O objetivo acima foi concluído, uma vez que dos 11 municípios existentes na área proposta, sete tiveram possibilidades concretas de análise através do IGMPA e os demais puderam ser reunidos em um grupo de necessidade emergencial superior aos demais. A validação do instrumento torna-se um ponto de partida para a execução de novos planos de ação para toda a região, entretanto, para essa nova fase necessita-se do esforço em conjunto dos municípios, governo estadual e governo federal.

Desta forma, quando se analisa o quanto foi alcançado do objetivo geral “Propor um modelo de gestão para o patrimônio cultural arqueológico através de métodos de tomada de decisão, validando-o em área piloto”, pode-se afirmar que existe um modelo de gestão proposto a partir de métodos de tomada de decisão, entretanto, ele não alcançou o fim da primeira etapa proposta por Virgínia Pontual (2002), uma vez que, para alcançar o fim da primeira etapa, seria necessário desenvolver um plano básico de ações (FIG. 51). Tal plano não foi desenvolvido por acreditar que ele deve ser redigido por múltiplas mãos, isto é, com a participação total do poder público municipal e quiçá dos governos estadual e federal.

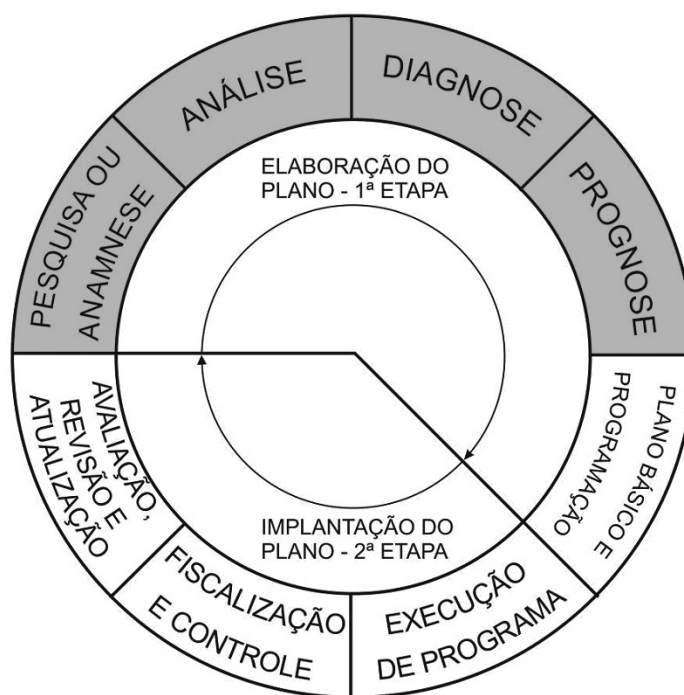


Figura 51: Fases alcançadas pelo trabalho atual (adaptado de PONTUAL, 2002)

### 7.3 Recomendações Futuras

A fim de dar continuidade ao modelo proposto pela dissertação faz-se necessária a indicação de recomendações futuras para a aferição do instrumento proposto. Assim sendo, propõe-se:

- O AHP tem a possibilidade de trabalhar com vários atores simultaneamente. Desta forma, um representante de cada município analisado, assim como, profissionais e sociedade civil organizada – relacionados a gestão do território –, poderiam efetuar a mesma metodologia proposta, a fim de verificar se a diferença de resultados é significativa. Caso significativo, passar-se-ia a incorporar o método a necessidade de múltiplos atores na análise e ter-se-ia controle do grau de subjetividade do instrumento;
- A aplicação do método proposto em outros conjuntos de municípios faz-se necessária, poder-se-ia aplicar em municípios que tivessem naturezas específicas, como por exemplo: cidades históricas, ou capitais de Estados. Em todos os casos seria possível inserir um ou dois municípios já analisados na primeira bateria a fim de aferir se o IGMPA alcançado se repete em comparações distintas.

### 7.4. Considerações finais

Diante do término deste trabalho, pode-se concluir que o estado-da-arte da gestão do patrimônio cultural arqueológico ainda está engatinhando no território brasileiro. Isso se explica pelo fato de haver uma grande diferença entre os Estados da União no que cabe à normatização por parte dos órgãos ambientais e dos órgãos que cuidam do patrimônio cultural.

O atual momento o qual o Brasil vive tem de ser aproveitado para garantir a normatização de várias ações que tocam à preservação e conservação de um meio ambiente equilibrado e dentro de uma perspectiva integrada. Apesar da crise financeira que se instaurou no mundo, o Brasil a

atravessa com sua economia ainda aquecida, suas obras de infraestrutura não param por conta das instabilidades internacionais, demonstrando um certo equilíbrio econômico jamais antes visto durante o período democrático em que os brasileiros vivem. Tal estabilidade econômica faz os brasileiros se lembrarem de um momento histórico no qual disseram que precisavam fazer “o bolo crescer, para depois reparti-lo”, segundo as palavras de Antonio Delfin Netto, durante o milagre econômico da ditadura militar (1964-1985). Foi com a ditadura militar que o Brasil desenvolveu grande parte das obras de infraestrutura, entretanto, a inexistência de legislação e normatizações adequadas fizeram com que apenas um pequeno número de obras tivesse estudo ambiental e um número menor ainda tivesse pesquisa arqueológica. Assim sendo, o bolo cresceu, não foi dividido e sobrou aos brasileiros apenas um enorme passivo ambiental.

O erro do período militar parece querer ser repetido, diante das notícias que chegam a toda comunidade através da imprensa. Existem grupos que gostariam de afrouxar a legislação ambiental brasileira em favor do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A Câmara dos Deputados aprovou o texto de uma Medida Provisória (nº 452/2008), a qual tem por objeto liberar do licenciamento ambiental para obras de recuperação e duplicação em rodovias já existentes. Se tais ações passarem a ser tomadas, em vez de o Brasil aproveitar positivamente o *optimum* econômico pelo qual passa, recorrerá a erros crassos de seu próprio passado.

Apesar de todo cabedal legislativo brasileiro, sua aplicação efetiva é baixa, possibilitando que as unidades da federação possuam descompassos claros em relação a necessidades da conservação integrada. Urge entre todos os profissionais que trabalham com licenciamento ambiental, entre eles os arqueólogos. Há necessidade de luta por normatizações em todas as esferas de poder, assim como o reconhecimento profissional.

Por maiores que sejam os esforços de todos os envolvidos no processo para obtenção de um meio ambiente equilibrado, enquanto existir problemas como o de reconhecimento de quem pode ser arqueólogo, ou quem é arqueólogo no Brasil, não poderá existir planos de ações efetivas a longo

prazo. O reconhecimento profissional faz-se mais do que necessário para o bom andamento de qualquer política pública que seja proposta.

Atualmente, o Brasil vive uma explosão de novos cursos de graduação em Arqueologia, muito disso é graças à pressão do mercado que exige a existência de um número maior de arqueólogos disponíveis para as obras de infraestrutura. No entanto, como é levantado por Marcia Bezerra (2008) pouco se sabe dos profissionais que sairão desses cursos, devido às enormes diferenças nas matrizes curriculares. Assim sendo, acredita-se que a regulamentação da profissão do arqueólogo tenha que ocorrer o quanto antes, inclusive em relação à existência de parâmetros claros para os novos e antigos arqueólogos, pois sem isso, pode-se colocar em risco tudo o que foi conquistado até agora.



## 8. Material de Referência

- ADDYMAN, P. V. The role of the professional institution. *In: Henry Cleere (org.). Archaeological Heritage Management in the Modern World*. London, 1990.
- ALEXANDER, J. A suggested training scheme for archaeological resource managers in tropical countries. *In: Henry Cleere (org.). Archaeological Heritage Management in the Modern World*. London, 1990.
- ALMEIDA, R. A. Vistoria arqueológica em área pretendida para implantação dos molhes na foz do rio Camboriú. 2003.
- ARAÚJO, S. A. C. Arqueologia de Itapeva, SP: contribuição a formação de políticas públicas para gestão patrimonial. Dissertação de mestrado – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2006.
- BALLART, J. *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Editora Ariel, 1997.
- BANDEIRA, D. R. Uma História de Parceria - O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Revista do IPHAN, Florianópolis, 2002.
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú, 03 de abril de 1990.
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Lei Ordinária nº 1423 de 15 de dezembro de 1994. Regulamenta o artigo 24, incisos VII e VIII, o artigo 30, inciso IX e o artigo 180 da constituição federal, no que compete ao município de Balneário Camboriú, e dá outras providências. 1994.
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Lei Ordinária nº 2397 de 12 de novembro de 2004. Cria a fundação cultural de Balneário Camboriú, e dá outras providências. 2004.
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Lei Ordinária de nº 2686 de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Balneário Camboriú. 2006
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Lei Ordinária nº 2794 de 14 de janeiro de 2007. Disciplina o uso e a ocupação do solo, as atividades de urbanização e dispõe sobre o parcelamento do solo no território do município de Balneário Camboriú. 2007.
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Lei Ordinária nº 2938 de 22 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o programa municipal de incentivo e fomento a cultura para apoio à realização de projetos culturais, e dá outras providências. 2008.
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Decreto nº 1977 de 11 de agosto de 1989. Cria conselho consultivo do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico de Balneário Camboriú. 1989.
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Decreto nº 2937 de 03 de fevereiro de 1998. Tomba como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, e dá outras providências. 1998.
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Decreto nº 3007 de 10 de setembro de 1998. Tomba como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico a igreja matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso - capela de Santo Amaro, e dá outras providências. 1998.
- BASTOS, R. L. Patrimônio arqueológico, preservação e representações sociais: uma proposta para o país através da análise da situação do litoral Sul de Santa Catarina. Tese de doutoramento - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2002.

- BASTOS, R. L.. Gestão da Arqueologia no Brasil: perspectivas e possibilidades. *In: I Semana de Arqueologia e Patrimônio da Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2007.*
- BASTOS, R. L. SOUZA, M. C. & GALLO, H. *Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*. São Paulo/ IPHAN 9SR, 2005.
- BASTOS, R. L.; BRUHNS, K. & TEXEIRA, A. *A arqueologia na ótica institucional: Iphan, contrato e sociedade*. Editora Habilis: Erechim, 2007.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. *Revista IGEOG/USP, São Paulo: USP, n. 13, 1971.*
- BEZERRA, M. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia, 21, n.2: 139-154. 2008.*
- BJÖNSTAD, M. The ICOMOS – International Committee n Archaeological Heritages Management (ICAHM). *In: Henry Cleere (org.) Archaeological Heritage Management in the Modern World. London, 1990.*
- BOMBINHAS. Lei Orgânica do Município de Bombinhas - SC - 8 de outubro de 2001. 2001
- BOMBINHAS. Lei Ordinária nº 327 de 23 de fevereiro de 1997. Aprova o zoneamento e uso do solo do município de Bombinhas, cria o conselho municipal de planejamento urbano e dá outras providências. 1997.
- BOMBINHAS. Lei Ordinária nº 328 de 23 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a política de proteção, conservação, e recuperação do meio ambiente. 1997.
- BOMBINHAS. Lei Ordinária nº 329 de 23 de fevereiro de 1997. Lei que dispõe sobre o parcelamento do solo, remembramento, desmembramento e condomínios horizontais no município de Bombinhas, SC. 1997.
- BOMBINHAS. Lei Ordinária nº 336 de 21 de março de 1997. Dispõe sobre a criação do conselho municipal de turismo - CONTUR, e dá outras providências. 1997.
- BOMBINHAS. Lei Ordinária nº 614 de 05 de julho de 2001. Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Bombinhas, e dá outras providências. 2001.
- BOMBINHAS. Lei Ordinária nº 845 de 10 de outubro de 2005. Dispõe sobre a instalação de antenas de telefonia móvel no município de Bombinhas e dá outras providências. 2005.
- BOMBINHAS. Lei Ordinária nº 901 de 28 de abril de 2006. Institui no município de Bombinhas o projeto de guias de turismo mirim denominado "Guia Mirim", e dá outras providências. 2006.
- BOMBINHAS. Lei Ordinária nº 902 de 28 de abril de 2006. Institui no município de Bombinhas o projeto "fio da história" e dá outras providências. 2006.
- BOMBINHAS. Lei Complementar nº 12 de 30 de setembro de 2003. Reestrutura a secretaria de turismo, indústria e comércio, cria o Fundo Municipal de Turismo e da outras providências. 2003.
- BOMBINHAS. Lei Complementar nº 61 de 26 de novembro de 2007. Cria a Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas – FMCB. 2007.
- BOMBINHAS. Lei Complementar nº 78 de 05 de dezembro de 2008. Institui a fundação municipal de amparo ao meio ambiente de bombinhas - FAMAB e dá outras providências. 2008.
- BOMBINHAS. Decreto nº 761 de 13 de setembro de 2005. Suspende licença municipal destinada a edificação, em função de tombamento de áreas ambientais. 2005.

- BOMBINHAS. Decreto nº 770 de 06 de outubro de 2005. nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Bombinhas – COMPAB.
- BRANDI, R. A. Arqueologia no Vale do Itajaí, SC: registros, revisões e hipóteses. In: V Encontro do Núcleo Regional Sul da SAB, 2007, Rio Grande. Anais do V Encontro do Núcleo Regional Sul da SAB. Tubarão: Editora da Unisul, 2006.
- BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 452, de 24 de dezembro de 2008. Acessado em 31/05/2009 em <http://www.leidireto.com.br/medidaprovisoria-452.html>
- BRASIL. Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Disponível em: [\[http://www.iphan.gov.br/legislac/const88.htm\]](http://www.iphan.gov.br/legislac/const88.htm) Acesso em 31/05/2005.
- BRASIL. Decreto Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [\[http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm\]](http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm) Acesso em 31/05/2005.
- BRASIL. Lei Federal nº 3924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: [\[http://www.iphan.gov.br/legislac/arqueologica/lei3924.htm\]](http://www.iphan.gov.br/legislac/arqueologica/lei3924.htm) Acesso em 31/05/2005.
- BRASIL. Decreto nº 72.312 de 31 de maio de 1973. Promulga a Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais. 1973.
- BRASIL. Lei Federal nº 7542, de 26 de setembro de 1986. Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências. Disponível em: [\[http://www.iphan.gov.br/legislac/arqueologica/lei7542-86.htm\]](http://www.iphan.gov.br/legislac/arqueologica/lei7542-86.htm) Acesso em 31/05/2005. 1986.
- BRASIL. Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. 1998
- BRASIL. Código Penal Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, modificado por Lei nº 9.777 de 26 de dezembro de 1998.
- BRASIL. Lei Federal nº 10166, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei Federal nº 7542, de 26 de setembro de 1986. Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências. Arqueologia até debaixo d' água. São Paulo: Maranta. 158p.
- BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001.
- BRASIL. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto, e considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio

- Ambiente. Disponível em:  
[<http://www.iphan.gov.br/legislac/ambiental/conama001.htm>] Acesso em 31/05/2005. 1986.
- BRASIL. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno. 1997.
- BRASIL. Portaria SPHAN nº 007, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei nº 3.924/1961. 1988.
- BRASIL. Portaria IPHAN nº 230, de dezembro de 2002. Dispositivos para a compatibilização e obtenção de licenças ambientais em áreas de preservação arqueológica. 2002.
- BRASIL. Portaria IPHAN nº 28, de 31 de janeiro de 2003. Resolve que os empreendimentos hidrelétricos dentro do território nacional deverão doravante de renovação da licença ambiental de operação devem prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico. 2003.
- BRASIL. Portaria Interministerial (Ministério da Marinha e Ministério da Cultura) nº 69, de 23 de janeiro de 1989. Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar. Disponível em: [<http://www.iphan.gov.br/legislac/arqueologica/portariainter69-89.htm>] Acesso em 31/05/2005.
- BRASIL. PORTARIA DPC Nº 46, de 8 de abril de 2003. Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas e Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos – NORMAM 10/2003. 2003.
- BUARQUE, S. C. Metodologia do planejamento do desenvolvimento local e municipal e sustentável. 2ª ed. Brasília: instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.
- CALDARRELI, S. & HEBERTS, A. L.. Prospecção Arqueológica na área atravessada pela linha de transmissão Blumentau-Itajaí, SC, 2002.
- CALI, P. Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico. Tese de doutoramento. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2005.
- CAMARGO, H. Conceitos de Patrimônio: técnica ou ideologia? In: Anais VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: Patrimônio Histórico e Cultural: Identidade e Poder, CD-ROM, <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=26>, acesso em 16 de abril de 2006-04-16. 2004.
- CAMBORIÚ. Lei Orgânica do Município de Camboriú-SC - 29 de março de 1990.
- CAMBORIÚ. Lei Ordinária nº 782 de 21 de novembro de 1989. Dispõe sobre a organização da administração municipal de Camboriú, estabelece diretrizes gerais para a modernização administrativa, e dá outras providências. 1989.

- CAMBORIÚ. Lei Ordinária nº 1041 de 22 de dezembro de 1993. Dispõe sobre o sistema tributário municipal e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis às pessoas físicas e pessoas jurídicas. 1993.
- CAMBORIÚ. Lei Ordinária nº 1643 de 04 de julho de 2005. Dispõe sobre a criação do conselho municipal do desenvolvimento rural e do meio ambiente de Camboriú/SC, e dá outras providências. 2005.
- CAMBORIÚ. Lei Complementar nº 10 de 28 de dezembro de 2007. Institui o plano diretor de desenvolvimento territorial de Camboriú – PDDTC. 2007.
- CAMBORIÚ. Lei Complementar nº 13 de 02 de abril de 2008. dispõe sobre a proteção, fiscalização, conservação, tombamento e valorização do patrimônio histórico cultural do município de Camboriú. 2008.
- CHAUÍ, M. Natureza, Cultura, Patrimônio Ambiental. *In: Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da USP (série Cadernos CPC)*. 2003.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, 282p.
- CIAM. Carta de Atenas – Sociedade das Nações, 1933. *In: Cartas patrimoniais*. Isabelle Cury (org.), 3 ed. IPHAN: Rio de Janeiro, 2004.
- CLEERE, H. Introduction: the rationale of archaeological heritage management. *In: Archaeological heritage management in the Modern World*. Henry Cleere (org.). London: Unwyn Hyman, 1990.
- COMERLATO, F. Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica. Dissertação de Mestrado. PUC-RS: Porto Alegre, 1998.
- COMERLATO, F. As representações rupestres do litoral de Santa Catarina. Tese de Doutorado. PUC-RS: Porto Alegre, 2005.
- COMERLATO, F. & ARNOLD, E. Delimitação do sítio sambaqui da Rua 13 – Praia de Bombas, Bombinhas, SC. 1999.
- CORDEIRO, D. Arqueologia de Itajaí: uma tentativa de resgate da pré-história local. *Anuário de Itajaí*, 2001: 43-49. FGML: Itajaí, 2001.
- CORDEIRO, D. Projeto arqueológico Itajaí – Nota Prévia. *In: Livro de Resumos do XII Congresso da SAB*. São Paulo, 2003
- CORDEIRO, D. Comunicação Pessoal sobre pesquisas arqueológicas na foz rio Itajaí. 2007.
- CORDEIRO, D. & MARTINS, D. F. Estação Ferroviária Engenheiro Vereza: depois de passar o trem. *Anuário de Itajaí*, 2004: 121-131. FGML: Itajaí, 2004.
- CORDEIRO, D. SEVERINO, J. R. & BRANDI, R. A. Uma revisão do registro de sítios arqueológicos em Itajaí/SC. *In: Livro de Resumos do XIII Congresso da SAB*. Campo Grande, 2005.
- CURY, I. Cartas Patrimoniais. 3ª ed. rev. aum. IPHAN: Rio de Janeiro, 2004.
- DAVIS, H. A.. Learning by doing: this ino way to treat archaeological resources. *In: Henry Cleere (org.). Archaeological Heritage Management in the Modern World*. London, 1990.
- DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Projeto de levantamento arqueológico no pólo de desenvolvimento industrial de Itajaí, localidade de Itaipava. 2000.
- DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Patrimônio Arqueológico na área de instalação da linha de transmissão elétrica de Blumentau-Itajaí, SC, 2001.
- DOMÍNGUEZ, L. & FUNARI, P. P. Documentos internacionais sobre patrimônio, uma compilação. *In: As cartas internacionais sobre o patrimônio. Textos Didáticos*, 57. IFCHF/UNICAMP: Campinas, 2005.

- ORTH, D. Aula inaugural da disciplina “Gestão Urbana” do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, 2006.
- DEBLOOIS, E. I. & SCHNEIDER, K. A. Cultural resource management in the USDA Forest Service. *In: Henry Cleere (org.). Archaeological Heritage Management in the Modern World.* London, 1990.
- DEL OLMO, F. S. *Direito internacional privado: abordagens fundamentais, legislação, jurisprudência.* Uberaba: Forense, 2000.
- FARIAS, D. S. E. *Levantamento arqueológico para a Ocupação Espacial da Praia Taquarinhas, Balneário Camboriú.* Prosul, 2003
- FARIAS, D. S. E. & SCHWENGBER, W. Levantamento arqueológico pré-histórico na área de implantação do projeto integrado de ocupação espacial da praia das Taquarinhas em Balneário Camboriú/SC, 2003.
- FERREIRA, L. M. Arqueología y geoestrategia: las fronteras imperiales y el uso de las fuentes arqueológicas en Brasil (1838-1877). *ArqueoWeb.* [S.l.], v.3, n.2. 2001.
- FOGOLARI, E. Gestão em projetos de arqueologia. Tese de doutoramento – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 2007
- FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. IPHAN: Editora UFRJ, 1997.
- FOREMAN, E. & SELLY, M. A. Decision by objectives. How to convince other that you are right. World Scientific Publishing Co Pte Ltd. 2002.
- FUNARI, P. P. Archaeological theory in Brazil: ethnicity and politics at stake. *Historical archaeology in Latin America.* [S.l.: s.n.], v. 12, p. 1-13. 1996.
- FUNARI, P. P. Considerações sobre o Profissional de museu e sua formação. *In: O profissional de museu no umbral do terceiro milênio,* 1999.
- FUNARI, P. P. Contradições e esquecimentos nas imagens do passado. *In: Cultura Material Histórica e Patrimônio.* Campinas: IFCH/UNICAMP. Coleção Primeira Versão, nº 120, 2003.
- GODOY, R. Plano de gestão para o patrimônio arqueológico da cidade de Goiás/GO. Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia. Dissertação de mestrado profissionalizante em gestão do patrimônio cultural. 2003.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, n.1, p. 3-27, 1988.
- IBGE. Acesso ao sítio eletrônico, acessado 4 de novembro de 2007.
- ICOMOS. Declaração Carta de Sofia, 1996. *In: Cartas patrimoniais.* Isabelle Cury (org.), 3 ed. IPHAN: Rio de Janeiro, 2004.
- ICOMOS/ICAHM. Carta de Lausanne, 1996. *In: Cartas patrimoniais.* Isabelle Cury (org.), 3 ed. IPHAN: Rio de Janeiro, 2004.
- ITAJAÍ. Lei Orgânica do Município de Itajaí-SC, 04 de abril de 1990.
- ITAJAÍ. Lei Ordinária nº 1515 de 01 de dezembro de 1976. Institui a Fundação Genésio Miranda Lins e dá outras providências. 1976.
- ITAJAÍ. Lei Ordinária nº 2037 de 23 de dezembro de 1982. Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural e estadual do município e cria o órgão competente. 1982.
- ITAJAÍ. Lei Ordinária nº 3427 de 13 de setembro de 1999. Concede isenção de impostos e taxas municipais incidentes sobre imóveis de interesse histórico, e dá outras providências. 1999.
- ITAJAÍ. Lei Ordinária nº 3473 de 11 de janeiro de 2000. Dispõe sobre incentivos fiscais para apoio à realização de projetos culturais, e dá outras providências. 2000.

ITAJAÍ. Lei Ordinária nº 3198 de 05 de setembro de 1997. Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, e dá outras providências. 1997.

ITAJAÍ. Lei Complementar nº 144 de 22 de setembro de 2008. Institui normas para o código de zoneamento, parcelamento e uso do solo no município de Itajaí. 2008.

ITAJAÍ. Lei Complementar nº 129 de 11 de março de 2008. Disciplina a arborização urbana no município de Itajaí, e dá outras providências. 2008.

ITAJAÍ. Lei Complementar nº 127 de 20 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a regularização de construções irregulares e clandestinas e dá outras providências. 2007.

ITAJAÍ. Lei Complementar nº 96 de 09 de março de 2007. Cria cargo de educador em artes, e dá outras providências. 2007.

ITAJAÍ. Lei Complementar nº 94 de 22 de dezembro de 2006. Institui o plano diretor de gestão e desenvolvimento territorial de Itajaí. 2006.

ITAJAÍ. Decreto nº 8466 de 28 de dezembro de 2007. Regulamenta a lei nº 3.473 de 11 de janeiro de 2000, que dispõe sobre incentivos fiscais para apoio à realização de projetos culturais. 2007.

ITAJAÍ. Decreto nº 8417 de 16 de novembro de 2007. Homologa o tombamento da "CAPELA SANTA TEREZINHA". 2007.

ITAJAÍ. Decreto nº 8252 de 08 de junho de 2007. Homologa o tombamento da "SOCIEDADE SEBASTIÃO LUCAS PEREIRA". 2007.

ITAJAÍ. Decreto nº 8251 de 08/06/2007. Homologa o tombamento de "FIGUEIRA CENTENÁRIA". 2007.

ITAJAÍ. Decreto nº 7927 de 26 de junho de 2006. Homologa o tombamento do "HOTEL ROTA DO MAR". 2006.

ITAJAÍ. Decreto nº 7926 de 26 de junho de 2006. Homologa o tombamento da "IGREJA IMACULADA CONCEIÇÃO".

ITAJAÍ. Decreto nº 7925 de 26 de junho de 2006. Homologa o tombamento da "BAUER & CIA". 2006.

ITAJAÍ. Decreto nº 7924 de 26 de junho de 2006. Homologa o tombamento da "ALMEIDA & VOIGT". 2006.

ITAJAÍ. Decreto nº 7535 de 14 de junho de 2005. Homologa o tombamento da "CASA MELLO". 2005.

ITAJAÍ. Decreto nº 6577 de 30 de julho de 2002. Homologa o tombamento da "ESTAÇÃO FERROVIÁRIA ENGENHEIRO VEREZA". 2002.

ITAJAÍ. Decreto nº 6017 de 02 de dezembro de 1999. Homologa o tombamento da "CASA LINS". 1999.

ITAJAÍ. Decreto nº 5992 de 06 de outubro de 1999. Homologa o tombamento do prédio da antiga sede do ex-DNPVN/Fiscalização do Porto de Itajaí.

ITAJAÍ. Decreto nº 5910 de 27 de abril de 1999. Homologa o tombamento da ex-Fábrica Renaux. 1999.

ITAJAÍ. Decreto nº 5909 de 27 de abril de 1999. Homologa o tombamento da CASA MALBURG. 1999.

ITAJAÍ. Decreto nº 5759 de 17 de dezembro de 1998. Homologa o tombamento da CASA BURGHARDT. 1998.

ITAJAÍ. Decreto nº 5758 de 17 de dezembro de 1998. Homologa o tombamento do PALÁCIO MARCOS KONDER. 1998.

ITAJAÍ. Decreto nº 5757 de 17 de dezembro de 1998. Homologa tombamento do prédio da CASA DA CULTURA DIDE BRANDÃO. 1998.

ITAJAÍ. Decreto nº 5756 de 17 de dezembro de 1998. Homologa tombamento da CASA KONDER. 1998.

- ITAJAÍ. Decreto nº 5755 de 17 de dezembro de 1998. Homologa tombamento do MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL/CENTRO DE CULTURA POPULAR. 1998.
- ITAJAÍ. Decreto nº 5006 de 16 de setembro de 1993. Dispõe sobre o tombamento de palmeiras reais existentes no município e dá outras providências. 1993.
- ITAPEMA. Lei Orgânica do Município de Itapema-SC de 10 de maio de 1990. 1990
- ITAPEMA. Lei Ordinária nº 2051 de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e natural do município de Itapema e dá outras providências. 2002.
- ITAPEMA. Lei Ordinária nº 2194 de 22 de abril de 2004. Cria a Fundação Cultural de Itapema. 2004.
- ITAPEMA. Lei Ordinária nº 2446 de 14 de fevereiro de 2007. Reinstituí o Conselho Municipal de Cultura de Itapema. 2007.
- ITAPEMA. Lei Ordinária nº 2491 de 15 de junho de 2007. Regula a atividade e o comércio de artesanato no município de Itapema e dá outras providências. 2007.
- ITAPEMA. Lei Complementar nº 9 de 06 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente. e dá outras providências. 2002.
- ITAPEMA. Lei Complementar nº 7 de 06 de fevereiro de 2002. Institui o plano diretor de Itapema e dá outras providências. 2002.
- JOKILEHTO, J. Conceitos e idéias sobre conservação. *In: Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Jukkia Jokilehto et al. (orgs.) Ed. Universitária da UFPE: Recife, 2002.
- JORGE, V. O. *Arqueologia, património e cultura*. Instituto Piaget: Lisboa, 2000, 216 p.
- JULIANI, L. J. C. O. Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo. Dissertação de mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1996.
- KING, T. *Cultural Resource Laws & Practice: an introductory guide*. Altamira Press: Walnut Creek. 1998.
- KING, T. Estudo de Impacto Ambiental, Gestão do Patrimônio Cultural e Bens Históricos Aprendendo com os erros dos Estados Unidos da América. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria - Dossiê "Arqueologia Hoje"*. 2008.
- KRISTIANSEN, K. Perspectives on the archaeological heritage: history and future. *In: Archaeological heritage management in the Modern World*. Henry Cleere (org.). London. Unwyn Hyman, 1990.
- LAIDLAW, R. Cultural resource planning and management in a multiple-use agency. *In: Henry Cleere (org.) Archaeological Heritage Management in the Modern World*. London, 1990.
- LAPA, T. & ZANCHETI, S. M. Conservação integrada urbana e territorial. *In: Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Jukkia Jokilehto et al. (orgs.) Ed. Universitária da UFPE: Recife, 2002.
- LAVINA, R. Projeto de levantamento arqueológico terminal portuário de Navegantes – Navegantes-SC, 1999.
- LAVINA, R. Projeto de levantamento Praia Brava: Av. José Medeiros Vieira – Canto do Morcego-Praia Brava, Itajaí-SC, 2004.



- LIMA, P. N. P. Diagnóstico arqueológico – Rua do Papagaio nº161, Bombinhas-SC. 2003.
- LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MACHADO, P. A. L.. Direito Ambiental Brasileiro. Ed. Malheiros, 1998, p.48.
- MADEIRA, H. M. F. *Digesto de Justiniano livro I*. Tradução de Helcio Maciel Franca Madeira. São Paulo: RT, 2000,2.ed..
- MANCUSO, R. C. Interesse Difusos. *In: Ação civil pública*. 9. ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2004. 605 p.
- MARX, K & ENGELS, F. O manifesto comunista. 1848. *In: O manifesto comunista*. Harold Laski (org.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MATUS, C. Adeus, Senhor Presidente. Recife: Litteris Editora Ltda, 1989. (apud PONTUAL, 2002)
- MAYER-DAKOS, W. J. Science, service and stewardship – a basic for ideal archaeology of the future. *In: Archaeological heritage management in the Modern World*. Henry Cleere (org.). London. Unwyn Hyman.1990.
- MAZZILLI, H. N. A defesa dos interesses difusos em juízo. Revista dos Tribunais - meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 20 ed. Saraiva: São Paulo, 2007
- MENDONÇA DE SOUZA, A. Dicionário de Arqueologia. Editora ADESA, Rio de Janeiro. 1997.
- MONTARDO, D. L. O. Levantamento de sítios arqueológicos BR-101. Florianópolis. 1996.
- NAVEGANTES. Lei Orgânica do Município de Navegantes-SC - 05 de Abril de 1990. 1990
- NAVEGANTES. Lei Ordinária nº 1197 de 06 de junho de 1997. Cria o conselho municipal de defesa do meio ambiente - CONDEMA e dá outras providências. 1997.
- NAVEGANTES. Lei Ordinária nº 1998 de 07 de julho de 2006. Dispõe sobre o conselho municipal de cultura e dá outras providências. 1998.
- NAVEGANTES. Lei Ordinária nº 1496 de 04 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre incentivos fiscais para a realização de projetos culturais e dá outras providências. 2002.
- NAVEGANTES. Lei Ordinária nº 1856 de 15 de dezembro de 2004. Altera o artigo 3º da lei nº 1.197/97, que trata do conselho municipal de defesa do meio ambiente. 2004.
- NAVEGANTES. Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000. Cria fundação municipal de cultura - F.M.C. e dá outras providências. 2000.
- NAVEGANTES. Decreto nº 793 de 14 de março de 2003. Regulamenta a lei 1.496 de 04 de fevereiro de 2002 , que dispõe sobre incentivos à cultura no município e dá outras providências. 2003.
- OLIVEIRA, A. T. D. Um Estudo em Arqueologia Urbana: A Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre. Dissertação de mestrado Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.
- OOSTERBEEK, L.. *Arqueologia, Patrimônio e Gestão do Território: Polêmicas*. Editora Habilis: Erechim. 2007.
- PARDI, M. L. Arqueologia Subaquática: a questão legal. Revista de Arqueologia, São Paulo, 1995, 8(2): 429-434.
- PARDI, M. L. Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação. Dissertação de Mestrado, Instituto Goiano de Pré-história. 2002.

- PARDI, M. L. F. & SILVEIRA, O. Amapá: Gestão do Patrimônio Arqueológico e O Programa Estadual de Preservação. <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=22A2BB9F9C5FE01596FED0F997D97396?id=617>, acessado em 2/4/2007.2005.
- PATTERSON, T. C. A especialização do Estado e a reorganização das relações de produção. Trad. Mônica Selvatili, 2005.
- PIAZZA, W. F. Nota preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Estado de Santa Catarina. *Publicações Avulsas*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi,. 1967, 6: 39-46.
- PINHEIRO DA SILVA, Regina Coeli (1996) Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-lei nº 25/37 e a Lei nº 3.924/61. *Revista de Arqueologia*, 9:9-23
- PONTUAL, V. A referência cultural e o planejamento da conservação integrada. *In: Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Jukkia Jokilehto et al. (orgs.) Ed. Universitária da UFPE: Recife, 2002.
- PORTO BELO. Lei Orgânica do Município de Porto Belo-SC - 24 de novembro de 1999. 1999.
- PORTO BELO. Lei Ordinária nº 1637 de 09 de dezembro de 2008. Cria Fundação Municipal da Cultura de Porto Belo. 2008.
- PORTO BELO. Lei Ordinária nº 426 de 10 de abril de 1984. Dispõe sobre o zoneamento físico - territorial do município de Porto Belo, cria o conselho municipal de planejamento urbano e dá outras providências. 1984.
- PORTO BELO. Lei Ordinária nº 1381 de 18/08/2005 - Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Preservação do Meio Ambiente Natural Histórico Paisagístico e Cultural Porto Ambiental. Autores: vereadores Lea de Lourdes Martins e Vanderlei Roslindo. 2005.
- PROUS, André . Arqueologia, Pré-História e História. *In: Maria Cristina Tenório. (Org.). Arqueologia da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.
- RENFREW, C. & BAHN, P. Archaeology : theories, methods and practice. 4th ed. Thames & Hudson : New York. 2004.
- ROHR, J. A. Petrogrifos da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. *Pesquisas, série antropologia*, 19: 1-30. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. 1969.
- ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, 14: 77-168. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 1984a.
- ROHR, J. A. O sítio arqueológico da Praia de Laranjeiras - Balneário Camboriú. *Anais do Museu de Antropologia*, 16 (17): 05-76. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 1984b.
- SAATY, T.L., *The Analytic Hierarchy Process*, New York, N.Y., McGraw Hill, 1980, reprinted by RWS Publications, Pittsburgh, 1996, p. 195.
- SANTA CATARINA. Constituição Estadual de 1989.
- SANTA CATARINA. Lei Nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993. Altera o art. 2º e o inciso I, do art. 5º, da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, e dá outras providências. 1993
- SANTA CATARINA. Decreto nº: 2.990 de 25 de junho de 1998.
- SANTA CATARINA. Decreto nº 2.991 de 25 de junho de 1998.
- SANTA CATARINA. Decreto nº 3.459 de 23 de novembro de 2001.
- SANTA CATARINA. Decreto nº 3.460 de 23 de novembro de 2001.
- SANTA CATARINA. Decreto nº 2.992 de 25 de junho de 1998.

- SANTA CATARINA. Decreto nº 2.994 de 25 de junho de 1998.
- SÃO PEDRO, M. F. A. & PAZ, R. A. R. P. Patrimônio Arqueológico: conhecendo a legislação. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, São Paulo, v. 10, p. 51-70, 1997.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro Levantamento do Patrimônio Arqueológico da área de influência do gasoduto Brasil-Bolívia nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. 1999.
- SCHIAVETTO, S. N. O. *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Annablume, 2003.
- SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *R. RA'E GA*, Curitiba 7: 79-85. 2003.
- SCHMITZ, P.I. Visão de conjunto dos sítios de Tapera, Armação do Sul, Laranjeiras I e II, Pântano do Sul e Cabeçudas. *Pesquisas, série antropologia*, 53: 183-193. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. 1996.
- SCHMITZ, P.I. & BITENCOURT, A.L. O sítio pré-cerâmico de Laranjeiras I, SC. *Pesquisas, série antropologia*, 53: 13-73. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. 1996.
- SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I.; DE MASI, M. A. N.; ROGGE, J. H.; JACOBUS, A. L. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr S.J.: o sítio da praia das Laranjeiras II. Uma aldeia da tradição ceramista Itararé. *Pesquisas, série antropologia*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, v.49, p. 9-181. 1993.
- SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. Rodovia Interpraías – norte – rodovia de integração social, Balneário Camboriú/SC. 1998.
- SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. Peritagem arqueológica na área Projeto Teleférico Barra Sul. 1999.
- SILVA, Osvaldo Paulino. Projeto de pesquisa de salvamento arqueológico do sítio acampamento Rua do Papagaio, Bombinhas/SC. 2003.
- SILVA, Osvaldo Paulino. Projeto de diagnóstico arqueológico na área de implantação do terminal portuário da Murta, localizado na cidade de Itajaí/SC. 2004.
- SOARES, Inês Virgínia Prado. Proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes. Editora Habilis: Erechim, 2007.
- SOUZA, Marise Campos de. Uma visão da abrangência da gestão patrimonial. *In: Patrimônio: atualizando o debate*. Victor H. Mori, Marise C. Souza, Rossano L. Bastos & Haroldo Gallo (orgs.). IPHAN: São Paulo, 2006
- STANLEY-PRICE, N. P. Archaeology and conservation training at the international level. *In: Henry Cleere (org.) Archaeological Heritage Management in the Modern World*. London, 1990.
- TRIGGER, B. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge University Press, 2002.
- TROTZIG, G. The 'cultural dimension of development' an archaeological approach. *In: Henry Cleere (org.) Archaeological Heritage Management in the Modern World*. London, 1990.
- UNESCO. Recomendação de Nova Déli, 1956. *In: Cartas patrimoniais*. Isabelle Cury (org.), 3 ed. IPHAN: Rio de Janeiro. 2004.
- VELHO DO AMARAL, M. M. Diagnóstico para obtenção da licença prévia para a execução do EIA/RIMA – Médio e Baixo Vales do Itajaí. 1998.

WIENER, H. G. F. Estudos sôbre os sambaquis do sul do Brasil. *Archivos do Museu Nacional*, 1:1-20. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 1876.

## 9. Anexo

## 9.1 Recorte efetuado pelo antigo sítio de Internet do IPHAN da Constituição Brasileira de 1988

“Art. 5º - Todos são iguais Perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIII -- qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da suculência;

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Art. 30 - Compete aos Municípios:

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 170 - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente;

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos

formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Os artigos 220 e 221, referentes à comunicação social, expressam princípios que interessam à questão cultural:

Art. 220 - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão, e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.



Art. 221 - A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas,
- II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo

prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio Nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.”